Revista Diálogos do Direito

O Estrangeiro
Albert Camus

Curso de Direito
Vº5, Nº9 (2015/2)
ISSN 2316-2112

www.ojs.cesuca.edu.br

Informações Catalográficas

Revista Diálogos do Direito/ CESUCA- Faculdade Inedi.
- Vol.1, n.1 (2011). - Cachoeirinha: CESUCA-
Faculdade Inedi, 2013- v.5, n.9. 2015.
Faculdade Inedi, Direção de Pesquisa, dez./ 2015 –
Semestral.
ISSN 2316-2112
1. Direito - 2. Literatura - I. CESUCA- Faculdade Inedi,
Cachoeirinha, RS.

CDU: 34:82-4

Editor-Chefe

1. [Dra. Angela KRETSCHMANN](#), CESUCA - Cachoeirinha, RS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

1. [Dra. Jaqueline Mielke SILVA](#), IMED - INSTITUTO MERIDIONAL, PASSO FUNDO, RS, BR
2. [Me. Renato SELAYARAM](#), CESUCA, Brasil
3. [Dr. Guilherme De Oliveira FELDENS](#), CESUCA - FACULDADE INEDI, RS, BR, Brasil
4. [Dr. Leonel Pires OHLWEILER](#), UNILASALLE - CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE, RS, BR

CONSELHO EDITORIAL

1. [Dr. André Karam TRINDADE](#), IMED - INSTITUTO MERIDIONAL, PASSO FUNDO, RS, BR, Brasil
2. [Dra. Angela KRETSCHMANN](#), CESUCA - RS., Brasil
3. [Dr. Celso Augusto Nunes da CONCEIÇÃO](#), CESUCA - FACULDADE INEDI, RS, BR, Brasil
4. [Dra. Karin Grau KUNTZ](#), Coordenadora Acadêmica do IBPI - Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual, Alemanha
5. [Dra. Jaqueline Mielke SILVA](#), IMED - INSTITUTO MERIDIONAL, PASSO FUNDO, RS, BR
6. [Dr. José Calvo González](#), Universidade de Málaga, Espanha, ES, Espanha
7. [Dr. José de Oliveira ASCENSÃO](#), Universidade de Coimbra, Portugal, Portugal
8. [Dr. Leonel Pires OHLWEILER](#), UNILASALLE - CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE, RS, BR
9. [Dr. Marcos WACHOWICZ](#), UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
10. [Dr. Manuel David MASSENO](#), UNIVERSIDADE DE LISBOA; INSTITUTO POLITECNICO DE BEJA, PORTUGAL

COMITÊ EDITORIAL - AVALIADORES CIENTÍFICOS DESTA EDIÇÃO

1. [Dra. Adriana Carvalho Pinto VIEIRA](#), UNESC, Brasil
2. [Dra. Ana Luíza dos Santos JULIO](#), UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, RS, BR, Brasil
3. [Dr. Antônio Carlos NEDEL](#), UNISINOS – UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, RS, BR, Brasil
4. [Dra. Carla Eugênia Caldas BARROS](#), UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, SE, BR, Brasil
5. [Dr. Draiton Gonzaga SOUZA](#), PUC/RS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, RS, BR, Brasil

6. [Dra. Fabiane SIMIONI](#), UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, RS, BR, Brasil
7. [Dr. Guilherme De Oliveira FELDENS](#), CESUCA - FACULDADE INEDI, RS, BR, Brasil
8. [Doutoranda Me. Roberta GUBERT](#), UNISINOS – Universidade do vale do Rio dos Sinos
9. [Dr. José Ignacio LEIVA](#), PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CHILE, Chile
10. [Dra. Jaqueline Mielke SILVA](#), IMED - INSTITUTO MERIDIONAL, PASSO FUNDO, RS, BR
11. [Dra. Karin Grau KUNTZ](#), Coordenadora Acadêmica do IBPI - Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual, Alemanha
12. [Dra. Kelly Lissandra BRUCH](#), UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, RS, BR, Brasil
13. [Dr. Manuel David MASSENO](#), UNIVERSIDADE DE LISBOA; INSTITUTO POLITECNICO DE BEJA, PORTUGAL
14. [Dr. Marcos WACHOWICZ](#), UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
15. [Dra. Maria Lúcia Navarro BRZEZINSKI](#), UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil
16. [Dr. Nilton Cesar da Silva FLORES](#), UNESA - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
17. [Dr. Pablo RIBERI](#), UCC, Universidad Catolica de Córdoba, Córdoba, Argentina, Argentina
18. [Profa. Me. Paula Martins de JESUS](#), CESUCA, Faculdade Inedi, Cachoeirinha, RS
19. [Dr. Paulo Caliendo SILVEIRA](#), PUC/RS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, RS, BR, Brasil
20. [Dr. Valério de Oliveira MAZZUOLI](#), UFMT - Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso - Cuiabá, MT, Brasil

EQUIPE TÉCNICA

1. [Bibliotecária Marluce VIEGAS](#), CESUCA Faculdade Inedi, Brasil
2. [Regina BESTETTI](#), CESUCA, Brasil

INDEXADORES:

Este trabalho foi licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Não Adaptada](#).

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

REVISTA DIÁLOGOS DO DIREITO v.5, n. 9, dez/2015

SUMÁRIO

	Prefácio.....	6-11
	Ângela Kretschmann	
1	O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO: UMA PROPOSTA CONCEITUAL A PARTIR DA FILOSOFIA EXISTENCIALISTA E “O ESTRANGEIRO” DE ALBERT CAMUS.....	12-23
	Dartagnan Ferrer DOS SANTOS	
2	O ESTRANGEIRO E A RETÓRICA JURÍDICA.....	24-39
	Ney WIEDEMANN NETO, Paulo Alex da Silva SOUZA	
3	O ESTRANGEIRO OU PORQUE RELACIONAR MULTICULTURALISMO, CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO.....	40-53
	Renato da Silva SELAYARAM	
4	REFLEXÕES SOBRE O DIREITO E A LITERATURA, A PARTIR DO ROMANCE “O ESTRANGEIRO”, DE ALBERT CAMUS.....	54-69
	Claudio MARASCHIN	
5	NARRATIVIDADE, COERÊNCIA E NORMATIVIDADE. NOTAS A PARTIR DE O ESTRANGEIRO, DE ALBERT CAMUS.....	70-82
	Luis ROSENFELD	
6	A RELAÇÃO DA INTOLERÂNCIA SOFRIDA PELOS MIGRANTES A PARTIR DA ANÁLISE DA OBRA DE ALBERT CAMUS.....	83-94
	Joseane Mariele Schuck PINTO	
7	CAMUS Y KANTOROWICZ. MERSAULT Y EL JURISTA DE LA MESA VERDE.....	95-105
	J. Ignacio NÚÑEZ LEIVA	
8	EM BUSCA DE UM SENTIDO: O DIREITO ENQUANTO PROCURA PELA ‘JUSTIÇA’ NATIVA EM OPOSIÇÃO AOS ‘CRIMES’ DO ESTRANGEIRO.....	106-115
	Ramiro Ferreira FREITAS	
9	A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR	116-126

	ABANDONO: UMA ANÁLISE À LUZ DA OBRA “O ESTRANGEIRO” DE ALBERT CAMUS.....	
	Mariana Menna Barreto AZAMBUJA	
10	A ANGÚSTIA COMO POSSIBILIDADE DA LIBERDADE: UM DIÁLOGO ENTRE KIERKEGAARD E CAMUS NA OBRA O ESTRANGEIRO.....	127-135
	Guilherme de Oliveira FELDENS	
11	O SER ESTRANGEIRO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES FILOSÓFICAS, JURÍDICAS E SOCIOCULTURAIS.....	136-157
	Emerson de Lima PINTO, Leonardo Marques KUSSLER	
12	O ESTRANGEIRO E A SUA ABSURDIDADE.....	158-167
	Celso Augusto Nunes da CONCEIÇÃO, Angela KRETSCHMANN	

DOI

PREFÁCIO AO NÚMERO 9 (VOL. 5) DA REVISTA DIÁLOGOS DO DIREITO – OBRA: *O ESTRANGEIRO*, DE ALBERT CAMUS

Ângela Kretschmann¹

Chegamos ao número 9 da Revista Diálogos do Direito, em seu volume 5. A quantidade de artigos submetidos e sua qualidade demonstram que a Revista conquistou seu lugar no meio acadêmico, fortalecendo-se e alcançando seu objetivo de configurar um lugar comum do diálogo entre professores e alunos. É sempre importante lembrar que o projeto inicial que deu nascimento à Revista, a inspiração do “Jardim” epicureu, que desejamos construir no ambiente acadêmico, como um espaço livre de diálogo entre professores, colegas, alunos, envolvendo Direito e Literatura.

Trata-se antes de tudo um espaço de liberdade, a partir de um lugar comum, os clássicos da literatura, que de alguma forma dialogam com o Direito. E revisitar um clássico sempre é uma experiência nova, se não prazerosa, certamente com uma nova oportunidade de espanto.

Sem dúvida, a edição atual, envolvendo a obra *O Estrangeiro*, de Albert Camus, novamente envolveu professores e alunos que contou com o entusiasmo com que a obra também foi discutida nos corredores, bar, restaurante, biblioteca, trabalhos, provas, e todo tipo de atividade acadêmica em que se pôde – de uma forma ou de outra – revelar e realizar comparações acerca da lei e seus valores,

¹ Diretora de Pesquisa (angelak@cesuca.edu.br), Professora do Mestrado em Direito da Empresa e dos Negócios na Unisinos, Doutora em Direito pela Unisinos/RS, Pós-doutora pelo Institut für Information-, Telecommunication- and Media Law (ITM), Münster, Alemanha, professora do Mestrado Profissional em Direito da Empresa e Negócios, da Unisinos. Advogada (www.kre.adv.br).

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

atuais, com a discussão envolvendo os mais diversos aspectos de uma real ou abstrata situação “estrangeira” que pode-se experimentar nos dias de hoje.

Um diálogo que buscou aproximar a própria distância do ser, seu alheamento, sua presença, seu “estar-aí”, que é o que essa obra, em especial, de Albert Camus, com a sua potencialidade de encantar com o “absurdo”, possibilitou a todos nós.

Vale sempre lembrar que a forma de propor um diálogo entre Direito e Literatura nasceu com a criação do Curso de Direito do Cesuca (2011), e essa forma de proceder tem trazido uma grande aceitação da parte da comunidade acadêmica que durante um semestre não apenas elege o próximo livro para o diálogo como reflete, trabalha e prepara os artigos que serão submetidos para avaliação cega por pares, seguindo-se o processo de apreciação segundo as regras da Revista para a publicação.

A origem da Revista Diálogos vincula-se ao resultado de um Projeto de Pesquisa que iniciou com o propósito de chamar de “Jardim” o espaço, que é o lugar ou o momento em que os professores e alunos do Curso de Direito se encontram para conversar e debater uma obra literária. Esse “espaço” acabou por se tornar uma expressão do desejo de encontro e de diálogo de experiências, vivência transdisciplinar e interdisciplinar. Também partilha o convívio e aprendizagem, sendo a ideia de Jardim inspirada na proposta dos filósofos gregos do epicurismo, um lugar muito privilegiado, e raro, de liberdade. Na proposta dos estoicos, que ensinavam nos “pórticos” de Atenas, uma busca de serenidade. A proposta, mantém sua ideia original: a construção de um espaço verdadeiramente livre para o diálogo possibilitado pela escolha de obras literárias que se revestem de um instrumento, ou ao menos um convite, para o diálogo entre os pares. ²

O Diálogo do número 9 que encerra o ano de 2015 inicia com o artigo do Professor Dartagnan Ferrer dos Santos, que abora a desde uma perspectiva

² Outros detalhes sobre o projeto que originou esta publicação podem ser encontrados no lançamento da Revista, com o seu número 1, ou mesmo no projeto de pesquisa que deu origem a esta revista, na página do Curso de Direito.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

existencialista da obra para apresentar uma porposta junto ao Direito do Trabalho, tratando do “direito à desconexão”. Uma obra prima do Prof. Dartagnan!

Na sequência apresentamos o artigo do Prof. Ney Wiedemann Neto e Paulo Alex da Silva Souza, intitulado “O estrangeiro e a retórica jurídica.” Os autores alcançam uma feliz conexão entre a literatura e o mundo jurídico, a partir da análise da obra e a retórica jurídica, lembrando que a retórica do discurso carrega sempre o sistema normativo, lembrando que “o foco que é dado à base fática de incidência da norma depende também de uma intenção prévia daquele que sustenta uma posição” – aqui já é possível perceber a riqueza da abordagem dos autores, e o quanto enriquecem o diálogo a partir de sua análise do clássico de Camus.

O terceiro artigo da Revista, do Prof. Renato Selayaram apresenta uma leitura dos conceitos de multiculturalismo, cidadania e globalização, esclarecendo brilhantemente os vínculos, diferenças e proximidades entre tais elementos. Aborda a perspectiva da negação de reconhecimento, o que sempre gera espanto quando se analisa a história e o contexto de início de um novo século.

Já o Prof. Claudio Maraschin analisa e contribui com a reflexão sobre o Direito, como uma ciência interdisciplinar, abordando e apontando a importância e de permanência das influências dos pré-juízos ou pré-conceitos morais no ato de julgar, e como destaca muito bem o autor, muitas vezes “em detrimento dos fatos geradores de ilicitude legalmente previstos” e por consequência seus riscos para o Estado de Direito.

Na sequência o artigos do autor Luis Rosenfield investiga a “narratividade, normatividade e coerência” - e em especial a ausência de coerência “narrativa do protagonista-narrador da obra”, e com isso destaca de modo ímpar a importância da narratividade no direito, como destaca o autor, “como condição de possibilidade para compreensão de determinados fenômenos jurídicos”.

O sexto artigo da Revista, da Professora Joseane Mariele Schuck Pinto dialoga com a obra “O Estrangeiro” de Camus sob uma perspectiva das relações internacionais, destacando o cenário de preconceitos e intolerância que apresenta-se contemporaneamente a partir da questão migratória. A autora é muito feliz ao

destacar que não obstante a obra versar sobre o homicídio praticado por um árabe, ele foi condenado pelo “desrespeito a preceitos morais reconhecidos como absolutos pela sociedade local”, e essa realidade observa nas dificuldades enfrentadas pelos migrantes na atualidade, observado na xenofobia.

O artigo do Professor José Ignacio Núñez Leiva, da Pontifícia Universidade Católica do Chile apresenta um estudo envolvendo Camus e Kantorowicz, “Mersault y el jurista de la mesa verde”. Nesse artigo o professor José Ignacio aborda as críticas do Movimento da Escola do Direito Livre, envolvendo inclusive as versões mais exageradas como a exegese, apontando sua curiosa vinculação com o jusracionalismo naturalista. A riqueza das observações do professor Leiva destaca que “as teorias jurídicas oscilam pendularmente, como ação e reação, sendo reflexos de seus contextos”, e pode gerar “impulsos inquietantes”.

Na sequência o artigo do autor Ramiro Ferreira Freitas, intitulado “Em busca de um sentido: o direito enquanto procura pela ‘justiça’ nativa em oposição aos ‘crimes’ do estrangeiro”, destaca o quanto a obra contribui para a formação de uma consciência jurídica “sustentada por (pré-conceitos)”. O autor ainda destaca mecanismos “com potenciais aplicações irracionais” de parte dos julgadores, sugerindo o cuidado e bom senso na análise de evidências e respeito ao Estado Democrático.

A autora Mariana Menna Barreto Azambuja, por outro lado, aborda a possibilidade de responsabilização civil por abandono a partir do olhar da obra “O Estrangeiro”. A autora mostra o quanto a obra auxilia na reflexão sobre o valor do afeto nas relações parentais, diante da postura fria e indiferente do protagonista da obra, ao mesmo tempo em que analisa a possibilidade ou não de responsabilizar civilmente um sujeito pela falta de afeto ou abandono.

O décimo artigo apresentado é do Professor Guilherme de Oliveria Feldens, intitulado “A angústia como possibilidade da liberdade: um diálogo entre Kierkegaard e Camus na obra O Estrangeiro”. O autor parte da ideia de angústia de Kierkegaard e apresenta a análise do filósofo na construção do personagem

Marsault, da obra de Camus, destacando e aproximando o absurdo da existência humana.

A seguir, o artigo “Ser estrangeiro no Brasil: implicações filosóficas, jurídicas e socioculturais”, escrito pelo Prof. Emerson de Lima Pinto e Leonardo Marques Kussler apresenta a ideia de “alheamento” em relação não apenas a leis, mas direitos, deveres, costumes. A partir do principal personagem, destacam que pode-se viver como “estrangeiro” em sua própria comunidade, apenas pelas dificuldades de linguagem ou expressão. Demonstram que as expectativas do grupo podem condenar mais do que propriamente as evidências, considerando a ausência de diálogo. A abordagem da hermenêutica jurídica é rica e destaca que certos conceitos auxiliam na compreensão do tema. Além disso, trazem em um segundo momento a abordagem a partir do “Manual do Estrangeiro” do Brasil, analisando sua adequação ao Direito Internacional.

E ao final, o artigo “O Estrangeiro e suas absurdidades”, do Professor Celso Augusto Nunes da Conceição, em coautoria comigo, onde o “desconforto intelectual” é apresentado a partir da ausência de bom senso. É abordado o absurdo no contexto da recente entrada em vigor (2016) do “Acordo” Ortográfico gerado a partir de 2009, mesmo quando outros países lusófonos “ainda o estão discutindo”. Busca-se destacar o quanto na linguagem e na língua, assim como na trajetória de Meursault, as vicissitudes geraram argumentos falaciosos e podem constituir absurdidades.

Convido os leitores para que acessem cada artigo e percebam por si a imensa riqueza e profusão de ideias possibilitada sob inspiração de Albert Camus e sua obra “O Estrangeiro”.

É visível a imensa riqueza de abordagens, onde apresentam-se estudos que versam sobre a teoria do direito, a relação de trabalho, a retórica jurídica, a responsabilização civil por abandono, a hermenêutica jurídica, o direito e as relações internacionais e a filosofia do direito, para destacar apenas alguns temas.

Desejo uma boa leitura a todos.

Cachoeirinha, janeiro de 2016.

Dra. Ângela Kretschmann

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

1. O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO: UMA PROPOSTA CONCEITUAL A PARTIR DA FILOSOFIA EXISTENCIALISTA E “O ESTRANGEIRO” DE ALBERT CAMUS.

1. THE RIGHT TO DISCONNECT FROM WORK: A CONCEPTUAL PROPOSAL STARTING FROM EXISTENTIALIST PHILOSOPHY AND "THE STRANGER" BY ALBERT CAMUS.

Dartagnan Ferrer dos SANTOS³

“Um vendedor que se alheia em sonhos é ofensivo para os compradores, pois já não é completamente um vendedor.” Jean Paul Sartre

Resumo: Neste artigo pretende-se usar o fundo existencialista da obra “O Estrangeiro” de Albert Camus para esboçar uma proposta de análise do novo “direito à desconexão” do trabalho. Para isso, serão apresentados os fundamentos elementares de parte daquela vertente filosófica e do novo direito, fazendo-se ao final a ligação entre ambos.

Palavras-chaves: Filosofia Existencialista. Desconexão do trabalho.

Abstract: In this article we intend to use the existential background of the book "The Stranger" by Albert Camus to draft a new analysis proposed "right to disconnect" from job. For this, the basic foundations of an aspect of that philosophical branch and the new right will be presented, making at the end a link between them.

Keywords: Existentialism. Disconnection from work.

Sumário: Introdução; 1. Alienação e realidade em “O Estrangeiro” de Albert Camus; 2 O “Existencialismo” de Mersault, criador de sua própria história; 3. O “direito à desconexão” ao trabalho; Consideração final; Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo usar do fundo existencialista da obra “O Estrangeiro” de Albert Camus para análise elementar do novo “direito à desconexão” do trabalho, o qual pode ser visto “prima facie” como o direito de o empregado não trabalhar enquanto está ou devia estar desligado do serviço em momento de descanso. Desse modo, iniciar-se-á apresentando-se a estrutura básica da obra literária e principalmente o traço mais marcante da personalidade do personagem Mersault. Após, se analisará de maneira perfunctória um

³ Curso de Direito; Direito do Trabalho. E-mail: dartagnansantos@cesuca.edu.br.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

dos fundamentos elementares da vertente filosófica em comento. Por fim examinar-se-á suficientemente o novo “direito à desconexão” do trabalho e seu necessário reconhecimento nas relações de emprego, sempre com fundamento em ideias existencialistas.

O principal método de escrita é a pesquisa bibliográfica, estabelecendo relações entre a literatura, a filosofia e a dogmática jurídica, três campos do saber aqui estudados de maneira interdisciplinar. O objetivo do escrito é meramente introdutório aos assuntos e conceitos apresentados, visando privilegiar as inter-relações entre os mencionados três campos do saber. Eventuais aprofundamentos nos temas deverão ser buscados pelo menos na bibliografia apresentada ao final.

De qualquer modo, mesmo com a limitação de espaço para tratar de assuntos tão complexos, espera-se que a leitura deste estudo apresente os temas de maneira satisfatória, principalmente oferecendo uma ideia elementar a respeito de parte importante da filosofia existencialista e o direito à desconexão do trabalho, estabelecendo-se a muito possível relação entre ambos.

1. ALIENAÇÃO E REALIDADE EM “O ESTRANGEIRO” DE ALBERT CAMUS

Em “O Estrangeiro”, Albert Camus⁴ narra a história de um recorte da vida de Mersault, um personagem que nos perturba com sua incapacidade de perturbar-se. Da notícia da morte de sua mãe até o desfecho de seu destino trágico por “matar um árabe” anônimo, nada parece fazê-lo refletir, incomodá-lo ou encantá-lo. Fatos que fariam qualquer um desabar tornam-se irrelevantes para esse homem aparentemente desconectado do mundo cotidiano. Sobre trecho do interrogatório pelo assassinato que cometera, conta Mersault: “Perguntou-me com o mesmo ar meio cansado se eu estava arrependido do meu ato. Meditei e disse que, mais do que verdadeiro arrependimento, experimentava um certo tédio”.⁵

Enquanto “entedia-se” com seu julgamento, Mersault deixa-se prender por detalhes sociais e dos procedimentos judiciais que parecem irrelevantes naquele contexto; sem

⁴ CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Vol. 10. As tendências contemporâneas por Carpeaux. São Paulo. Editora Leya, 2012, p. 296. Albert Camus nasceu em 1913 e faleceu em 1960. Entre suas principais obras constam o romance referido, “A Queda” (1956), “A Peste” (1947) e “O Homem Revoltado” (1951).

⁵ CAMUS, Albert. **L’Étranger**. Saint-Amand, France. Éditions Gallimard, 2001, p. 109. O livro foi a primeira obra do autor, publicada em 1942.

dúvida que alguém em bem melhor posição para fazer análises sociológicas até pudesse mesmo elencar os absurdos de um processo judicial; porém, um réu assombrado pelo fantasma da pena de morte certamente teria coisa mais urgente a fazer... Assim, ao ser qualificado, narra a personagem: “E ainda me fez repetir minha identidade. Não obstante minha irritação, pensei que no fundo isso era natural, pois seria muito grave julgar um homem no lugar de outro,”⁶ como se não fosse possível anunciar-se por outro nome; e como se já não constasse em autos inúmeras outras identificações mais relevantes até o momento de se enfrentar um julgamento.

Mas afinal, por que Mersault matou o árabe?

Aqui, mais uma vez somos surpreendidos pelo vazio do personagem. Ao ser questionado a esse respeito, ele limita-se a responder “rapidamente, misturando um pouco as palavras e ciente de meu ridículo, que foi por causa do sol [, o que provocou] risos na sala”.⁷

Embora seja evidente que “o sol” não justificaria ou sequer explicaria o assassinato cometido, a narrativa prova que Mersault falou a verdade ao explicar sua atitude com a vertigem causada pelos últimos dias tórridos posteriores à morte de sua mãe, quando seu entorpecimento foi ainda capitalizado pelo calor e pelo ar rarefeito de uma quase-meio-dia tropical à beira-mar. Um delírio estranho (a que os populares costumavam apelidar “hora-boba”) tomou conta do personagem que, em um vácuo de consciência, não soube exatamente o que estava fazendo e acabou por fazer “quando tudo vacilou. [...] O gatilho cedeu [e foi como se eu] desse quatro batidas secas na porta da desgraça.”⁸

Em suas palavras, Mersault julgava o seu caso “muito simples”, de modo que nem considera relevante nomear um advogado;⁹ parece-lhe que apenas matou e deve ser por isso julgado e condenado. Mas será mesmo? Parece que não. Em verdade, faz-se necessário o quanto possível contextualizar histórica e filosoficamente a obra literária, de modo a entender o que ela e seu enigmático personagem nos propõem.

⁶ Ibidem, p. 134.

⁷ Ibidem, p. 158.

⁸ Ibidem, p. 95.

⁹ Ibidem, p. 99.

2 O “EXISTENCIALISMO” DE MERSAULT, CRIADOR DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

Cabe agora questionar se o desprezo evidente de Mersault pelas convenções sociais, regras de direito, dogmas religiosos, etc. não seria em verdade lucidez. Seu desinteresse pelos padrões de comportamento não seria uma ligação com o real muito maior do que essa que pensamos ter?

De fato, essa é a ideia proposta pela vertente “existencialista” da filosofia que emerge do romance.¹⁰ A respeito, entendia Jean Paul Sartre (então amigo de Camus¹¹) que “o homem é um ser supremamente livre, criador de seu próprio mundo, medida dos seus valores [, cuja] atividade intelectual [deve ser a] crítica não condicionada de todo o existente, como criação ‘ex nihilo’ de normas e princípios”.¹² Assim, criando seu mundo e suas regras a partir do nada, “o homem dá-se conta de estar ‘condenado à liberdade’, a qual se identifica precisamente com esse impulso interior para transcender o existente”.¹³ Isso se resume na fórmula: “a existência precede a essência”, pela qual “o homem primeiro existe e age no mundo e apenas em um segundo estágio define a si mesmo e a sua natureza”.¹⁴ Desse modo, por esse viés “existencialista”, o que à primeira vista seria “desconexão” entre Mersault e a realidade é, na verdade, a sua construção e entrega total a ela ou a seus aspectos que realmente importam. Assim o personagem estaria agindo: interessando-se somente por aquilo que realmente o venham prender, evitando “a fuga de si próprio” pela construção de uma pessoa irreal.¹⁵

¹⁰ JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2006, p. 99: “existencialismo (fr. existencialisme) Filosofia contemporânea segundo a qual, no homem, a existência, que se identifica com sua liberdade, precede a essência; por isso, desde o nosso nascimento, somos lançados e abandonados no mundo, sem apoio e sem referência a valores; somos nós que devemos criar nossos valores através de nossa própria liberdade e sob nossa própria responsabilidade. [...] Como o pensamento filosófico (abstrato e generalizante) não apreende a existência individual, na qual a angústia tem um papel preponderante, o existencialismo abre-se para a literatura e para o teatro, fazendo a filosofia despontar em romances e peças teatrais.”

¹¹ SARTRE, Jean Paul. **Os Pensadores**. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1978, “Vida e Obra”, p. IX: “Albert Camus e André Malraux durante muito tempo caminharam juntos na defesa dos mesmos ideais de liberdade de Sartre. Divergências políticas posteriores acabaram por separar os três amigos.”

¹² MORAVIA, Sergio. **Sartre**. Lisboa, Portugal. Edições 70, 1985, p. 11.

¹³ Ibidem, p. 40.

¹⁴ DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. Tradutora Luzia Araújo. – São Leopoldo: Unisinos, 2009, p. 207-8.

¹⁵ MORAVIA, 1985, p. 41. “A fuga de si próprio como (permanente) comportamento humano é definida por Sartre como ‘má fé’. Ela consiste, numa primeira aproximação, em mentir a si próprio, em construir uma imagem de si ou uma

A respeito, em “O Ser e o Nada” Sartre usou um exemplo que vem demais a calhar neste estudo do “direito à desconexão” do trabalho. Trata-se da análise “do empregado de café”, o qual comporta-se roboticamente atendendo aos clientes de maneira padronizada e eficiente, atuando da maneira que se espera que atue. Sob a ótica existencialista, esse comportamento é um fingimento; o trabalhador está desempenhando um mero papel de empregado, pois nem ele nem ninguém “é” um garçom, embora seja possível portar-se como se isso se fosse. O atendente está apenas a representar um papel, “como representam todos os homens: como o comerciante, o alfaiate, o polícia [etc. O empregado] se esforça por entrar o mais possível na sua própria função, porque sente estar sempre à beira de a perder [, com] dramática cisão e sua consequente infelicidade”.¹⁶ Essa falsidade perfaz “a teatralidade fundamental da existência humana: a tendência para desenvolver de modo mais sério um certo papel no qual se pode agarrar”,¹⁷ frente à enorme dificuldade (se não impossibilidade) para se agir de maneira diferente. Vale transcrever trecho da obra máxima do filósofo:¹⁸

Obrigação que não difere da que se impõe aos comerciantes: sua condição é toda feita de cerimônia, os clientes exigem que a realizem como cerimônia, existe a dança do dono da mercearia, do alfaiate, do leiloeiro, pelo qual se empenham a persuadir seus clientes de que não passam de dono de mercearia, leiloeiro, alfaiate. Um vendedor que se alheia em sonhos é ofensivo para os compradores, pois já não é completamente um vendedor. A cortesia exige que se circunscreva à função, assim como um soldado em posição de sentido faz-se coisa-soldado com um olhar direto, mas que nada vê, e não foi feito para ver, porque é o regulamento. [...] Vemos quantas precauções são necessárias para aprisionar o homem no que [está], como se vivêssemos no eterno temor de que escape, extravase e eluda sua condição.

Então, pode-se afirmar que em seu descolamento do mundo aparente, Mersault consegue evadir-se desse palco armado: ele não desempenha o papel de réu, de arrependido ou de vítima; ele age desprezando as consequências terríveis de seu justo desapego pelo teatro de nossa existência. O personagem do romance opta por sua

situação mesmo intersubjetiva que ‘não é’”, cabendo apenas esclarecer que não há qualquer reprovação moralista no termo “má fé”.

¹⁶ Ibidem, p. 42.

¹⁷ Loc. cit.

¹⁸ SARTRE, Jean Paul. **O Ser e o nada**: Ensaio de ontologia fenomenológica. Trad. e notas: Paulo Perdígão. 20. Ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011, p. 106.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

autoconstrução constante e faz o seu destino; em outras palavras, ele exerce o que Jean Paul Sartre chamou “ser para si”.¹⁹

Desse modo, na França e em suas colônias em meados do Século XX, o personagem está inserido no contexto filosófico de sua época e lugar, o que seria quase inevitável, pois o existencialismo, desde a imagem de jovens de gola alta ouvindo “jazz” à margem esquerda do Sena até os profundos meandros da séria vertente filosófica, “foi [tudo] um clima literário ao qual, naqueles anos, ninguém conseguiu escapar”.²⁰

Cabe agora dizer que, embora a tradição filosófica existencialista tenha sido pouco recepcionada pela teoria do direito, certamente por envolver uma “liberdade radical” que pode ser vista como ingênua ou anárquica demais para o mundo jurídico, a corrente pode ser muito útil e necessária para pensar a ciência social, uma vez que seu pensamento “retém os usos críticos da natureza humana contra a autoridade”,²¹ e, ao se examinar a “conexão” e a “desconexão” ao trabalho, é assim que se deve conceber as ideias que fundamentam o romance “O Estrangeiro”.

É possível então olhar o personagem de Camus de duas perspectivas: em um momento, nós o reputamos um alienado, um perdido sem alma, incapaz de empatia ou da vida social, estando assim “desconectado” de nosso mundo; de outro viés, o vemos como alguém muito lúcido de si próprio, rejeitando desempenhar papéis que não lhe interessam, de modo a estar muito bem “conectado” consigo mesmo e com a realidade que constrói com sua liberdade. Essas duas hipóteses não são excludentes, mas sim dialeticamente inseparáveis.²² Tanto é assim que, no exemplo sartreano do “empregado de café”, é possível também dele dizer que está “conectado” ao cotidiano ao mesmo tempo que “desconectado” de si próprio. E é com essa visão em dois focos que se deve examinar

¹⁹ SAVATER, Fernando. **La aventura del pensamiento**. Santiago de Chile. Editorial Sudamericana, 2014, p. 360. É importante esclarecer melhor a diferenciação que o existencialismo faz entre o “ser em si” e o “ser para si”, o que corresponde respectivamente a uma distinção entre algo inconsciente, imutável e constante (como “o ser em si” de uma cadeira, por exemplo, que não pode escolher o que ser) e o “ser para si” que só pode existir no homem, porque só ele é dotado de consciência e assim capaz de escolher seu destino, podendo recusar, prender, transmutar-se em algo, etc. Em outros termos, o que existe “em si” apenas é o que é, sem sequer ter consciência de sua limitação; por sua vez, o homem se faz e faz o seu mundo “para si”.

²⁰ CARPEAUX, 2012, p. 214.

²¹ DOUZINAS, 2009, p. 209-10.

²² JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. 2006, p. 73-4: “Em Hegel, a dialética é o movimento racional que nos permite superar uma contradição. Não é um método, mas um movimento conjunto do pensamento e do real.” HEGEL, Georg W. F. **Ciência da lógica**: excertos. Seleção e tradução: Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011, p. 96: “A “dialética [constrói] o movimento racional mais elevado, no qual tais elementos que aparecem pura e simplesmente separados por meio de si mesmos, por meio do que são, passam de um ao outro e a pressuposição [de sua separabilidade] se supera”

como o direito está pensando o tempo de trabalho do empregado no momento em que a tecnologia pode deixá-lo constantemente ligado à sua função através de telefone celular, e-mails, mensagens em redes de comunicação, etc.; tudo ao mesmo tempo em que a pessoa está desligada de sua vida e de si própria, estando cerceada de viver o “ser para si”.

3. O “DIREITO À DESCONEXÃO” AO TRABALHO

A Constituição da República limita a jornada de trabalho do empregado a “oito horas diárias e quarenta e quatro semanais”, abrindo exceção a essa regra apenas pela “compensação de horários” ou pela sua “redução” diária através de negociação coletiva de trabalho.²³ Por sua vez, a Consolidação das Leis do Trabalho nascida em 1º de maio de 1943 continua a estruturar e reger a relação de emprego e os direitos e deveres inerentes ao contrato respectivo, impondo em seu Título II, Capítulo II outros limites, especificações e mesmo flexibilizações à duração do trabalho. Nessas normas, estão por exemplo os “intervalo ‘intra’ e ‘entre’ jornadas”, que vêm a ser as pausas para repouso e alimentação de no mínimo uma hora para mais de seis horas de labor diário e a regra da obrigatoriedade de se manter um intervalo de onze horas entre duas jornadas distintas de trabalho.²⁴ Mais adiante, o diploma legal determina o direito a férias anuais “sem prejuízo de remuneração”, com suas especificidades.²⁵ Com isso, a conclusão óbvia é que o trabalho infundável felizmente continua a não ser admitido pelo direito laboral, com a lei garantindo descanso e vida pessoal ao empregado.

Porém, não obstante a normatização jurídica, é sabido que em nossos dias a tecnologia tem trazido inúmeras mudanças na estrutura da prestação de serviços, inclusive com a possibilidade material de manter o trabalhador sob constantes ordens e cobranças. Essas são características do modelo de “sociedade pós-industrial” em que vivemos, a qual está estruturada em “tecnologia intelectual, informação e conhecimento” e na “venda” de

²³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acessado em 28 dez. 2015. Denota-se do Art. 611 da CLT que “negociação coletiva” é gênero que comporta duas espécies de composições estabelecidas por sindicato de empregados: “convenção coletiva”, quando o polo outro é o sindicato das empresas e “acordo coletivo”, quando a entidade obreira negocia diretamente com uma empresa específica. A respeito, cf. MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentário à CLT**. 18ª ed. Editora Atlas. São Paulo, 2014, p. 695-6..

²⁴ MARTINS, 2014, p. 79-142.

²⁵ Ibidem, p. 155-86.

bens que não se esvaem pelo consumo, como os “softwares”, sinais de TV a cabo, etc.²⁶ Impende então examinar qual é o limite que o próprio “teatro da realidade” admite para a subordinação do empregado à empresa, entendida esta como poder de direção do empregador sobre a prestação de serviços do empregado sujeitado às ordens da empresa, o que vem a ser mais importante elemento da relação de emprego,²⁷ tudo no cenário da inegável extensão do local de trabalho para fora dos limites da empresa, adentrando até mesmo o lar do trabalhador através do fenômeno de “deslocalização do trabalho (ou de grande parte dele) pela via tecnológica”.²⁸

Assim, em termos jurídico-dogmáticos, impende observar até onde a empresa pode estender a jornada de trabalho de seu empregado abstendo-se de contatá-lo através de meios telemáticos ou virtuais em seus momentos de descanso, o que a doutrina vem já há cerca de uma década denominando “direito à desconexão” ao trabalho.²⁹ O reconhecimento e aplicação desse direito visa resguardar não só “a saúde” do empregado como também seu “direito ao lazer”, ambos previstos no Art. 6º da Constituição da República,³⁰ norma fundamental inegavelmente negligenciada, mas a qual tem um aspecto primordial no âmbito do direito do trabalho, visto que insere-se nele não só como antítese à jornada laboral (o que tem especial relevância na “desconexão” aqui tratada) como também nela pode (e deve) penetrar configurando o trabalho como fonte de prazer.³¹

Diga-se que uma “sobrecarga informacional e comunicacional [invasiva] da vida privada dos assalariados” pode ser, além de fatigante ao empregado, até mesmo

²⁶ SILVA, Josué Pereira da. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008, p. 23-4.

²⁷ MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 4 ed. São Paulo. Ed. Saraiva, 2013, p. 147: “A subordinação é, então, evidenciada na medida em que o tomador de serviços (e não o prestador, como acontece no trabalho autônomo), define o tempo e o modo de execução daquilo que foi contratado [, configurando] uma situação que limita a ampla autonomia de vontade do prestador de serviços”, inclusive através de sua sujeição às ordens da empresa.

²⁸ FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Curso crítico de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo. Editora Saraiva, 2013, p. 75.

²⁹ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **Do direito à desconexão do trabalho**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15 Região, Campinas, Nº 23, 2003. Disponível em: < http://www.trt15.jus.br/escola_da_magistratura/revista23.shtml > Acesso em: 28 dez. 2015

³⁰ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Loc. cit.

³¹ A respeito do trabalho como fonte de prazer, é muito representativa a canção “Noa Noa” de Vitor Ramil, na qual o compositor menciona e (principalmente) mistura “o suor do trabalho e do prazer” que toda pessoa humana pode buscar; isso enquanto homenageia a um só tempo o pintor fauvista Paul Gauguin (o qual deixou Paris para viver e pintar “radiante, como o sol” nas ilhas polinésias, notadamente aquela que dá nome à canção) e o grande poeta e tipógrafo brasileiro Cleber Teixeira, criador de uma editora em Florianópolis que leva o nome da mesma ilha do Taiti. Conclui a canção: “Paul Gauguin/ é feliz/ afinal/ também nós/ o seremos/ uma vez.” RAMIL, Vitor. **Noa Noa**. Intérprete (____). Longes. Satolep Music. Pelotas. CD (55m08s), 2004. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=SpjJE9BglXE> > Acesso em 29 dez. 2015.

contraproducente para a empresa.³² Acima de tudo, sob uma ótica existencialista, a conexão permanente ao trabalho pode extrair a finalidade da pessoa humana. Evidentemente, sendo o contrato de emprego sinalagmático e comutativo,³³ é certo que essa “desconexão” deve ser uma “via de mão dupla”, comportando também o “dever de desconexão” por parte do empregado, para que seu direito se efetive.³⁴ Vale ainda esclarecer que “o não-trabalho aqui referido [significa apenas] trabalhar menos [neste mundo tecnológico], até o nível necessário à preservação da vida privada e da saúde”;³⁵ desse modo, nada há de absurdo nesse desligamento efetivo do emprego, o qual começa a ser atendido inclusive pela jurisprudência pátria, como em recente julgado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região dispondo que “o trabalhador tem o direito à desconexão do trabalho, e, como forma de assegurar sua dignidade, deve-se oportunizar o ‘não-trabalho’ em determinados momentos.”³⁶

Questão prática que se coloca é sobre a forma de efetivar o desligamento ao trabalho, o que tem sido procedido em empresas por bloqueios de acesso a endereços profissionais de e-mail, a chamadas telefônicas, a envio de mensagens por telefone móvel, etc., impossibilitando essas maneiras de contato fora do horário controlado de serviço. Sem uma medida como essa assegurando o desligamento do trabalho, a conexão constante pode inclusive frustrar o projeto de vida do trabalhador, destruindo suas aspirações próprias em jornadas descabidas e incessável ligação ao trabalho pela tecnologia, o que pode culminar no que a doutrina vem chamado “dano existencial” (o que, de maneira inconsciente ou não, de certa forma também “homenageia” a abordagem filosófica aqui em questão). Diga-se que o “vazio de existência” provocado pelo trabalho infundável de maneira alguma pode

³² BISSUEL, Bertrand. Vers um “droit à la déconnexion” au travail. *Le Monde*. Paris, 15 set. 2015. Politique. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/politique/article/2015/09/15/travail-vers-un-droit-a-la-deconnexion_4757836_823448.html> Acessado em 28 dez. 2015.

³³ Isso porque o contrato de emprego tem como pressuposto a equivalência de deveres e direitos entre seus polos empresa/empregado, estando um obrigado em relação ao outro. A respeito cf. MARTINEZ, 2013, p. 144-151.

³⁴ BISSUEL, 2015, loc. cit.

³⁵ SOUTO MAIOR, 2003, loc. cit.

³⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Rio Grande do Sul – 1ª Turma Julgadora. Recurso Ordinário nº 0020214-34.2014.5.04.0018 contra sentença proferida pelo MM. Juízo da 18ª Vara do Trabalho Desta Capital. Porto Alegre, 25 fev. 2015. Publicado em 2 mar. 2015. Des. Relatora Rosane Serafine Casa Nova. Participam do julgamento: Iris Lima de Moraes e Marçal Henri dos Santos Figueiredo. Disponível em: <<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/consultas/jurisprudencia/acordaos>> Acesso em 29 dez. 2015.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

ser admitido como aceitável, o que também vem sendo reconhecido nos tribunais na forma de indenizações compensatórias.³⁷

Feitas essas observações elementares sobre um direito que, mesmo implícito desde sempre no conceito de jornada, só há pouco vem sendo estudado na doutrina e reconhecido pela jurisprudência, cabe por fim lembrar neste cenário tecnológico o apreço imenso que a filosofia existencialista tem pela construção da própria história por cada pessoa humana, o que envolve de modo fulminante a ideia de “desconexão do trabalho”: “o homem não é senão o seu projeto, só existe na medida em que se realiza, não é, portanto, nada mais do que o conjunto de seus atos, nada mais do que a sua vida”.³⁸ E esta só pode ter um fim e ser (o quanto possível) plena com liberdade; inclusive do trabalho, de cujo desligamento se revela indispensável.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Em seu clássico opúsculo “O Existencialismo é um Humanismo”, conclui Sartre que “ao homem não há outro legislador além dele próprio [, cabendo a ele buscar um fim que o] realizará precisamente como ser humano”.³⁹ A todas e todos é dado esse direito. “É perseguindo fins transcendentais que [se] pode existir”, em constante superação.⁴⁰ E não podemos presumir que será na venda eterna de sua força produtiva que a pessoa encontrará sua finalidade; em verdade, é muito pouco provável que assim seja. Afirmo o filósofo: “Por mais que cumpra as funções de garçom, só posso ser garçom de forma neutralizada, como um ator interpreta Hamlet, fazendo gestos típicos de meu estado e vendo-me como garçom imaginário através desse gestual”.⁴¹ Por isso, deve-se resguardar o direito à desconexão ao trabalho: para que o tempo efetivamente fora do emprego seja vivido da forma como a pessoa humana bem desejar, acreditar ou finalizar “para si”, fazendo seu projeto de vida

³⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Rio Grande do Sul – 1ª Turma Julgadora. Recurso Ordinário nº 0002125-29.2010.5.04.0203 contra sentença proferida pelo MM. Juízo da 3ª Vara do Trabalho de Canoas. Porto Alegre, 20 mar. 2013. Publicado em 27 mar. 2013. Des. Relator Jose Felipe Ledur. Participam do julgamento: Desembargadora Iris Lima de Moraes e Desembargadora Laís Helena Jaeger Nicotti. Disponível em: < <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/consultas/jurisprudencia/acordaos> > Acesso em 23 mai. 2015.

³⁸ SARTRE, 1978, p. 13.

³⁹ Ibidem, p. 21. A conferência “O Existencialismo é um humanismo” de Jean Paul Sartre foi proferida em 1945 como resposta à “Carta sobre o humanismo” de Martin Heidegger, obra na qual o alemão criticava as ideias existencialistas sartreanas. Em defesa de suas ideias, Sartre chega a defender que mesmo sem esperança se deve ter o compromisso histórico de buscar o melhor para humanidade. Cf. SAVATER, Fernando. **La aventura del pensamiento**. Santiago de Chile. Editorial Sudamericana, 2014, p. 364.

⁴⁰ Loc cit.

⁴¹ SARTRE, 2011, p. 107.

como ela bem quiser. O direito do trabalho deve se mover cada vez mais nesse sentido. É o que se espera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISSUEL, Bertrand. Vers un “droit à la déconnexion” au travail. *Le Monde*. Paris, 15 set. 2015. Politique. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/politique/article/2015/09/15/travail-vers-un-droit-a-la-deconnexion_4757836_823448.html> Acessado em 28 dez. 2015.

CAMUS, Albert. *L'Étranger*. Saint-Amand, France. Éditions Gallimard, 2001.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Vol. 10. As tendências contemporâneas por Carpeux. São Paulo. Editora Leya, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em 28 dez. 2015.

DOUZINAS, Costas. *O fim dos direitos humanos*. Tradutora Luzia Araújo. – São Leopoldo: Unisinos, 2009, p. 209-10.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. *Curso crítico de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho*. São Paulo. Editora Saraiva, 2013.

HEGEL, Georg W. F. *Ciência da lógica: excertos*. Seleção e tradução: Marco Aurélio Werle. São Paulo: Barcarolla, 2011.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 4. ed. atual. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2006.

MARTINEZ, Luciano. *Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho*. 4 ed. São Paulo. Ed. Saraiva, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Comentário à CLT*. 18ª ed. Editora Atlas. São Paulo, 2014.

MORAVIA, Sergio. *Sartre*. Lisboa, Portugal. Edições 70, 1985.

RAMIL, Vitor. *Noa Noa*. Intérprete (____). Longes. Satolep Music. Pelotas. CD (55m08s), 2004. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=SpJE9BgIXE> > Acesso em 29 dez. 2015.

SARTRE, Jean Paul. *O Ser e o nada: Ensaio de ontologia fenomenológica*. Trad. e notas: Paulo Perdiggão. 20. Ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2011.

_____. *Os Pensadores*. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1978.

SAVATER, Fernando. *La aventura del pensamiento*. Santiago de Chile. Editorial Sudamericana, 2014.

SILVA, Josué Pereira da. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Do direito à desconexão do trabalho*. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15 Região, Campinas, Nº 23, 2003. Disponível em: <http://www.trt15.jus.br/escola_da_magistratura/revista23.shtml> Acesso em: 28 dez. 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

2. O ESTRANGEIRO E A RETÓRICA JURÍDICA

2. THE STRANGER AND THE LEGAL RHETORIC

Ney WIEDEMANN NETO⁴²

Paulo Alex da Silva SOUZA⁴³

Resumo: O texto examina o livro “O Estrangeiro”, de Albert Camus, e a sua atualidade, em uma aproximação entre o Direito e a Literatura, com foco na questão da retórica jurídica.

Palavras-Chave: O Estrangeiro; Albert Camus; Direito; Literatura.

Abstract: The text examines the novel "The Stranger" by Albert Camus, and its relevance in a rapprochement between Law and Literature, focusing on the legal rhetoric question.

Key-Words: The Stranger; Albert Camus; Law; Literature.

Sumário: Introdução; 2. O contexto da obra; 3. A questão da retórica jurídica; Considerações finais; Referências bibliográficas.

Summary: Introduction; 2. The context of the work; 3. The legal rhetoric question; 4. Final considerations; Bibliographic references.

INTRODUÇÃO

“O Estrangeiro” é um romance de Albert Camus, publicado em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, embora tenha sido escrito entre os anos de 1937 e 1940, em Paris, onde Camus se encontrava em uma espécie de exílio, afastado de sua terra natal mediterrânea. Nascido na cidade argelina de Mondovi, Camus cresceu em Alger, em uma

⁴² Desembargador no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Mestre em Poder Judiciário pela FGV DIREITO RIO. Professor no curso de direito da Faculdade Inedi Cesuca. E-mail: neyneto@cesuca.edu.br.

⁴³ Analista Judiciário no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas e Bacharel em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História da Literatura pela Universidade do Rio Grande – FURG. E-mail: passolival@gmail.com.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

família que lhe marcou de forma inconfundível e sobre o qual, afirmava: “Devo-a em primeiro lugar aos meus, a quem faltava quase tudo e, ainda assim, invejavam pouco mais do que nada. Apenas pelo seu silêncio, a sua reserva, a sua altivez natural e sóbria, esta família que nem sequer sabia ler, deu-me então, as minhas primeiras lições que perduram ainda”.⁴⁴

Para entender Camus é preciso, fundamentalmente, compreender o processo histórico que teve por cenário o século XX, atravessado por duas grandes guerras mundiais. Além de ser o século XX o século do medo, também é, igualmente, o século que assinala o sentimento do absurdo, que vem colocar em dúvida as certezas herdadas da tradição científica ocidental. Ainda, segundo Camus: “O nosso século XX é o século do medo, o que mais efetivamente nos chama a atenção neste mundo em que vivemos é, em geral e em primeiro lugar, que a maioria dos homens (...) não tem futuro algum. Nenhuma vida é válida sem projecção no futuro”.⁴⁵

Embora o autor não admitisse estar a sua obra identificada com o movimento conhecido como “existencialismo”, a dimensão simbólica da narrativa oferece ao leitor uma valiosa reflexão sobre os absurdos e os paradoxos da sociedade ocidental. Ainda que passados mais de setenta anos, a obra segue sendo atual.

Não é possível, contudo, situar Camus como um escritor existencialista, pois ao contrário destes, o autor de *O Estrangeiro* acreditava que o absurdo da existência não residia na morte em si, mas justamente no fato de o homem poder, apesar de todas as suas misérias, ser feliz e realizar-se integralmente, e, mesmo assim, a felicidade não impediria o destino de morte de cada um de nós.

Albert Camus também reprovava aos existencialistas o fato de acreditarem na possibilidade da passagem do homem da sua condição absurda para a esperança. Para Camus, enquanto a vida permitir a esperança, a vida é “uma interminável derrota”⁴⁶ Porém,

⁴⁴ CAMUS, Albert. *O Avesso e o Direito*. Trad. Valerie Rumjanek. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 19.

⁴⁵ CAMUS, Albert. *Actuais*. Trad. J. C. González e J. Serrano. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, pp. 163/164.

⁴⁶ CAMUS, Albert. *A peste*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

em sua recusa, Camus não está reivindicando uma renúncia, mas “(...) sob o *não* de método, ele prepara um interminável *sim* à vida.”⁴⁷

A obra nos propõe uma reflexão sobre a condição humana, em um contexto existencial onde a personagem não é percebida sob a ótica dos fatos e circunstâncias do crime, e sim na perspectiva dos valores preconcebidos dos operadores da Lei. O romance conta a história de Meursault, que comete um assassinato e é julgado por esse crime. A ação desenrola-se na Argélia, na época em que ainda era colônia francesa, onde Camus viveu grande parte da sua vida. A história é dividida em duas partes, apresentando Meursault antes e depois do assassinato.

Em nosso convívio social, somos muitas vezes julgados pelo modo como interagimos, mais do que pelo que fizemos. Esse modo como somos percebidos será de grande relevo no julgamento de Meursault. Não foram as circunstâncias que o levaram a matar um homem que selaram o veredito, mas o seu comportamento. Há um fato relevante na narrativa, envolvendo a morte da mãe de Meursault e a sua conduta no funeral, assim como as suas reações e a percepção dos outros acerca dos sentimentos dele.

Em janeiro de 1955, ao conceder entrevista ao jornalista David Carroll, no jornal da Universidade de Columbia, Camus disse que ao escrever o sumário da obra, fez uma anotação que admitia ser altamente paradoxal: “Na nossa sociedade, um homem que não chora no funeral da sua mãe corre o risco de ser condenado à morte”. E explicou: “Eu apenas quis dizer que o herói do meu livro foi condenado porque ele não quis jogar o jogo”.⁴⁸

Dessa forma, este anti-herói camusiano, que é Meursault, recusa mentir. Explica ainda o autor de O Estrangeiro que: “Mentir, não é somente dizer aquilo que não é. É também, e, sobretudo, dizer mais do que é e, naquilo que cabe ao coração humano, dizer mais do que não sente. É o que todos nós fizemos, todos os dias, para simplificar a vida.”⁴⁹

⁴⁷ CAMUS, Albert. Bodas em Tipasa. Trad. Sérgio Milliet. Algés: DIFEL, 1964.

⁴⁸ CARROLL, David. Albert Camus the Algerian: Colonialism, Terrorism, Justice. Columbia University Press. p. 27. Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/The_Stranger_\(novel\)](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Stranger_(novel)). Acesso em 03.12.2015.

⁴⁹ Op. cit, p. 27.

Essa é a questão que pretendemos abordar, o homem jogado na arbitrariedade, diante da limitação da Lei e do Direito, frente a um sistema jurídico em que o sujeito vira um elemento a mais em sua engrenagem. É a desumanização do indivíduo pela prática do Direito. O julgamento de Meursault é apenas mais um entre tantos outros, pois o sujeito não importa dentro do processo.

Há a denúncia do autor de *O Estrangeiro*, primeiramente, da pena de morte, pois Meursault é condenado à morte, e posteriormente denuncia o sistema judiciário, e, sobretudo, denuncia a retórica jurídica, que pode transformar a realidade dos fatos. Pouco importa os fatos para a retórica jurídica, o que importa é a versão que é dada pela própria retórica e pelo discurso. Tal é o paradoxo que Albert Camus nos propõe, ou seja, como um homem ingênuo, inocente e prosaico da primeira parte do romance é modificado pelo sistema judicial. Na segunda parte do romance, há uma troca de sentido, que reconstrói diversamente a personagem Meursault. Dessa forma, pretendemos abordar a questão da retórica e do discurso jurídico, em uma aproximação entre a Literatura e o Direito.

Para a justiça se realizar, ela segue o caminho das leis, as quais delimitam o alcance de nossas ações na sociedade civil. Contudo, as leis, diante das constantes mudanças históricas da sociedade, possuem interpretações permeadas pelos valores vigentes. O que é “justo” depende da moral e dos valores da sociedade, em dado contexto histórico. Essa justiça que impõe a força da lei, sempre cambiável, sempre em mutação, pode ser pensada na perspectiva de uma justiça que está sempre em busca de uma completude, construída no presente e pensada para o futuro. DERRIDA fala de um porvir da justiça:

A justiça permanece *porvir*, ela *tem* porvir, ela *é* porvir, ela abre a própria dimensão de acontecimentos irredutivelmente porvir. Ela o terá sempre, esse porvir, e ela o terá sempre tido. *Talvez* seja por isso que a justiça, na medida em que ela não é somente um conceito jurídico ou político, abre ao porvir a transformação, a refundição ou a refundação do direito e da política.⁵⁰

⁵⁰ DERRIDA, Jacques. *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*. Trad. Leyla Perrone-moisés. 2.ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, pp. 54/55.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

Cumpra ainda lembrar que toda a vida do autor de *O Estrangeiro*, bem como toda sua obra é atravessada pela ideia de felicidade, e pela busca sempre presente dessa felicidade. Assim nos diz Camus: “eu (...) considerava que o homem devia colocar a justiça ao serviço do combate contra a eterna injustiça e devia criar a felicidade para protestar contra o universo do sofrimento (...)”⁵¹

O Poder Judiciário busca a realização da justiça no julgamento de casos concretos, em situações de violação da lei, buscando seus agentes atuar com imparcialidade em seus julgamentos, sempre partindo dos aparatos legais para justificar suas ações. Entretanto, estando os agentes inseridos em um contexto histórico-social, não são imunes aos valores vigentes e às influências da própria retórica que traz no discurso toda uma bagagem que lhe é peculiar.

De certo modo, e até movidos por mecanismos inconscientes ou subliminares, nossos valores e sentimentos influenciam nossos julgamentos. Haveria nisso uma espécie de deturpação do processo decisório, em que o sujeito é julgado pelo modo como é percebido pelo sistema judicial, ao invés de ser avaliado aquilo que ele fez. Essa lógica permite condenar um inocente ou absolver um culpado.

Nossa abordagem está dividida em duas partes. Na primeira parte destacaremos da narrativa os pontos mais relevantes, do comportamento da personagem e sua interação social, no cotejamento com o assassinato praticado e seu julgamento. Na segunda parte, buscaremos a análise reflexiva do processo decisório, a contaminação das percepções contextuais dos fatos e a bagagem histórica que justifica o veredito que condena Meursault.

2. O CONTEXTO DA OBRA

Albert Camus insere sua obra *O Estrangeiro* no primeiro ciclo de sua produção literária, que ele convencionou chamar de Ciclo do Absurdo, juntamente com as obras *O Mito de Sísifo* (ensaio), *Calígula* (teatro) e *O Mal Entendido* (teatro).

⁵¹ CAMUS, Albert. *Cartas a um amigo alemão*. Trad. J. C. González e J. Serrano. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, pp. 79 e 83.

A personagem principal é Meursault. Não está claro na obra se ele é francês, mas está vivendo na Argélia, na época em que era ainda colônia francesa. Percebe-se que ele não estava integrado na sociedade, vivendo com certa apatia e indiferença a tudo e a todos. Assume até mesmo um comportamento estoico. Provavelmente é isso que dá significado ao título da obra, um estrangeiro, um estranho entre os demais. Talvez não conheça as regras do jogo, ou não queira jogar por elas, por não haver lugar para ele na sociedade. Vale referir a análise de Manuel da Costa Pinto, ao prefaciá-la obra: “Estamos diante de uma consciência esvaziada, estranha (ou “estrangeira”) a tudo, que vive no tempo presente e na recusa de estabelecer nexos entre a gratuidade dos fatos.”⁵²

O tempo que transcorre ao longo da obra é o período de dezoito dias, nos quais conhecemos a vida de Meursault. A obra é dividida em duas partes: a primeira parte nos apresenta a personagem principal, empregado em um escritório; sua vida é prosaica e simples; vemos em Meursault uma figura ingênua e sem qualquer grau de violência, enfim, um homem inocente igual a tantos outros. Na segunda parte, acompanhamos a prisão de Meursault, em razão da morte de um árabe, vemos o desenrolar da investigação policial, a instrução processual, a condenação e a espera da decisão do recurso apresentado pelo advogado da personagem/narradora.

A narrativa começa com o recebimento de um telegrama por Meursault, comunicando o falecimento de sua mãe, que seria enterrada no dia seguinte. Ele viaja então ao asilo onde ela morava e comparece à cerimônia fúnebre, sem, no entanto, expressar quaisquer emoções, não sendo praticamente afetado pelo acontecimento. No funeral, ele não expressa nenhuma das emoções esperadas de tristeza. Quando perguntado se ele gostaria de ver o corpo, ele diz que não, e, em vez disso, fuma e bebe café em frente ao caixão. Ao invés de expressar seus sentimentos, ele só comenta sobre os outros presentes ao funeral.

Mais tarde, ele encontra Marie, uma ex-funcionária de sua empresa. Os dois se reaproximam, porque no passado haviam se relacionado. Nadam, assistem a um filme de

⁵² CAMUS, Albert. O Estrangeiro. Prefácio de Manuel da Costa Pinto. Tradução de Valerie Rumjanek. 6ª. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015, p. 5.

comédia e começam a ter uma relação sexual, apesar de o funeral de sua mãe ter sido no dia anterior.

Nos dias seguintes, ele ajuda seu amigo e vizinho, Raymond Sintes, a vingar-se de uma namorada suspeita de infidelidade. Meursault concorda em escrever uma carta para a namorada de Raymond, com o único propósito de atraí-la até seu amigo, que havia preparado uma vingança. Meursault não vê nenhuma razão para não ajudá-lo, e isso agrada a Raymond. Ele não se importa se a ex-namorada de Raymond possa ser agredida. Em geral, ele considera as outras pessoas ou desinteressantes ou irritantes, ou não sente nada em relação a elas.

Raymond espanca a mulher e por isso é levado ao tribunal, onde Meursault atesta que ela havia sido infiel. Depois disso, o irmão da ex-namorada e vários amigos árabes começam a seguir Raymond. Raymond convida Meursault e Marie para irem à casa de praia de um amigo seu, para o fim de semana. Lá, eles encontram o irmão da ex-namorada agredida, acompanhado de um amigo, sendo ambos árabes. Eles confrontam Raymond e ferem-no com uma faca, durante a briga.

Mais tarde, caminhando ao longo da praia sozinho e, agora, armado com um revólver, tomado de Raymond para que não fizesse nada precipitado, Meursault encontra o árabe. Desorientado, à beira de uma insolação, Meursault dispara um tiro mortal, no momento em que o árabe erguia a faca para ele. Apesar de matá-lo com o primeiro tiro, inexplicavelmente, depois de uma breve pausa, dispara no cadáver mais quatro vezes. Até seria possível Meursault estar em situação de legítima defesa, ainda que em excesso culposos quanto aos tiros que se seguiram. Contudo, a personagem, estoicamente, sequer se explica ou se defende no julgamento, senão com breve alusão ao calor e à luz do sol, cujo reflexo na lâmina da faca ofusca sua visão.

Meursault, o narrador de sua própria história, encontra-se preso, e explica sua prisão, o transcurso do tempo, e o julgamento que se avizinha. Seu distanciamento geral faz a vida na prisão muito tolerável, especialmente depois que ele se acostuma com a ideia de que não será mais possível ir a lugares sempre que quiser e não poderá mais possuir

Marie. Ele passa o tempo dormindo, ou listando mentalmente os objetos que possuía em seu apartamento.

No julgamento, a tranquilidade e a passividade de Meursault são vistas, pelo promotor, como evidências da sua falta de remorso ou de culpa. Assim, o acusador se detém mais na incapacidade ou na falta de vontade de Meursault de chorar no funeral de sua mãe do que no assassinato do árabe. Meursault revela nunca haver sentido remorso ou qualquer tipo de emoção ao longo de sua vida. O promotor, de modo teatral, acusa Meursault de ser um monstro desalmado, incapaz de remorso e que, portanto, merece morrer por seu crime. O homicídio do árabe é, aparentemente, menos importante do que o fato de Meursault ser ou não capaz de sentir remorso, ou mesmo de chorar no enterro da própria mãe. O argumento é que, se Meursault é incapaz de sentir remorsos, deve ser considerado um ser antissocial e perigoso e, conseqüentemente, deve ser executado, para prevenir que repita os seus crimes, tornando-o também em um exemplo.

Emblemática a passagem do livro na qual, irritado, o Defensor Público questiona se ele é acusado de ter enterrado a mãe ou de matar um homem, ao que o promotor rebate: “- Sim – exclamou com veemência -, acuso este homem de ter enterrado a mãe com um coração de criminoso.”⁵³ O Defensor diz esperar que a sentença seja leve. Meursault fica alarmado quando o juiz o informa da decisão final, que ele será decapitado publicamente.

Na prisão, enquanto aguarda a execução de sua sentença de morte, Meursault é visitado pelo capelão, que tenta mostrar-lhe o caminho da religião para se aproximar de Deus, o que ele rechaça por julgar ser um desperdício do seu tempo. Embora o capelão persista na tentativa de dissuadi-lo de seu ateísmo, Meursault, finalmente, tem um acesso de raiva, com uma catarse em que emergem todas as suas frustrações pelo absurdo da condição humana e da angústia da falta de sentido da existência.

No início de sua indignação, ele menciona outras pessoas com raiva, que não têm o direito de julgá-lo por suas ações ou por quem ele é. Meursault está só com a indiferença

⁵³ CAMUS, Albert. O Estrangeiro. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.100.

do universo e com a sua própria humanidade, o que lhe permite a purificação do mal, o esvaziamento da esperança e, na sua solidão, descobre que foi e ainda é feliz.

3. A QUESTÃO DA RETÓRICA JURÍDICA

É importante, para adentrarmos nessa questão do julgamento e da motivação dos jurados, lembrarmos que a acusação buscou estabelecer nexos de causa e efeito entre as atitudes pregressas de Meursault e o crime que ele cometeu. Ou seja, a apatia no velório da mãe, sua ida ao cinema com a namorada logo após o enterro para assistir uma comédia e o posterior ato sexual, assim como a colaboração na vingança perpetrada pelo amigo, tudo isso foram elementos apontados e considerados na tomada da decisão.

A linguagem é elemento fundamental para o funcionamento do sistema jurídico, conduzindo os argumentos que sustentam as posições relevantes das partes. Para esse fim, adquire grande relevo a retórica, valendo a citação de Aristóteles, na obra *Retórica*, referida por AZEVEDO:

A retórica é a faculdade de descobrir especulativamente aquilo que, em cada caso, pode ser próprio a persuadir... É o discurso que produz a persuasão quando fazemos surgir o verdadeiro e o verossímil do que cada assunto comporta de persuasivo.⁵⁴

O acusador, em *O Estrangeiro*, busca meios de alcançar o convencimento para a condenação de Meursault, servindo-se dos próprios valores que informam a identidade dos jurados, cotejando o comportamento do réu com o que se espera do “homem de bem”. Ainda com AZEVEDO, vemos que “o orador não se pergunta se conseguirá persuadir, mas sobre o meio de atingir a persuasão”⁵⁵.

Aqui, importa convencer os jurados, que funcionam como auditório da argumentação. Na dicção de WARAT, podemos afirmar que “o discurso constitui, desta forma, um ato de argumentação, cujo principal problema teórico é configurado pela sua relação com os seus interlocutores”⁵⁶. E complementa o citado autor, lembrando-nos que:

⁵⁴ AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Aplicação do Direito e contexto social*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 76.

⁵⁵ Op. cit., p. 76.

⁵⁶ WARAT, Luis Alberto. *O direito e sua linguagem*. Porto Alegre: Fabris, 1984, p. 85.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

Por isto, faz-se necessário ir além, em direção à outra lógica, atinente aos raciocínios dialéticos ou retóricos, que não conduzem às verdades apodícticas, mas ensinam o jurista a conviver com a controvérsia, levando-o ao terreno do verossímil, do provável, de uma aproximação maior ou menor da verdade⁵⁷.

A esse respeito, nos aponta o autor que “para a linguística oficial, a análise discursiva é considerada uma questão de mera opinião⁵⁸”. E complementa que “desse modo, parece lícito afirmar que, apesar de suas limitações, o pensamento retórico situa-se em um campo de observação que, mostrando certos efeitos do processo de persuasão, indica também, mas veladamente, os efeitos sociais de dominação⁵⁹”.

É inarredável que no âmbito jurídico, para sustentar posições, a retórica do discurso utilizará também o próprio sistema normativo. Contudo, o foco que é dado à base fática de incidência da norma depende também de uma intenção prévia daquele que sustenta uma posição. Ainda com WARAT, lembramos que “estamos diante de uma concepção atomista e conceitual das significações, apoiada nas bases epistemológicas do positivismo e, portanto, com uma forte dependência dos processos de constituição lógica de um objeto de conhecimento”.⁶⁰ E, já inserindo a questão da argumentação jurídica no contexto da retórica, prossegue:

O pensamento argumentativo organiza-se a partir de entinemas e, portanto, não permite o controle lógico das evidências que postula. Para os aristotélicos, o entinema é um silogismo fundamentado a partir da verossimilhança, ou seja, uma afirmação das verdades desenvolvida à margem das demonstrações lógicas e apoiada unicamente ao nível do pensamento popular, das crenças socialmente estereotipadas.

Substitui-se, assim, no entinema, a verdade pela verossimilitude. O valor da verossimilhança representa, para o pensamento cartesiano, tão somente uma microverdade, que conjugabiliza e admite, ao nível da linguagem, os contrários. São efeitos discursivos da verdade, apoiados mais no senso comum do que nas constatações e nas correspondências referenciais⁶¹.

Essa questão é perceptível na argumentação sustentada pelo promotor, durante o julgamento, onde se ocupa muito mais em focar aos jurados os traços da personalidade do acusado e o seu comportamento na vida social do que os aspectos específicos do crime que

⁵⁷ Op. cit., p. 146.

⁵⁸ Op. cit., p. 85.

⁵⁹ Op. cit., p. 86.

⁶⁰ Op. cit., p. 81.

⁶¹ Op. cit., pp. 87/88.

ele cometeu. Isso nos remete à discussão referida sobre a verdade que importa, qual a verdade relevante? Meursault matou o árabe em legítima defesa? Ou isso não importa, e ele merece ser condenado por não ser uma boa pessoa, ou por ser alguém que não se comporta como o sistema espera dele?

A questão da legítima defesa, aliás, que seria uma tese razoável, sequer foi sustentada pelo advogado durante o julgamento, que, de certo modo, fez o jogo da acusação, conduzindo o veredito para questões paralelas ao episódio da morte. Vale recordar, no enredo da trama, o primeiro diálogo entre o Defensor Público e Meursault, no qual sequer as circunstâncias do crime foram discutidas, importando mais ao Defensor saber se o acusado havia sofrido no enterro de sua mãe. Explicara-lhe o advogado que os presentes ao funeral haviam percebido um comportamento insensível dele na solenidade, o que seria um forte argumento para a acusação. Como disse Meursault/narrador: “Comentei que essa história não tinha nenhuma relação com o meu caso, mas ele me respondeu que era óbvio que eu nunca me envolvera com a justiça.”⁶²

Aqui, podemos perceber em Camus certa crítica ao sistema, no caso, o sistema judicial, o qual possui essas brechas que permitem decisões desse quilate. A esse respeito, valioso é o ensinamento de BENETI, jurista e magistrado de escol:

Fala-se que a decisão realiza o silogismo perfeito cuja premissa maior é a lei e cuja premissa menor são os fatos, seguindo-se a extração da conclusão, que é a decisão judicial. E assim realmente é. Mas muitas vezes a matéria não se exaure no exame da legislação, assim como, no sistema anglo-americano, a interpretação não estanca na análise dos precedentes. Benjamim Cardozo assinalou que “alguns juízes raramente vão além desse processo, seja qual for o caso”, porque sua noção do dever se limita à ideia de casar as cores do caso concreto, que têm em mãos, com as cores de muitos modelos de casos, espalhados sobre a sua mesa de trabalho. Aquele que mais se aproxima do seu nos meios-tons fornece a norma aplicável. Mas, atualmente, nenhum sistema de direito vivo pode envolver mediante tal processo e nenhum juiz de uma alta Corte, digno de sua investidura, encara a sua função tão estreitamente. Se nisso consistisse toda a nossa profissão, haveria nela muito pouco interesse intelectual. O homem que possuísse o maior fichário dos casos julgados seria, também, o Juiz mais sábio.⁶³

⁶² CAMUS, Albert. O Estrangeiro. Prefácio de Manuel da Costa Pinto. Tradução de Valerie Rumjanek. 6ª. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015, p. 65.

⁶³ BENETI, Sidnei Agostinho. Da conduta do juiz. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, pp. 110/111.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

Isso nos permite inserir na reflexão a questão da argumentação jurídica, como importante elemento na formação do convencimento do julgador, no processo decisório. A argumentação é a técnica aplicada ao discurso para a escolha do significado de alguma coisa, que pareça ser o mais adequado, com base em provas concretas e opiniões aceitáveis. É o elemento dinâmico do direito contemporâneo, visto que os argumentos jurídicos são usados para sustentar as posições dos interlocutores.

Nesse cenário, a capacidade de persuadir é fundamental para que as ideias sejam aceitas pelos demais. Por isso, podemos afirmar que vivemos em um mundo de argumentos, que são fundamentais para a tomada de decisões. Com MONTEIRO, podemos recordar a respeito dessa mudança de modelo, com relação à superação do dogmatismo para o modelo em que a retórica ganha relevo, através da argumentação jurídica:

O paradigma da razão prática no Direito foi construído a partir das insatisfações geradas pela hegemonia da racionalidade cartesiana. O neopositivismo jurídico foi responsabilizado pela extirpação peremptória do pensamento prático em benefício das análises formais do fenômeno jurídico. Com efeito, as teorias jurídicas estruturais delimitaram seu objeto de uma forma excessivamente restritiva: a norma jurídica. A reabilitação da Filosofia Prática pela moderna Teoria da Argumentação Jurídica desencadeou o deslocamento do objeto da norma para a argumentação.⁶⁴

Portanto, no contexto argumentativo, não se parte do princípio da existência de verdades. O embate de argumentos é que definirá qual deles que prevalecerá no caso concreto. O argumento preponderante será o mais razoável, o que receber maior adesão dos interlocutores, porque racionalmente, e após o cotejo com os demais argumentos, merecer maior atenção e apoio. A esse respeito, vale mencionar a observação de CUNHA:

Não vivemos sob o império de verdades absolutas, capazes de levar ao convencimento o mais intransigente dos indivíduos. Até mesmo aquilo que habita o mundo sensível (um fato ou um ato humano) pode ter sua veracidade ou versão contestada por razões variadas, construídas e expostas conforme as habilidades argumentativas de quem as defende. Há quem sustente, embora nem sempre com fundamentos convincentes, que o homem não foi à Lua. Há quem diga, a despeito dos milhões de judeus exterminados pela deplorável ideologia nazista, que inexistiu o holocausto. Há aqueles que negam a força das evidências

⁶⁴ MONTEIRO, Cláudia Servilha. Teoria da Argumentação Jurídica e Nova Retórica. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 01.

em nome de uma verdade particularizada, construída de acordo com interesses ou visões de mundo destoantes do padrão socialmente aceitável.⁶⁵

Dáí que no mundo do Direito não há verdade universal e nem alguém que a revele ou possua. A argumentação jurídica permite a construção de consensos e a adesão dos interlocutores. A substituição do critério de verdade pelo critério de razoabilidade permite a valorização do diálogo como recurso para determinar qual argumento deve prevalecer.

A interpretação é, então, indispensável para a compreensão do Direito, e mantém o debate em forma de diálogo, cujos argumentos não precisam ser provados ou demonstrados, bastando serem aceitos para que o aplicador possa encontrar a melhor solução ao caso concreto. Isso porque o raciocínio jurídico lida com valores, que vão além da lógica formal, e deve-se buscar um acordo sobre o que é mais razoável para o caso em exame. Logo, as discussões jurídicas envolvem valores que são apresentados em técnicas de argumentação, num processo persuasivo.

Tal noção de valor remete às problemáticas da subjetividade, da afetividade e das orientações. As palavras que exprimem valores portam orientações argumentativas. O julgamento de valor corresponde à tomada de posição. Não há argumentação neutra. Toda argumentação é posicionada. Os valores estão atados à consistência temporal, geográfica e ideológica. É a valoração que assegura a efetividade dos direitos, modificando o conteúdo de aplicação de regras antigas e até revogando outras ultrapassadas. A esse respeito, a lição de PALADINO e de DOUGLAS:

Portanto, ao analisar um caso concreto, é impossível eliminar os valores que sustentam a compreensão dos princípios, pois diversos são os fatores que se colocam entre o texto e o intérprete ou leitor, os quais não são apenas de ordem social e econômica, cultural ou antropológica, mas pessoal e psicológica, devendo, pois, estes últimos serem reduzidos na construção da norma, uma vez que o papel do jurista é buscar no direito sua ação transformadora da realidade social e econômica por meio da realização da justiça.⁶⁶

Como se vê, Meursault foi julgado por ser Meursault, aquele que os jurados puderam perceber, pelo modo como foi apresentado pelo Promotor, e não pelo o que ele

⁶⁵ CUNHA, Marcelo Garcia da. Argumentação processual: como articular estrategicamente a palavra em juízo. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2010, pp. 16/17.

⁶⁶ PALADINO, Valquíria da Cunha (org.); DOUGLAS, William (org.). Princípios básicos da argumentação jurídica. Niterói, RJ: Impetus, 2006, p. 02.

realmente fez, com relação à morte do árabe. As motivações dos julgadores são às vezes mais ideológicas do que jurídicas, no dizer de PORTANOVA:

A ideologia de que falamos não é má-fé, é um conjunto de representações, saberes, diretrizes ou pautas de condutas. Este complexo disperso, acumulado e pseudamente sistemático orienta, condiciona e governa atos, decisões e atividades. Não é uma realidade sensível e concreta, mas realidade imaginária e meramente possível, emanada do contexto sócio-econômico. Está difundida nos preconceitos, costumes, religião, família, escola, tribunais, asilos, ciência, cultura, moral, regras gerais de conduta, filosofia, bom senso, tradição.²⁶

E conclui o autor, que também é magistrado de escol, acerca da relevância de não se ignorar as motivações ideológicas da sentença:

(...) enquanto a realidade ideológica não for bem compreendida, o processo continuará funcionando como um véu a impedir o conhecimento da realidade. O desembaraço do nó jus-ideológico, quando posto em juízo, exige do juiz diretrizes motivacionais quase nunca reveladas.²⁷

Daí a importância de termos sempre presente tudo o que nos influencia e motiva, chegando, ao final, à compreensão dos sentidos que a própria retórica nos apresenta, como construtora de sentidos através da linguagem. Ainda, com MONTEIRO, na referência à Nova Retórica de Chaim Perelman, concluimos ser “importante ressaltar que o diálogo argumentativo se estabelece justamente porque um conflito lhe é anterior, ou seja, uma controvérsia que necessita ser superada pelo recurso ao senso comum.”⁶⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Albert Camus nos conduz à reflexão crítica acerca, no contexto de nossa abordagem, da prática do direito. Devemos atentar aos mecanismos psicossociais que podem influir na avaliação do julgador diante de situações de absurdo com que irá se defrontar no seu fazer. É essa relação entre o homem e o mundo que muitas vezes é absurda, um mundo que lhe parece estranho ou irracional. Explica-nos o próprio Camus: “No plano da inteligência, posso pois afirmar que o absurdo não está no homem (se

⁶⁷ MONTEIRO, Cláudia Servilha. Teoria da Argumentação Jurídica e Nova Retórica. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 193..

semelhante metáfora pudesse ter um sentido), nem no mundo, mas em sua presença comum⁶⁸.

Em um cotidiano que é, muitas vezes, desprovido de um sentido maior, Camus revela-nos a irracionalidade em face do absurdo que é viver em um mundo incompreensível e injustificável. Mas, apesar de tudo, sem apelos ao místico ou ao transcendental, convida-nos a manter a lucidez com as armas da razão, e nisso a referência que, mesmo não havendo esperança, é possível ser feliz: “o importante não é pois remontar às raízes das coisas, mas, sendo o mundo aquilo que é, saber como nele nos devemos conduzir⁶⁹”.

Aos operadores do direito vale a crítica e a provocação camusiana, em face dessa apontada crise de paradigmas na qual os juristas validam suas decisões. O sistema jurídico não pode ser fechado em seus próprios dogmas, em limites dogmático-positivistas. Não obstante, há que estar atento e vigilante para se evitarem julgamentos preconceituosos ou contaminados por valores ou percepções subjetivas, muitas vezes laterais e dissociadas de pertinência ao que realmente importa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Aplicação do Direito e contexto social*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

BENETI, Sidnei Agostinho. *Da conduta do juiz*. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAMUS, Albert. *O Homem Revoltado*. Lisboa: Edição Livros Brasileiros, 1951.

_____. *A peste*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Actuais*. Trad. J. C. González e J. Serrano. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

_____. *Bodas em Tipasa*. Trad. Sérgio Milliet. Algés:DIFEL, 1964.

⁶⁸ CAMUS, Albert. O mito de sísifo. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 49.

⁶⁹ CAMUS, Albert. O Homem Revoltado. Lisboa: Edição Livros Brasileiros, 1951, p. 13.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

_____. *Cartas a um amigo alemão*. Trad. J. C. González e J. Serrano. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

_____. *O Averso e o Direito*. Trad. Valerie Rumjanek. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *O Estrangeiro*. Prefácio de Manuel da Costa Pinto. Tradução de Valerie Rumjanek. 6.^a ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

_____. *O Estrangeiro*. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *O mito de sísifo*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

CARROLL, David. *Albert Camus the Algerian: Colonialism, Terrorism, Justice*. Columbia University Press. p. 27. Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/The_Stranger_\(novel\)](https://en.wikipedia.org/wiki/The_Stranger_(novel)). Acesso em 03.12.2015.

CUNHA, Marcelo Garcia da. *Argumentação processual: como articular estrategicamente a palavra em juízo*. Porto Alegre: Núria Fabris Editora, 2010.

DERRIDA, Jacques. *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*. Trad. Leyla Perrone-moisés. 2.^a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MONTEIRO, Cláudia Servilha. *Teoria da Argumentação Jurídica e Nova Retórica*. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PALADINO, Valquíria da Cunha (org.); DOUGLAS, William (org.). *Princípios básicos da argumentação jurídica*. Niteroi, RJ: Impetus, 2006.

PORTANOVA, Rui. *Motivações ideológicas da sentença*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1992.

WARAT, Luis Alberto. *O direito e sua linguagem*. Porto Alegre: Fabris, 1984.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

3. O ESTRANGEIRO OU PORQUE RELACIONAR MULTICULTURALISMO, CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO

Renato SELAYARAM⁷⁰

«—¿Por qué dices que los que hicieron eso no son verdaderos musulmanes?

—Alá, como el Dios de los judíos y de los cristianos, prohíbe matarse a sí mismo, es decir, suicidarse. Y prohíbe también matar a los demás. Esos hombres que iban en los aviones, que mataron a los pilotos con un cuchillo y luego dirigieron los aparatos contra las torres de Nueva York, ignoraban la religión musulmana. Son unos fanáticos.

—¿Qué significa fanático?

—Es el que cree que siempre tiene razón y que es el más fuerte. Como no estés de acuerdo con él, puede ser bastante peligroso. (...) Son unos terroristas.

—Papá, ¿qué quiere decir terrorista?

—En el término “terrorista” está la palabra “terror”, que significa un gran miedo o espanto, pánico. Hubo épocas en la historia en que este terror se ejerció de modo colectivo contra determinados sectores de la población, en particular durante la Revolución francesa, en 1789. Fue algo horrible.

(...). Islam significa “sumisión a la paz”. Así que lo que ha sucedido es una locura que ni tú ni yo comprendemos.»

Tahar Ben Jelloun, «El 11 de septiembre explicado a nuestros hijos».

Resumo: A partir do livro O estrangeiro, de Albert Camus, procuramos fazer uma leitura dos conceitos de multiculturalismo, cidadania e globalização, vinculando-os e mostrando as diferenças e proximidades existentes entre eles. A negação, consciente ou inconsciente, em reconhecer direitos àquele que não pertence a uma determinada comunidade não é algo novo. Entretanto, torna-se preocupante, sobretudo neste início de século, quando mais do que em qualquer outra época é necessária uma política de Estado para a sua assimilação.

Palavras-chave: multiculturalismo, cidadania, globalização.

Abstract: Starting from the book The foreigner, of Albert Camus, we tried to do a reading of the concepts of multiculturalism, citizenship and globalization, linking them and showing the differences and proximities between them. The denial, consciously or unconsciously, to recognize rights to that which does not belong to a particular community is not new.

⁷⁰ Advogado. Pós Graduado pela Academia de Direito Internacional de Haia. Especialista em Ciências Políticas. Mestre em Direito. Professor de Direito Internacional e Direitos Humanos. E-mail: selayaram@hotmail.com.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

However, it is worrying, especially in this early century, when more than at any other time a state policy for their assimilation is necessary.

Keywords: multiculturalism, citizenship, globalization.

Sumário: Introdução; 2 Contexto histórico; 3. Cidadãos, estrangeiros e imigrantes: alguns paradoxos da política contemporânea; 4. O multiculturalismo revisitado; Considerações finais; Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

As obras literárias não são objetos isolados, pois nascem em um contexto de produção específico. Acontecimentos históricos, tendências e movimentos artísticos, culturais, filosóficos, circunstâncias da vida dos autores, época em que transcorrem ou foram escritas. Tudo isto permite situar uma obra em um contexto específico, permitindo aos leitores melhor compreensão de seu conteúdo, sentido, motivação. Uma obra não é apenas reflexo de fatos e circunstâncias. É frequente que proponham uma ruptura, transgressão, transformação ou inovação dos sistemas dominantes.

A prolífica e inquietante obra de Albert Camus já foi objeto de múltiplas interpretações e abordagens. Histórica, política, psicológica e social. Neste texto procurarei fazer uma contextualização acerca dos aspectos mencionados no livro *O estrangeiro* para situações vividas na atualidade.

No livro, Mersault, um europeu, é condenado à morte por haver matado a um árabe. Na prática, talvez a justiça francesa na Argélia não houvesse condenado à morte um europeu por disparar contra um habitante local, o qual, anteriormente, lhe havia ameaçado com uma faca. O tribunal, e a situação jurídica, é apresentado como se fosse em uma cidade europeia, frente a um incidente que implicasse uma população homogênea. Com certeza, sugere que o julgamento é imparcial, propondo uma igualdade de direitos entre europeus e árabes, negando a realidade colonial, isto é, como se não existisse diferenças de classe na Argélia.

Entretanto, não é fácil compreender que em um livro existam personagens que não tenham nome ou que uma morte pareça irrelevante. Exceto, é claro, que exista a ideia implícita de que o homem morto não seja de todo humano. Parece-me que é o que ocorre.

Os europeus da história possuem nomes, como o personagem título Mersault, seu amigo Raymond, sua amante Maria. O homem no qual são disparados os tiros não possui

nome e sua relação com o narrador e seu amigo não é de iguais. Parece-me, ainda, que é transmitida a ideia de que Mersault não havia matado um homem, havia matado a um árabe.

Na Argélia coexistiam dois elementos de população: o nativo e o europeu, os quais se encontravam profundamente diferenciados por suas origens étnica, linguística, religiosa e de costumes.

Segundo seus biógrafos, no bairro em que cresceu Camus, em Argel, a desconfiança e a xenofobia estavam presentes em todos os lugares e em quase todo o espaço multicultural. Lá, de acordo com Olivier Todd, mesclavam-se franceses da metrópole com aqueles que nasceram na Argélia, nativos e árabes. Havia desconfiança e ódio em relação aos funcionários vindos da França, os quais percebiam melhores salários e em suas férias iam gozá-las em Paris, sentindo-se, ainda, superiores aos locais. Essa parece ser a condição, o sentimento de ódio e inferioridade em relação à burocracia francesa a desconfiança e desprezo em relação aos autóctones. Tudo dentro de um contexto de aparente igualdade que a França quer imprimir todas às suas possessões. É neste clima que cresce Camus, que graças ao seu esforço é premiado com o ingresso no Liceu de Argel⁷¹.

Camus, ele próprio era um estrangeiro, pois filho de pai francês e mãe espanhola havia nascido na Argélia, sendo considerado um “Pied Noir”. A expressão possui origem incerta e faz referência a qualquer indivíduo não-argelino residente na ex-colônia francesa.

N’O estrangeiro é possível reconstruir-se a estrutura da sociedade argelina, a qual, observadas as devidas proporções, observamos ao longo do século XX e neste início de século XXI. Houve na Argélia, desde o início do século passado, movimentos a favor e contra a assimilação da cultura alienígena.

Após receber o Premio Nobel de Literatura, em 1957, profere as seguintes palavras sobre a Guerra da Argélia

Sempre condenei o terror. Também condeno um terrorismo que opera de maneira cega nas ruas de Argel e que qualquer dia poderá atingir a minha mãe ou minha família, Creio na justiça, mas defenderei minha mãe antes que a justiça.

A defesa de sua mãe requeria a atuação do Exército francês na Argélia⁷².

⁷¹ TODD, Olivier. Albert Camus: uma Vida. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Record, 1996. p. 136.

⁷² Vide o filme *A batalha de Argel*, de Gillo Pontecorvo, no qual é mostrado o modo de agir dos dois lados envolvidos no conflito, a Frente de Libertação Nacional e o Exército francês. Enquanto o exército usava

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

2. O CONTEXTO HISTÓRICO

O fato de nascer em uma casta superior confere automaticamente privilégios, o que tende a desenvolver sentimentos de superioridade natural a quem dela se beneficia. Além disso, a separação entre castas é manifestada pela raridade de casamento entre elas, como em qualquer outro tipo de interação. As duas sociedades estão em um relacionamento de cima para baixo e separadas por uma multiplicidade de barreiras, invisíveis, institucionais ou espontâneas, as quais fazem com que a relação entre os membros de duas raças pareça reduzida, por uma espécie de acordo tácito entre elas, a um mínimo indispensável. Isto resulta numa segregação racial de fato. Isto ocorria na Argélia de Camus⁷³.

No final dos anos trinta a crise do colonialismo se manifestou com força no Norte da África com o surgimento de importantes movimentos políticos de libertação. Mas o que transformou a situação foi a Segunda Guerra Mundial, uma guerra de potências imperiais. Até 1943, enquanto avançavam as forças do Eixo⁷⁴, os Estados europeus colonialistas se encontravam no lado que estava perdendo a guerra.

Quando Albert Camus publica *O estrangeiro*, a situação política na Argélia estava em plena ebulição. No início de maio de 1945 manifestações ocorrem em várias cidades deste país: Setif, Kabylia e Constantine exigem reivindicações nacionalistas. Em Setif, após confronto com a polícia, os nacionalistas se voltam contra os franceses: 27 europeus são mortos (103 morrem nos dias seguintes). A repressão do exército francês ordenada pelo General De Gaulle é executada através de intervenção da Marinha e da Força Aérea, produzindo execuções sumárias, massacres de civis e bombardeio de aldeias. Os enfrentamentos duram quase dois meses. Oficialmente morrem 1500 argelinos, mas historiadores estimam as cifras entre 20 000 e 30 000 mortes.

Desde o final dos anos 70, globalização, cidadania e diferenças de história e cultura formam uma trilogia, segundo duas versões contraditórias. De acordo com uma

interpretação, esta globalização tem efeitos benéficos. Reafirma a lei da concorrência entre os indivíduos, empresas e Estados; antepõe a liberdade econômica e cultural segundo o mérito; reduz o papel do Estado, muito caro e amplo, nas esferas

técnicas de tortura e eliminava o maior número possível de rebeldes, a FLN desenvolvia técnicas não convencionais de combate, baseadas na guerrilha e no terrorismo.

⁷³ BORDIEU, Pierre. Antropologia de Argélia. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2010, p.149.

⁷⁴ Eixo, denominação dada aos países combatidos pelos Aliados. Era composto por Alemanha, Itália e Japão.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

econômica e social e anuncia uma nova era de crescimento. Conforme a outra interpretação, a globalização sela o triunfo da lógica de mercado e sua impregnação na vida coletiva, social, cultural e política; enfraquece o poder dos Estados nacionais, reduz o sentido da vida em comum, torna irrisório o exercício da cidadania e da democracia e acirra as particularidades regionais.

Estas duas versões têm em comum a apresentação de uma nova forma de expansão de ideias. No entanto, este processo não é unidimensional, os atores no cenário da globalização são numerosos, seu poder é desigual, e suas interações ocorrem em diferentes escalas. Nela intervêm corporações multinacionais, nacionais, continentais e regionais, organizações nacionais e internacionais, grupos sociais e políticos muito distintos⁷⁵.

O processo de desenvolvimento da globalização ocorreu ao longo de séculos, com o reconhecimento de seu início, por alguns autores, à época do Império Romano e, de outros, a partir das grandes navegações. Ainda, a partir dos anos setenta e oitenta do século passado. Numa ou noutra situação, o que tivemos foi a sedimentação da ideia de que o mundo caminhou, e seguirá caminhando, para uma troca de culturas, bem como de um aumento de desigualdades, o que levará a um número crescente de habitantes de uma área, o terceiro mundo, a emigrar em busca de oportunidades melhores. Esta realidade oferecerá desafios aos Estados de acolhida, na medida em que devem oferecer respostas adequadas às novas situações, oportunizando a inclusão do estrangeiro, não aumentando a desigualdade existente em função de tudo o que ele trás consigo, sua língua, cultura, costumes.

3. CIDADÃOS, ESTRANGEIROS E IMIGRANTES: ALGUNS PARADOXOS DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Ao definir cidadão como alguém que possui o direito de administrar a justiça e exercer as funções públicas, Aristóteles ligou a cidadania com o pertencimento a uma comunidade política⁷⁶ e concebeu, de forma contrária, o estrangeiro como o não participante dessa comunidade, e, portanto, destituído de tais possibilidades. Desde o início, estas duas figuras, o cidadão e o estrangeiro foram constituídos como opostos. O cidadão

⁷⁵ ROBERTSON, Roland. Globalização, teoria social e cultura global. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 235.

⁷⁶ ARISTÓTELES. Política. Trad. Mário da Gama Kury, Brasília: UnB, 1989, p.189.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

sempre possuiu o que falta ao estrangeiro, qualidades na Antiguidade e direitos na modernidade.

Quando a lei deixou de ser um mandamento divino ou resultado de costumes entre os povos, passando a residir na moderna vontade de homens livres associados, as características que repousavam na antítese de cidadão e estrangeiro também mudaram. A secularização do poder político que pela primeira vez situava ao homem como protagonista central da história, vinculou sua defesa aos direitos humanos inalienáveis. O que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, oriunda da Revolução Francesa, não pode antever era quão difícil seria reunir estas duas figuras, o home e o cidadão. Enquanto o primeiro nos remetia à ideia de indivíduo que por sua natureza se encontrava munido de direitos independentemente de qualquer vínculo com o Estado, o segundo reivindicava a existência de direitos que surgiriam em função de tal vínculo.

Levaria ainda muito tempo antes que se pudesse divisar o modo pelo qual a universalidade do homem e a contextualidade de cidadão passariam a andar juntas. Quem sabe apenas com o massivo aparecimento da figura do imigrante, do apátrida ou do refugiado ao longo do século XX, a tensão entre o cidadão e o estrangeiro viesse a ser proposta de forma definitiva.

O que detonou a tensão interna da referida antítese entre cidadão, significando aquele estabelecido dentro de precisos limites territoriais e vinculado ao Estado pelo elo da nacionalidade, e o estrangeiro representado por alguém livre de barreiras, foi o fato de compartilharmos um mesmo mundo, paradoxo materializado pelos campos de concentração, o aquecimento global e a globalização, entre outros fatos ocorridos no século passado. É neste cenário que Seyla Benhabib⁷⁷ pergunta se as reivindicações de autodeterminação e soberania podem ser conciliadas com o tratamento justo e igualitário devido aos estrangeiros. Tal movimentação de massas representa um cenário tão perturbador que Hannah Arendt⁷⁸ afirma que Berthold Brecht tinha razão quando definia os refugiados como mensageiros da desgraça.

⁷⁷ BENHABIB, Seyla. Las reivindicaciones de la cultura: igualdad y diversidad en la era global. Buenos Aires: Kantz, 2006, p. 139.

⁷⁸ ARENDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 243.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

No que diz respeito aos refugiados, um verdadeiro grupo populacional, acrescento, diz Giorgio Agamben⁷⁹ que o refugiado põe em cheque a função original da soberania, precisamente por se apresentar desprovido de qualquer paradigma ou referência, sendo somente humano, e rompendo a suposta identidade existente entre o homem e o cidadão sobre a qual foi edificada a política moderna.

Se da mesma liberdade e igualdade, direitos naturais do ser humano, sobre as quais é erigido o fundamento normativo do contrato social, deduz-se que não é possível restringir ao indivíduo sua possibilidade de escolher a comunidade política a que deseja pertencer, então de forma paradoxal não existe a possibilidade de existir uma exclusão legal. O tão apreciado e inalienável direito à liberdade supõe que ninguém pode ser encerrado em seu próprio Estado, isto é, que tem a possibilidade de decidir livremente a que comunidade política deseja pertencer, se decidisse desenvolver sua existência em um lugar diferente daquele no qual havia nascido.

Não é por outra razão que a declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 13⁸⁰, afirma que toda pessoa tem o direito de circular livremente e escolher sua residência no território de um Estado e que toda pessoa tem o direito de sair de qualquer país, inclusive o próprio e a este regressar. Entretanto, na aldeia global em que vivemos, onde o direito de saída de um Estado coincide com o direito de entrada em outro, deparamo-nos com uma aporia, pois a primeira situação está reservada ao campo universal da liberdade natural enquanto sujeita a segunda ao campo da soberania nacional.

Veja que interessante se torna a situação no que respeito aos imigrantes do terceiro mundo que partem de seus torrões e terminam por viver uma dupla exclusão: da sociedade que juridicamente os protegia ou, ao menos, devia protegê-los, se encontram excluídos das possibilidades de progresso, ascensão social; e na sociedade em que depositam suas esperanças se veem excluídos de pertencimento e proteção jurídica. Entre estas duas fronteiras, de sua pátria na qual já não querem continuar vivendo e na pátria alheia que não os quer, se abre um umbral de indeterminação, no qual o excepcional se converte em regra. Não é estranho, portanto, que se afirme dos trabalhadores imigrantes ilegais, sob a ótica do

⁷⁹ AGAMBEN, Giorgio. Meios sem fim: notas sobre a política. Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2015, p. 28.

⁸⁰ DUDH, artigo 13 – 1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

Direito do Trabalho, que são presas fáceis para que o sistema lhes imponha condições de exploração, convertendo-se nos novos escravos da era global⁸¹.

4. O MULTICULTURALISMO REVISITADO

A conjuntura vivida neste início de século, representada por grave contração econômica mundial e que leva a comportamentos protecionistas por parte dos Estados, deriva no que vimos no capítulo anterior, ou seja, o estreitamento das fronteiras nacionais à entrada de estrangeiros.

Não é de hoje que o mundo vislumbra um panorama de movimentos migratórios que levam em direção ao hemisfério norte. Nas últimas duas décadas do século passado, os fluxos migratórios procedentes da Ásia, África e América direcionados à União Europeia sofreram um incremento de 75%, conforme informava em 2004 o PNUD.

A aceleração dos movimentos, provocada pela globalização, está mudando rapidamente o perfil étnico e cultural de muitos países, sobretudo dos países ocidentais, principais receptores, onde tais sociedades estão formando um mosaico de grupos, majoritários e minoritários, identificados por sua língua, etnia, cultura e religião.

Multiculturalismo significa a coexistência, em um mesmo espaço territorial, cidade, região ou país, de indivíduos ou grupos de indivíduos pertencentes a diferentes etnias, culturas e nacionalidades. A multiculturalidade descreve, desta forma, uma situação de fato com conotações de pluralidade de identidades e diversidade étnico-cultural. Assim, representa o direcionamento ao reconhecimento e promoção da diversidade que ocorre em relação a políticas migratórias na sociedade de acolhimento do estrangeiro.

As políticas multiculturalistas buscam respostas para questões como afrontar os desafios representados pela presença de grandes fluxos de estrangeiros no seio de uma sociedade de acolhimento; como enfrentar os problemas cotidianos derivados da incorporação de imigrantes; como abordar processos de construção a partir de realidades étnicas distintas, as quais parecem um quebra-cabeças.

⁸¹ PATIÑO AVILA, Jesus Ernesto. Estado Social de Derecho, Mercado, e Inmigración. In: VILLAR BORDA, Luis y ROSALES, José María (editores). La inmigración y las oportunidades de la ciudadanía. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2005, p. 92.

Para a resposta a tais indagações, sugere-se sejam tomadas medidas que permitam a integração dos distintos grupos, as quais permitam o reconhecimento ao direito de ser diferente, ou a participação em uma vida comum mantendo suas matrizes. O reconhecimento de tais direitos implica, é claro, que sejam respeitados limites pelos participantes do processo, o que quer dizer que espera-se de seus beneficiários um exercício responsável das responsabilidades. Significa conhecer e aceitar as duas faces da mesma moeda.

Não podemos esquecer, como um reconhecimento necessário, que todas as culturas são representadas por elementos derivados de outras culturas, o que ocorre em função de contato direto ou indireto, algo imanente à natureza humana desde tempos imemoriais⁸². E não há dúvida de que quanto mais desenvolvida for uma sociedade maior será a influência resultante de contatos forâneos⁸³.

Os movimentos migratórios atuais, que envolvem números assombrosos de seres humanos se deslocando através de fronteiras nacionais, chamam a atenção exatamente pela existência de limites, os quais são traduzidos pela existência de duas ordens, a saber: a primeira representada por um ordenamento jurídico universal materializado pelo sistema global de proteção dos Direitos Humanos; a segunda, por ordenamentos jurídicos configurados por Estados nacionais que se valem do conceito de nacionalidade para garantir direitos exclusivamente a um grupo de indivíduos, excluindo outro grupo da possibilidade de fruição.

Michel Foucault⁸⁴ fez uso da expressão biopolítica para referir-se ao papel representado pelo indivíduo no exercício do poder e do saber. Era considerada pelo filósofo francês como uma tecnologia do poder, isto é, como uma técnica que determina a conduta dos indivíduos e os submete a certo tipo de fins de dominação. Em relação ao fenômeno migratório, resulta sugestivo o tratamento *foucaultiano* de uma população como objeto do biopoder, como condição de possibilidade de marginalização, exclusão ou eliminação. Leia-se: massa de manobra.

⁸² Lembrar da influência da cultura grega na Roma antiga; da cultura greco-romana no Renascimento; dos hábitos alimentares introduzidos na Europa após a descoberta do Novo Mundo; da herança árabe na Europa.

⁸³ HARRIS, Marvin. Antropologia cultural. Madrid: Editorial Alianza, 2011, p. 359.

⁸⁴ FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 309.

Nas lições do ano letivo 1975-1976, proferidas no Collège de France, Foucault sustenta que a biopolítica tem como objeto a espécie humana enquanto corpo vivo, com o objetivo de controlar e intervir nos processos biológicos como nascimentos, mortes, doenças, fenômenos estes que podem ter reflexos econômicos e políticos. Trata-se, portanto, de exercer influencia sobre o coletivo e não em corpos individuais, particulares, sobre uma população, neste caso os imigrantes, os estrangeiros.

Desta forma, conforme o raciocínio expendido, os Estados nacionais seriam o laboratório perfeito para o exercício da biopolítica, eis que, identificados com uma população homogênea, identitariamente definida, promoveriam políticas de proteção geopolíticas e culturais. Funcionaria como o protetor da integridade, da superioridade daqueles indivíduos com ele identificados.

Marilena Chauí⁸⁵ afirma que a cultura nacional sempre foi instrumento de dominação de um grupo social. O Estado assume a função de produtor cultural, através da elaboração de conteúdos próprios e distintivos de uma sociedade específica, legitimando a ideologia do grupo dominante.

O outro, neste caso o imigrante, é o ser inculto, primitivo, que não trará contribuição à sociedade receptora ou, pior ainda, trará riscos à sua existência e continuidade. Mas qual é o referencial estabelecido ou ser seguido para podermos estabelecer um padrão ou resposta para o que é cultura? Chauí nos diz que

No início da constituição da antropologia, os antropólogos guardaram o conceito iluminista de evolução ou progresso. Por tomarem a noção de progresso como medida de cultura, os antropólogos estabeleceram um padrão para medir a evolução ou o grau de progresso de uma cultura e esse padrão foi, evidentemente, o da Europa capitalista. As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do ocidente capitalista e a ausência desses elementos foi considerado falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída. Que elementos são esses? O Estado, o mercado e a escrita. Todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu foram definidas como culturas “primitivas”. Em outras palavras, foi introduzido um conceito de valor para distinguir as formas culturais.

A noção de primitivo só pode ser elaborada se for determinada pela figura do não primitivo, portanto pela figura daquele que realizou a “evolução”. [...] A cultura europeia capitalista não apenas se coloca como telos, como o fim necessário de desenvolvimento de toda cultura e de toda civilização, isto é, adota uma posição eurocêntrica, mas, sobretudo ao se oferecer como modelo necessário ao

⁸⁵ CHAUI, Marilena, *Cidadania cultural: o direito à cultura*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006, p.72.

desenvolvimento histórico legitimou e justificou primeiro, a colonização e, depois, o imperialismo⁸⁶.

Vemos, portanto, que nossas sociedades tornaram-se fechadas - poderíamos dizer sinistras? - inóspitas, inabitáveis, num sentido etimológico amplo. Isto decorre do fato de que alguém somente pode sentir-se seguro, em sua casa, no seu meio ambiente, resguardado do perigo exterior, se souber da existência de controles rigorosos de aduanas, de fronteiras, porque o perigo, para a mente do nativo, não mora ao lado, não está em nosso meio, mas provêm de fora, do estrangeiro, representado por levas, massas semelhantes a hordas de bárbaros.

É por demais interessante a ideia expressa por Boaventura de Souza Santos, quando diz que *todas as culturas possuem algum tipo de concepção ou prática relacionada com a dignidade humana. Mesmo sem usar a terminologia “direitos humanos”, algo próximo se encontrará. Por exemplo, buscar uma vida digna, querer uma vida melhor para os seus filhos e parentes, para a tribo, clã, ou comunidade circundante.*

*Todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana. Nenhuma cultura dá conta do humano. Aumentar a consciência de incompletude cultural é uma das tarefas prévias à construção de uma concepção emancipadora e multicultural dos direitos humanos*⁸⁷.

Vemos a existência de uma antinomia em tais afirmações. E por esta razão a construção pragmática do que afirma o autor não pode ser algo privado, pertencente a um grupo. Deve ser dada voz a todos aqueles que se preocupam com a sorte do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estrangeiros, neo-bárbaros, não são apenas os expoentes de um passado em que representavam a força de trabalho e pujança econômica (Império Romano), ou a lembrança de uma época de sofrimento e humilhação (Alemanha nazista) que muitos ainda querem esquecer ou continuam reacionários a reconhecer. Mas, também, os mensageiros da desgraça que dia após dia nos fazem lembrar que o conforto de uma minoria é edificado sobrando a pobreza e exclusão de uma grande maioria.

⁸⁶ CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia. Le Monde Diplomatique Brasil. Ano I. número 12. Julho de 2008. Encarte CLACSO. Cadernos da América Latina V. p. 4, p.4.

⁸⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006, v. 4, p. 446.

Quem sabe, ante a impossibilidade de fazer residir a solidariedade humana em uma essência de que todos compartilríamos, nos reste a esperança de promover e inspirar a capacidade de perceber, cada vez com maior clareza, que as diferenças tradicionais, de grupos nacionais, povos, etnias, raças, costumes, não são importantes quando comparadas com semelhanças relativas à dor e humilhação, de que todos são passíveis. Quem sabe somente assim possamos atravessar uma época que reserva a marginalidade social um conjunto cada vez mais amplo de seres humanos.

A magnitude das cifras existentes parece indicar com clareza que o multiculturalismo não é resultado de um fenômeno passageiro ou esporádico, mas arraigado, que veio para ficar. Isto ocorre, fundamentalmente, porque o motor que o move, ao longo da história, não é outro senão a busca por melhores horizontes. Há uma aspiração por melhoras, uma das principais que pode abrigar um ser humano e não parece poder ser relativizada. Em função disto, enquanto existirem homens e mulheres, portadores de sonhos, urgências e necessidades, sobre a terra, parece ser difícil que as dinâmicas migratórias possam ser interrompidas, por mais que sejam criados meios para sua repressão, obstaculização ou outros para impedi-los.

Deve ter sido observado que não fiz menção à situação que decorre do fluxo migratório em razão da Guerra da Síria, em função da qual, no ano de 2015, mais de um milhão de pessoas chegaram à Europa. Deixei de fazê-lo propositalmente, deixando aos leitores as conclusões pertinentes a partir do que aqui foi tratado. Após a leitura do texto será possível concluir o que poderá fazer a União Europeia para incorporar tal contingente. E estes estrangeiros, sentir-se-ão incluídos? Não podemos esquecer que nos atentados terroristas ocorridos em Londres no ano de 2005, parte dos que os perpetraram haviam nascido na Inglaterra. No mesmo ano, ocorreram violentas manifestações nos arredores da capital francesa, em bairros habitados por descendentes de estrangeiros, eles mesmos de nacionalidade francesa. Que nos atentados ocorridos em Paris, no ano passado, na Casa de shows Bataclan, parte dos autores possui a cidadania comunitária, ou seja, nasceu em um país da União Europeia.

Assim, leia o artigo e pense no que poderia ser feito em termos legislativos, ao menos em relação ao nosso país. Reconheço, ainda, que não somos o destino da massa de imigrantes como aquela aqui chegou a partir do início do século XIX, representada,

sobretudo, por alemães e italianos. Mas a enorme leva de estrangeiros foi recebida e incluída social e legalmente e hoje são os mais expressivos nomes da indústria nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*: notas sobre a política. Rio de Janeiro: Editora Autêntica, 2015.

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury, Brasília: UnB, 1989.

BENHABIB, Seyla. *Las reivindicaciones de la cultura*: igualdad y diversidad en la era global. Buenos Aires: Kantz, 2006.

BORDIEU, Pierre. *Antropología de Argelia*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2010.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural*: o direito à cultura, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.

_____. Cultura e Democracia. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano I. número 12. Julho de 2008. Encarte CLACSO. Cadernos da América Latina V.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HARRIS, Marvin. *Antropologia cultural*. Madrid: Editorial Alianza, 2011.

PATÍÑO AVILA, Jesus Ernesto. Estado Social de Derecho, Mercado, e Inmigración. In: VILLAR BORDA, Luis y ROSALES, José María (editores). *La inmigración y las oportunidades de la ciudadanía*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2005.

ROBERTSON, Roland. *Globalização, teoria social e cultura global*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006, v. 4.

TODD, Olivier. *Albert Camus: uma Vida*. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Record, 1996.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

4. REFLEXÕES SOBRE O DIREITO E A LITERATURA, A PARTIR DO ROMANCE “O ESTRANGEIRO”, DE ALBERT CAMUS

4. REFLECTIONS ON LAW AND LITERATURA, FROM THE NOVEL “THE STRANGER” BY ALBERT CAMUS

Claudio MARASCHIN⁸⁸

“Eis a imagem deste processo. Tudo é verdade e nada é verdade”

Resumo: Este artigo pretende analisar de forma simples e breve o romance “O Estrangeiro”, do autor Albert Camus, procurando identificar aspectos que possam contribuir na reflexão sobre o Direito, enquanto ciência interdisciplinar, especialmente no que diz respeito às influências dos pré-juízos ou pré-conceitos morais no ato de julgar, em detrimento dos fatos geradores de ilicitude legalmente prevista e os riscos de tal caminho para o Estado de Direito.

Palavras-chave: Direito e literatura, Camus, julgamento, Mersault.

Resume: This article analyzes simply and briefly the novel "The Stranger", the author Albert Camus, seeking to identify aspects that can contribute to the reflection on the Law, as an interdisciplinary science, especially with regard to the influences of pre-judgments or pre moral - Concepts in the act of judging, at the expense of the required legal wrongfulness of triggering events and risks in such a way to the rule of law.

Keywords: law and literature, Camus, judgment, Mersault.

Sumário: Introdução; 2. Os fatos; 3. O personagem; 4. O julgamento; Considerações finais; Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

Escrever sobre as relações entre direito e literatura não é tarefa simples, mas uma empreitada que exige, pelo menos, duas posturas prévias: a primeira, um olhar sobre o

⁸⁸ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor da disciplina de Teoria da Constituição e Direito Constitucional e da disciplina de Teoria do Estado e Ciência Política do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Membro do Grupo de Pesquisa UniRitter/Cnpq “Direitos humanos e fundamentais: eficácia e fundamentação”, desde 2001. E-mail: claudio.maraschin@gmail.com.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

direito que leve em conta a possibilidade de analisá-lo sob o ponto de vista interdisciplinar e, a segunda, consiste em considerar que a literatura, mesmo sendo uma das possíveis formas de analisar o direito, não deve ser entendida como algo que possui como objetivo a transformação do direito e tão pouco a transformação do próprio ser humano, pois não é essa a sua tarefa. Não é objetivo da literatura tornar o seu leitor um ser melhor ou pior, muito menos um sistema jurídico. De qualquer maneira, não é desmerecida a hipótese de que a literatura é importante ferramenta de análise do direito, através da ficção.

Na obra selecionada, “O Estrangeiro”, de Albert Camus, há uma série de passagens referentes ao protagonista – Mersault – que serão exploradas tanto a partir do romance em questão, quanto a partir de “O Mito de Sísifo”, obra do mesmo autor – de onde destacaremos aspectos que ajudam a compreender a personalidade complexa de Mersault. Tal compreensão prévia é essencial para relacionar as reações do personagem diante dos fatos da vida e do seu julgamento. Portanto, o artigo divide-se em três planos: o resumo da obra (os fatos), a personalidade do personagem (o sujeito) e o julgamento (o papel das leis e das instituições jurídicas).

2. OS FATOS

A história tem início com Mersault indo ao enterro da sua mãe – sem saber ao certo o dia da morte – e, um dia após, envolve-se amorosamente com Marie e, ainda na companhia dela, vai ao cinema assistir um filme cômico. Num determinado dia, Mersault, Marie e um amigo seu, Raymond, vão à praia e neste cenário que se depara com o árabe inimigo de Raymond.

O árabe puxa uma navalha e Mersault puxa o gatilho, dispara cinco vezes. É acusado de assassinato e vai preso. Durante o inquérito e no julgamento, os pormenores da sua vida ganham excepcional relevo, como o fato de ter internado sua mãe num asilo, ter fumado e tomado café durante o seu velório, ter ido ao balneário e ao cinema com Marie, etc. É rotulado de insensível à moralidade socialmente determinada. Mersault, julgado e preso, conta com os préstimos de um defensor público, que pouco pode fazer em seu favor. Mersault recebe a pena de morte como sanção. Segundo o promotor, sua cabeça seria cortada em praça pública, em nome do povo francês.

Um detalhe importante da narrativa é que Mersault não premedita o crime, não se trata de crime de ódio, ele não agiu por vingança, o reencontro com o árabe à beira mar foi mera casualidade. Ao ser interrogado, durante o inquérito, ele afirma que cometeu o ato por culpa do sol – de fato, as condições climáticas intensas e perturbadoras são característica desta obra de Camus.

Das curiosidades do julgamento, destacam-se, também, as perguntas direcionadas para as testemunhas cujo conteúdo era o fato de Mersault ter internado a mãe em um asilo, de não querer ver o corpo da mãe, de fumar e tomar café durante o velório, que não chorou e, por estes motivos, não possuía alma nem nada de humano, ou seja, um ser desprezível que não poderia mais conviver em sociedade por ser indiferente aos seus valores.

A complexidade da personalidade de Mersault ilustra-se em passagens que vão desde a indiferença e o vazio diante de episódios extremos, como a morte de sua mãe, passando pela absurdidade do inquérito e do julgamento – diante dos quais não abre mão das suas convicções – apesar de ambos os procedimentos judiciais se basearem quase que integralmente em questionamentos e acusações de cunho moral.

De um modo geral, apesar de Mersault ser considerado um personagem complexo, como já mencionado, uma simples observação do seu dia a dia nos levaria facilmente à conclusão de que se trata de um sujeito absolutamente normal, que convive normalmente com os seus vizinhos, com os seus amigos, uma vida sem maiores sobressaltos, uma vida até mesmo simplória, sem excessos, mas, ao mesmo tempo, com algumas passagens desconcertantes perante o “termômetro da moralidade social predominante”.

3. O PERSONAGEM

Mersault, o personagem principal, parece expressar uma certa rebeldia incompreensível, com a qual ele defende tenazmente as poucas certezas da sua vida e pelas quais ele entende que vale a pena lutar ou morrer. Outro aspecto essencial da narrativa é o meio ambiente no qual o protagonista e a história se desenrolam. O mar, a areia, muita luz solar – a intensidade do sol marca de forma tão significativa a história, que Mersault afirma que isto foi a causa do homicídio – os finais de tarde e noites cheios de melancolia. Camus, ao criar o protagonista da obra, o faz como alguém indiferente a todos os valores morais,

como um indivíduo que não se adapta muito bem às “regras do jogo”. O comportamento de Mersault coloca em xeque determinados valores predominantes baseados em determinadas e rígidas regras morais. Através de Mersault, Camus coloca em questão as crenças mais “sagradas” da sociedade da época.

Para entender um pouco a personalidade de Mersault, é necessário descobrir os meandros da complexa “teoria do absurdo” de Camus, tarefa que não pertence a este trabalho a não ser nos limites do que possa ajudar na comparação entre os fatos, o personagem e o seu julgamento, em razão do crime que cometeu.

No campo da psicanálise, especialmente naquilo que esta área do conhecimento denomina de “vazio mental”, “cultura do vazio” ou “patologias do vazio”, é possível arriscar, de modo singelo e prudente – como convém ao jurista não iniciado nesta área – algumas observações. Valho-me, inicialmente, do trabalho da Dra. Alicia Beatriz Dorado de Lisondo, analista e psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), no artigo “Na cultura do vazio, patologias do vazio”.

Para a autora,

A era pós-moderna, que se identifica como era do vazio e da imagem, caracteriza-se pelo individualismo hedonista, personalizado e narcísico, pela apatia, pela sedução generalizada, pela legitimação de todos os modos de vida, pela coexistência de contrários, pela inversão dos ideais, em que a verdade é soterrada.

A personalidade de Mersault parece ajustar-se, de alguma maneira, ao momento em que “(...) A verdade é soterrada, a violência social é banalizada, a insignificância avança. Há uma retração do tempo social e individual, um imediatismo do aqui e agora como valor em si próprio”. Afinal, o personagem vive uma vida simples, uma vida elementar, caracterizada com um modo de ser indiferente e vazio.

Ao longo da narrativa, Mersault demonstra ser incapaz de extrair qualquer significado emocional do que se passa com ele. Seu convívio social é isento de opinião ou sentimento. Logo nas primeiras linhas da obra, Mersault reage da seguinte maneira ao ser informado da morte da mãe: “Hoje, mamãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem (...) talvez tenha sido ontem”. Outras passagens características da personalidade do personagem são a relação dele com o seu amigo – o cafetão – ao afirmar não ser nem contra nem a favor da amizade com o mesmo, assim como a indiferença com que reage no momento em

que Marie declara o desejo em se casar, e Mersault responde: “tanto faz”. Aliás, a expressão “tanto faz” é constante na narrativa.

No momento do assassinato do árabe, percebe-se claramente que Mersault não praticou um crime de ódio e não houve premeditação. Ao contrário, ao ser interrogado dos motivos que o levaram a praticar tal ato, responde: “a culpa foi do sol”. Por absurda que pareça, a resposta não é de um insano, mas de alguém que realmente acredita no que está afirmando, está convencido de que o sol foi o culpado de tal ato hediondo. Importante observar que o sol não tem um papel meramente secundário no ambiente criado por Camus. A presença de um sol escaldante, pode ser observada com maior impacto para além das páginas do livro, mais precisamente na adaptação do romance para o cinema, por obra de Luchino Visconti, em 1967, estrelada por Marcello Mastroianni no papel de Arthur Mersault.

O vazio mental do personagem, revela a impossibilidade de pensar e de dar às diversas experiências da vida um significado emocional mais genuíno. Segundo Lisondo, o SER

(...) reduz-se a uma anatomia robotizada e a uma psicofarmacologia como divindade sobrenatural. Na era da neurotecnologia, pretende-se que todos os problemas humanos possam se resolver imediatamente, e uma simplificação criminosa busca abolir o árduo caminho do pensamento e do desenvolvimento emocional.

Martin Esslin (1918 – 2002), crítico teatral que criou o conceito de “teatro do absurdo”, mencionava que o absurdo descreveria a natureza estranha e sem sentido da vida, onde não há certezas ou finalidades. O declínio das crenças, teria privado o homem das suas certezas, ou seja, quando não é mais possível aceitar complexos sistemas fechados de valores, a vida deve ser encarada como em sua realidade última e absoluta.

Considerando a quase coincidência temporal dos escritos de Camus e de Esslin – período imediatamente anterior à segunda grande guerra (Camus) e imediatamente pós-guerra (Esslin), pode-se aferir que a crise do personagem Mersault é a crise do homem do seu tempo: duas grandes guerras em apenas vinte anos. Tais fatos tornam praticamente impossível aceitar critérios de conduta e valores absolutos, decorrentes de uma certeza revelada sobre a finalidade do homem no mundo.

Os pressupostos de outras épocas parecem desacreditados e a razão humana é levada a conhecer a sua impotência para discernir, neste mundo, alguma racionalidade. E essa razão nos diz que esse mundo é vazio de sentido.

Esse vazio de sentido, em Mersault, revela o seu ápice no momento em que ocorre uma morte absurda, sem motivo, sem razão clara. O assassinato é fruto de reflexos e não do ódio. Ele não compreende a gravidade do seu crime, não sente culpa, não manifesta receio quanto ao desenlace dos fatos, pois leva uma vida banal baseada no distanciamento e na indiferença. Mersault é um indivíduo indiferente: à mãe, à sociedade, ao mundo. A indiferença, é bom lembrar, caracteriza-se como um comportamento antissocial que demonstra incoerências entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Camus, Mersault simboliza o absurdo da condição humana. “O Estrangeiro” é considerada uma das obras literárias que expressa a equivalência absurda de todas as coisas – “tanto faz”, ou isto ou aquilo – das mais banais às mais trágicas.

Como mencionado anteriormente, é na obra “O mito de Sísifo” (1942) que Camus formula ideias sobre a gratuidade da existência, o confronto entre a opacidade das coisas e o apetite de clareza, sobre o divórcio entre o homem e a sua vida e reflete sobre o mundo mergulhado na irracionalidade ao lembrar Sísifo, condenado pelos deuses a empurrar incessantemente uma pedra até o alto da montanha, de onde ela tornava a cair, caracterizando seu trabalho como inútil e sem esperança. O mito retrata, segundo o autor, o vazio em que vivemos e os dilemas enfrentado pelo homem contemporâneo.

Seguem algumas passagens que podem ajudar na análise sobre a personalidade de Mersault e que, posteriormente, ajudarão também a compreender, de uma certa maneira, a postura do personagem durante a sua acusação e julgamento. Os trechos que seguem foram extraídos do capítulo “El mito de Sísifo”, do volume 1 das “Obras”, de Albert Camus, Alianza Editorial, Madrid, 1994.

A complexa personalidade de Mersault corresponderia à um universo privado de ilusões, onde o homem se sente um estranho, sem esperanças, como se vislumbrássemos um divórcio entre o homem e a sua vida, como se fora uma estranheza do mundo. Aliás, de um mundo que, por si só, não é razoável. O personagem parece estar constantemente debaixo de um “céu” asfixiante, sem saber com clareza como sair dele.

Na comparação entre os “motivos” e as “consequências” dos atos do homem e a realidade “lógica” que se quer instaurar - inclusive através da acusação e do julgamento,

têm-se que “(...) *si acuso a um inocente de um crimen monstruoso, si le digo a um hombre virtuoso que há codiciado a su própria hermana, me responderá que eso es absurdo*”. A indignação do homem virtuoso, por sua vez,

(...) ilustra com esa réplica la antinomia definitiva que existe entre el acto que yo le atribuyo y los principios de toda su vida. Es absurdo quiere decir es imposible, pero también es contradictorio. Si veo a um hombre atacar com arma blanca a um grupo de ametralladoras, juzgaré que su acto es absurdo. Pero no lo es sino em virtude de la desproporción que existe entre su intención y la realidad que le espera, de la contradicción que puedo advertir entre sus fuerzas reales y el fin que se propone. Del mismo modo, estimaremos que um veredicto es absurdo, oponiéndolo al veredicto que, al parecer, imponían los hechos. Del mismo modo también uma demostración por lo absurdo se efectua comparando las consecuencias de este razonamiento con la realidad lógica que se quiere instaurar. Em todos estos casos, desde el más sencillo hasta el más complejo, la absurdidade será tanto más grande cuanto mayor se ala diferencia entre los términos de mi comparación.

Camus ressalta que o absurdo nasce da comparação, ou seja, ele não nasce do simples exame de um fato ou de uma impressão, mas surge da comparação entre um fato e uma certa realidade, entre uma ação e o mundo que a supera: “(...) *lo absurdo es esencialmente um divorcio. No está ni em uno ni en outro de los elementos comparados. Nasce de su confrontación*. O absurdo, portanto, não está no homem, nem no mundo, mas na sua presença comum, na sua confrontação. A rigor, a partir da ideia de “divórcio” entre os elementos comparados e da sua confrontação, conclui-se que não há “uma verdade”, mas “verdades”. Deve se levar em conta, ainda, o absurdo tanto da morte provocada por Mersault, quanto da “raiva coletiva” das instituições – judiciário, imprensa, igreja, etc. – concentrada não no assassinato, mas no aparente desprezo ou indiferença de Mersault em relação à sua mãe. E é a partir deste ponto que o julgamento deve ser analisado.

Apesar de toda a análise que possa ser feita sobre o personagem de Camus, em “O Estrangeiro”, a sensação é de que Mersault possui uma personalidade indecifrável. Talvez aí resida a grandeza desta magnífica obra literária, talvez aí o fato de ser uma obra tão sedutora e tão poderosa no sentido de nos colocar diante de questionamentos sobre as “certezas” pré-determinadas da nossa sociedade e de nossas instituições.

4. O JULGAMENTO

No final da primeira parte do livro, o destino de Mersault é traçado na cena do assassinato do árabe. O próprio personagem – a história é narrada em primeira pessoa – descreve o quanto o sol lhe afetava naquele momento de desgraça. É importante percorrer a descrição sobre o sol, pois é este o argumento usado por Mersault para justificar o seu crime: “a culpa foi do sol”:

Eu caminhava lentamente para os rochedos e sentia a testa inchar sob o sol. Todo este calor me apertava, opondo-se aos meus passos. E cada vez que sentia o seu grande sopro quente no meu rosto, trincava os dentes, fechava os punhos nos bolsos das calças, retesava-me todo para triunfar sobre o sol e essa embriaguez opaca que ele despejava sobre mim. A cada espada de luz que jorrava da areia, de uma concha esbranquiçada ou de um caco de vidro, meus maxilares crispavam. Andei durante muito tempo.

Ao encontrar o árabe nos rochedos, à beira mar, Mersault continua relatando o extremo incômodo que o sol lhe causa:

O queimar do sol ganhava-me as faces e senti gotas de suor se acumularem nas minhas sobrancelhas. Era o mesmo sol do dia em que enterrara mamãe e, como então, doía-me sobretudo a testa e todas as suas veias batiam juntas debaixo da pele. Por causa deste queimar, que já não conseguia suportar, fiz um movimento para a frente. Sabia que era estupidez, que não me livraria do sol se desse um passo. Mas dei um passo, um só passo à frente.

Este foi o passo decisivo para consumir-se a desgraça na vida de Mersault:

E desta vez, sem se levantar, o árabe tirou a faca, que ele exibiu ao sol. A luz brilhou no aço e era como se uma longa lâmina fulgurante me atingisse na testa. No mesmo momento, o suor acumulado nas sobrancelhas correu de repente pelas pálpebras, recobrando-as com um véu morno e espesso. Meus olhos ficaram cegos por trás desta cortina de lágrimas e de sal. Sentia apenas os címbalos do sol na testa e, de modo difuso, a lâmina brilhante da faca sempre diante de mim. Esta espada incandescente corroía as pestanas e penetrava os meus olhos doloridos. Foi então que tudo vacilou. O mar trouxe um sopro espesso e ardente. Pareceu-me que o céu se abria em toda a sua extensão deixando chover fogo. Todo o meu ser se retesou e crispei a mão sobre o revólver. O gatilho cedeu, toquei o ventre polido da coronha e foi aí, no barulho ao mesmo tempo seco e ensurdecido, que tudo começou. Sacudi o suor e o sol. Compreendi que destruíra o equilíbrio do dia, o silêncio excepcional de uma praia onde havia sido feliz. Então atirei quatro vezes ainda num corpo inerte em que as balas se enterravam sem que se desse por isso. E era como se desse quatro batidas secas na porta da desgraça.

Mersault é preso e, diante do juiz de instrução, ao ser informado sobre a necessidade de constituir advogado, responde que não haveria necessidade por acreditar que o seu caso era simples. Foi nomeado um defensor público, que lhe informa que o caso

é difícil e que haviam investigado a sua vida particular, constatando-se que a mãe morreria num asilo. Para os investigadores, era prova de insensibilidade de Mersault o fato de ter internado ela num asilo – apesar de Mersault afirmar que não dispunha de recursos financeiros, além da sua reação tanto no dia da morte quanto no funeral da mãe.

O próprio advogado sente-se constrangido em questioná-lo sobre tais eventos, mas assim mesmo o faz pelo simples fato de acreditar que a acusação usaria tais argumentos. O defensor começa perguntando se Mersault sofrera ao saber da morte da mãe. Pela reação do personagem diante das perguntas do defensor público, percebe-se o quanto tais informações parecem surreais aos olhos de Mersault:

Esta pergunta me espantou muito e parecia-me que ficaria muito constrangido se tivesse de fazê-la a alguém (...) é claro que amava mamãe, mas isso não queria dizer nada. Todos os seres normais tinham, em certas ocasiões, desejado, mais ou menos, a morte das pessoas que amavam. Nesse ponto, o advogado me interrompeu e mostrou-se muito agitado. Obrigou-me a prometer que não diria isso no dia do julgamento, nem ao juiz. Expliquei-lhe, no entanto, que o meu temperamento era este – meus impulsos físicos perturbavam com frequência os meus sentimentos. No dia em que enterrara mamãe, estava muito cansado e com sono. De forma que não me dei muito bem conta do que se passava. O que podia afirmar, com toda a certeza, era que preferia que mamãe não tivesse morrido.

Mersault arremata o diálogo com o advogado, afirmando que essa história não tinha nenhuma relação com o seu caso e o advogado respondeu que **certamente ele nunca tinha se envolvido com a justiça**. O advogado parecia não entender as “razões” do seu cliente. Mersault considerava ser igual a todo o mundo, exatamente como todo o mundo.

Novamente diante do juiz de instrução, inicia-se o interrogatório mesmo sem a presença do advogado. O próprio Mersault consentiu, afirmando que poderia responder sozinho. O juiz de instrução estava mais interessado nas passagens da vida privada do acusado do que nas circunstâncias do assassinato, alegando que haviam coisas nos gestos de indiferença do interrogado que lhe fugiam à compreensão, ao que Mersault respondia que “*era tudo muito simples (...) a praia, o banho, a briga, outra vez a praia, (...) o sol e os cinco disparos de revólver*”. Ele já estava cansado de repetir sempre a mesma história e tinha a impressão de nunca ter falado tanto.

Mesmo sem lógica aparente, o juiz de instrução continua lhe interrogando e perguntando se Mersault amava a sua mãe, ao que respondeu que sim, “*como todo o mundo*”. Após duas ou três perguntas sobre as circunstâncias da morte do árabe, o juiz segue, com um crucifixo na mão, perguntando a Mersault se ele conhecia aquele objeto e se acreditava em Deus, ao que o acusado respondeu negativamente quanto à crença. Ao final dos onze meses de instrução, a palavra que Mersault ouviu constantemente da boca do juiz foi “anticristo”.

Após a instrução, o julgamento. Aí é que a situação ganha contornos ainda mais impressionantes. O presidente do júri disse a Mersault que abordaria questões aparentemente estranhas ao seu caso, ou seja, ele iria falar novamente na sua mãe, perguntando o motivo de tê-la enviado ao asilo, e a resposta foi porque não tinha dinheiro para mantê-la e que nem ele nem a sua mãe esperavam mais nada um do outro e que já estavam habituados às suas próprias vidas.

No seu testemunho, o diretor do asilo mencionou que Mersault estava muito calmo no dia do enterro e que não chorara uma única vez e, ainda por cima, sequer sabia a idade da sua mãe. Os presentes ao tribunal reagem de tal maneira que Mersault percebe o quanto aquelas pessoas o detestavam. Já o porteiro do asilo, ao testemunhar, disse que Mersault não quis ver sua mãe no caixão, que tinha fumado – o próprio porteiro lhe ofereceu o cigarro – que tinha dormido e que tinha tomado café com leite.

De pronto, a reação do promotor: “*Sim, os senhores jurados saberão formar a sua opinião. E concluirão que um estranho podia oferecer café, mas que um filho devia recusá-lo diante do corpo daquela que o dera à luz*”. Chegaram ao ponto de perguntar ao dono do restaurante que Mersault frequentava regularmente, se ele pagava as suas despesas. No depoimento de Marie, lhe foi questionado em que momento e em quais as circunstâncias conhecera Mersault, citando o fato de terem ido ao balneário um dia após o enterro da sua mãe e também ao cinema assistir ao filme de Fernandel – famoso humorista francês. Novamente o promotor: “*Senhores jurados, no dia seguinte à morte de sua mãe, este homem tomava banho de mar, iniciava um relacionamento irregular e ia rir diante de um filme cômico. Nada mais tenho a lhes dizer*”. Seguiram-se, no tribunal, expressões do tipo “monstro moral”, vergonhosa devassidão,

Diante de tais incursões fantásticas pela intimidade de Mersault, o seu advogado bramiu: “***Eis a imagem deste processo. Tudo é verdade e nada é verdade***”, afinal, o seu

cliente estava sendo acusado de ter enterrado a mãe ou de matar um homem? As impressões finais de Mersault, ao final do romance, são emblemáticas no sentido de um julgamento absurdo: “(...) pareciam tratar deste caso à margem de mim. Tudo se desenrolava sem a minha intervenção (...) tinha vontade de interromper todo mundo e dizer: Mas afinal quem é o acusado?”.

O promotor, que afirmava conhecer a “*psicologia da alma criminoso*” de Mersault, resumiu todos os fatos a partir da morte de sua mãe, focando na insensibilidade dele, no desconhecimento da idade dela, no seu banho de mar no dia seguinte, com uma mulher, o cinema, Fernandel, e por fim a volta com Marie. Diante de tal quadro desenhado pela acusação, Mersault “*não compreendia bem por qual motivo as qualidades de um homem comum podiam tornar-se acusações esmagadoras contra um culpado*”.

O promotor se concentrou muito mais na personalidade e na intimidade do acusado, do que propriamente no crime, porque a acusação estava convencida de que o acusado deveria ser punido, principalmente, por ter “matado moralmente” a sua mãe e, por este motivo, deveria ser afastado da sociedade dos homens. Mersault, segundo o promotor, nada tinha a fazer numa sociedade cujas regras mais essenciais desconhecia. Resultado: o promotor pede a “*cabeça*” de Mersault, pelo fato do “*horror que sentia diante de um rosto humano onde nada leio que não seja monstruoso*”.

Ao final da narrativa, no último capítulo, extrai-se uma observação emblemática de Mersault, que parece resumir o absurdo na condução do inquérito, do julgamento e, por fim, da sentença:

(...) eu não conseguia aceitar esta certeza insolente. Porque, afinal, existia uma ridícula desproporção entre o julgamento que a fundamentara e o seu imperturbável desenrolar a partir do instante em que este julgamento fora pronunciado. O fato de a sentença ter sido lida não às cinco da tarde mas às oito horas da noite, o fato de que poderia ter sido outra completamente diferente, de que fora determinada por homens que trocam de roupa, e que fora dada em nome de uma noção tão imprecisa quanto o povo francês (ou alemão ou chinês), tudo isso me parecia tirar muito da seriedade desta decisão.

Um detalhe que se projeta das linhas anteriores, é o fato de que não houve imparcialidade no julgamento, ou seja, ela não se faz presente no julgamento de Meursault, pois as autoridades insistem em julgar-lhe não a conduta ilícita cometida, mas sim a

conduta moral; isto é, a indiferença frente a tudo e todos. O acusado foi julgado por algo moralmente reprovável e não por algo legalmente proibido.

Trata-se de uma desvirtuação judicial pautada no julgamento da moral do protagonista, o que reitera o fato de se tratar de um absurdo judicial, ou seja, “*quando se está julgando algo, é outra coisa que está em julgamento*” (Neto, 2010, p.1). Nas palavras do promotor é que essa distorção jurídica fica mais evidente pois ele insiste na indiferença ou no descaso do réu como se isso fosse alvo da repressão criminal.

Não se discute o fato do personagem ter sido culpado de matar alguém, apesar de ter sido enquadrado legalmente como tal. Julgam-no pelo seu comportamento absurdo ou moralmente repreensível. Interessante lembrar, além de todos os detalhes dos argumentos do promotor, que Mersault é repreendido até mesmo por ser amigo de um cafetão, como se isso fosse indício de mal caráter do acusado. O absurdo de tais argumentos é que se baseiam unicamente nas crenças, opiniões e pré-conceitos do julgador. É o juiz julgando “conforme a sua consciência”.

Se as circunstâncias envolvidas no assassinato do árabe são absurdas, se a conduta de Mersault e a sua indiferença diante de todos os fatos são absurdas, não menos absurdo é o inquérito e o julgamento, que culminaram no desmantelamento de uma série de direitos que deveriam ser assegurados a Mersault – obviamente há que se considerar que o momento em que Camus escreve a obra é a década de 40, levando-se em conta o sistema judicial da França, naquela época. Todavia, não deixa de ser razoável crer que algumas garantias legais e constitucionais não se vislumbrariam em defesa do acusado.

Se considerássemos o ordenamento jurídico brasileiro, destacaríamos, por exemplo, violações aos direitos da personalidade – especialmente a privacidade – sem mencionar a lesão ao artigo 5º da CF/88 ao determinar que a vida privada da pessoa é inviolável. A ausência de imparcialidade no julgamento, refletiu-se na utilização de fatos da vida privada de Mersault, pois o mesmo foi acusado pela sua postura ou conduta moral estranhas ao que vigia na sociedade na época.

Onde se encontram a isonomia e a imparcialidade no julgamento? Mersault foi julgado não em razão de um ato legalmente proibido, mas como alguém que possuía uma moralidade contrária àquela considerada “normal” ou socialmente aceita. Foram os interesses subjetivos, dos responsáveis pelo julgamento, que condenaram Mersault?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quantos e quais são os “Mersault” de hoje? Quantos e quais são os condenados pela sua aparência, pela sua cor, pela sua renda, pelo seu gênero, pela sua raça, pelas suas crenças? Quantos são os julgamentos que se desdobram a partir de pré-juízos? Quantas são as condenações baseadas na “moral social vigente”. É lógico que a obra literária “O Estrangeiro” deve ser entendida a partir do que Camus denomina de “absurdo”. Todavia, não há, a rigor, nenhum aspecto no comportamento individual ou pessoal de Mersault que justificasse a condenação, a não ser o assassinato em si, e tão somente por si.

Com essas páginas de ficção, Camus nos coloca diante de absurdos – o comportamento de Mersault, a sua indiferença e vazio, o julgamento, a imposição de uma suposta moral social vigente que deve prevalecer a qualquer custo. Mersault foi condenado socialmente, tornou-se um “estrangeiro” em sua própria terra, pois suas atitudes não eram compatíveis com a ética e a moral impostas pela sociedade. Mersault difere dos demais por não sentir culpa, nem arrependimento, nem preocupação com o futuro, por ter vagas ligações com o passado, sem ilusões, sem certezas. Mersault fora julgado, afinal, pela sua maneira de viver. Essa foi a maneira que o júri encontrou para condenar a insensibilidade social de Mersault, e não o crime que ele cometeu.

A justiça retratada por Camus,

É uma justiça teatral e descomprometida com os fatos, evidenciando a crítica de Camus ao absurdo institucional da sociedade. Ao descrever o funcionamento da justiça no decorrer do processo de Mersault, Camus mostra como as instituições sociais, criadas com o intuito de buscar a verdade e a justiça, tornaram-se, na verdade, obscuras e contraditórias com o desejo humano por clareza – tornaram-se uma parte não-humana do absurdo. Camus compara a paródia do funcionamento absurdo das instituições sociais com o não menos absurdo funcionamento do acaso (Oliveira; Siqueira, p.269).

Trata-se de uma justiça totalmente despreocupada com o fato ofensivo, que deu origem ao processo. Mersault é tratado como uma espécie de inimigo público, como alguém que, por se afastar da moral social afastou-se, também, das leis. Mersault passou a ser julgado com o pré-juízo de que – com sua indiferença e vazio – não ofereceria garantias de que seria fiel às leis. Assim sendo, não deveria ser tratado como pessoa, nem pela

sociedade, nem pelo Estado. Deveria ser extirpado do “contrato social” por ser alguém capaz de vulnerar o direito à segurança dos demais membros da sociedade, ou seja, um inaceitável exemplo.

Mersault é considerado pelos seus julgadores não apenas como um simples infrator das leis, mas como um perigo ou ameaça para a moral e os bons costumes prevalecentes na sociedade. O inquérito e o julgamento são evidências claras de que se distinguiu – por critérios meramente subjetivos – o cidadão, moralmente condicionado segundo padrões socialmente determinados, do inimigo estereotipado, segundo um determinado padrão moral, cultural e até mesmo religioso.

Mersault é visto como alguém que não se submete aos padrões pré-determinados e, portanto, não poderia fazer parte do Estado ou do pacto social e por isso não pode usufruir dos seus direitos como cidadão. Mersault é o inimigo público que não está em conexão com os padrões morais, com base nos quais uma sociedade se interpreta a si mesma e afirma-se enquanto comunidade.

Sob o ponto de vista da ciência jurídica, parece ser esse o grande alerta de Camus na sua obra “O Estrangeiro”, ou seja, alertar para o fato de que um dos primeiros sintomas de destruição autoritária do Estado de Direito é a “seleção” e a “padronização” de comportamentos baseados em critérios puramente morais – abrindo ao juiz o vasto e perigoso “decido conforme minha consciência ou conforme a consciência da sociedade” – e jogando por terra os direitos e as garantias legalmente e constitucionalmente asseguradas. Parece-nos que Mersault simboliza essa postura, não incomum, de julgar e condenar com base em argumentos ou discursos “meta jurídicos”, em detrimento da lei.

Seja como for, Camus logrou criar uma obra – que não se restringe a “O Estrangeiro”, mas complementa-se com “O Mito de Sísifo” e com “O Homem Revoltado” – em que apresenta uma espécie de tragédia moderna. Nela, seres concretos como Mersault, assumem a condição de “sujeitos” que se confrontam com as engrenagens da burocracia jurídica estatal.

Verifica-se em “O Estrangeiro”, a crítica de Camus ao funcionamento absurdo do aparelho de justiça do Estado moderno, incapaz de compreender o que julga e a verdade dos indivíduos que se propõe a julgar, o papel cômico dos atores do sistema judicial, que vivem num mundo abstrato e divorciado da realidade, nutrindo uma paixão abstrata pela

justiça ideal, banhada por generosas doses de uma certa moralidade social pré-determinada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMUS, Albert. *El mito de Sísifo*. In: Obras, Volume 1. Madrid: Alianza Tres, 1996.

_____. *El Extranjero*. In: Obras, Volume 1. Madrid: Alianza Tres, 1996.

_____. *O Estrangeiro*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ESSLIN, Martin. *O Teatro do Absurdo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, tradução Barbara Heliodora, prefácio Paulo Francis.

GOMES, Luiz Flávio. *Direito penal do inimigo: ou inimigos do direito penal*. Revista Jurídica Unicoc. Ano II, nº 2, 2005.

LISONDO, Alicia Beatriz Dorado de. *Na cultura do vazio, patologias do vazio*. Disponível em: <<http://febrapsi.org.br/publicacoes/Espa%C3%A7o%20Alicia%20Beatriz%20Dorado%20de%20Lisondo%203416%20Na%20cultura%20do%20vazio,%20patologias%20do%20vazio.pdf>> Acesso em 20 dez. 2015.

MARCO, Cristhian Magnus De; FREITAS, Riva Sobrado de. Pressupostos para O Estudo Dos Direitos Da Personalidade Na Dogmática Dos Direitos Fundamentais. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 14, n. 14, p. 254-272, julho/dezembro de 2013. Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/393>> Acesso em: 18 ago. 2014.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *O Estrangeiro: A Justiça Absurda*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

OLIVO, Luis Carlos Cancelier; SIQUEIRA, Ada Bogliolo Piancasteli. *O direito e o absurdo: uma análise de “O Estrangeiro”, de Albert Camus*. Disponível em:

<file:///C:/Users/Claudio/Downloads/14999-46229-1-PB%20(2).pdf .>Acesso em: 22 nov. 2015.

SANTOS, José Cirino dos. *O direito penal do inimigo: ou o discurso do direito penal desigual*. Disponível em:

<<http://www.cirino.com.br/artigos/jcs/Direito%20penal%20do%20inimigo.pdf>.> Acesso em: 22 nov. 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

5. NARRATIVIDADE, COERÊNCIA E NORMATIVIDADE. NOTAS A PARTIR DE O ESTRANGEIRO, DE ALBERT CAMUS

Luis ROSENFELD⁸⁹

Resumo: O presente ensaio busca investigar as implicações entre narratividade, normatividade e coerência a partir do romance *O estrangeiro* (1942), do escritor franco-argelino Albert Camus. Destaca-se a noção de ausência de coerência narrativa do protagonista-narrador da obra, Mersault como forma de demonstrar a natureza comunicativa e linguística do direito, e das implicações desse fenômeno. Procura-se, com isso, sublinhar a importância da narratividade no direito, e de como isso se apresenta como condição de possibilidade para compreensão de determinados fenômenos jurídicos.

Palavras-chave: coerência, narratividade, direito e literatura, Albert Camus, *O estrangeiro*.

Sumário: Introdução; 1. Direito, literatura, narração e coerência; 2. Enredo e contexto histórico de *O estrangeiro*, de Albert Camus; 3. Da falta de coerência narrativa de Mersault; Considerações finais; Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio, inserido na tradição do direito e literatura, procura investigar as implicações entre narratividade, normatividade e coerência a partir do romance *O estrangeiro* (1942), do escritor franco-argelino Albert Camus. A partir da noção de *ausência de coerência narrativa* do protagonista-narrador da obra, Mersault, será trabalhada, sob forma de breves notas e comentários, a natureza comunicativa do direito e de como a narratividade do direito se apresenta, hoje, como condição de possibilidade para compreensão de determinados fenômenos jurídicos.

⁸⁹ Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).
Mestrando em Direito pela Faculdade Meridional (IMED/RS). E-mail: luis.rosenfeld@gmail.com.
Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

1 DIREITO, LITERATURA, NARRAÇÃO E COERÊNCIA

Para Claudio Magris, famoso ensaísta italiano, *a literatura é uma encarnação da lei*. A literatura obedece a uma lógica própria através de sua natureza irresponsável e isenta de deveres morais e de obediência aos códigos. Contudo, ao mesmo tempo que a literatura é uma das maiores inimigas da lei seca, estéril e abstrata, ela seria em muitos casos a própria encarnação dos fenômenos jurídicos⁹⁰. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a literatura se apresenta como inimiga do direito, a obra literária abrem infinitas possibilidades para reexaminar – e eventualmente sanear – o mundo jurídico.

Nas últimas décadas, com a evolução dos estudos em direito e literatura, especialmente na Itália, na Espanha, na Bélgica, na Alemanha e nos Estados Unidos, surgiram novas e interessantes possibilidades para estudar as intersecções entre teoria literária e teoria do direito. Juristas como Robin West, Robert Cover, Richard Weisberg, Guyora Binder, Robert Weisberg, Enrique Eduardo Marí, François Ost, James Boyd White, Alberto Vespaziani, Joana Aguiar e Silva e Ian Ward possuem, cada um a seu modo, contribuições notáveis no plano das intersecções entre narrativa e normatividade⁹¹.

Em anos recentes, os estudos jusliterários têm se desenvolvido e consolidado na América Latina, especialmente no Brasil. Já há suficiente consenso quanto à capacidade de a literatura contribuir para o aperfeiçoamento da análise jurídica e para se repensar determinadas problemáticas de teoria do direito. O uso da literatura como instrumento privilegiado de reflexão em torno da hermenêutica, da retórica e da linguagem tem desvelado superfícies esquecidas do direito⁹². Esse desenvolvimento assumiu ritmo exponencial a partir do final da década de noventa até os dias atuais, especialmente a partir com o incremento das publicações sobre a temática. O livro *Literatura & Direito. Uma outra leitura do mundo das leis* (1998), de Eliane Botelho Junqueira, demarca simbolicamente o início desse processo de maior sofisticação dos ensaios que englobam a relação entre direito e literatura⁹³.

⁹⁰ MAGRIS, Claudio. *Literatura y derecho ante la ley*. Madrid: Sexto Piso, 2008. p. 34.

⁹¹ MARÍ, Enrique Eduardo. *La teoría de las ficciones*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002. AGUIAR E SILVA, Joana. *Para uma teoria hermenêutica da justiça. Repercussões jusliterárias no eixo problemático das fontes e das interpretação jurídicas*. Coimbra: Almedina, 2011; BINDER, Guyora; WEISBERG, Robert. *Literary criticism of law*. Princeton: Princeton University Press, 2000; VESPAZIANI, Alberto. *Costituzione, comparazione, narrazione. Saggi di diritto e letteratura*. Torino: Giappichelli Editore, 2012; WEST, Robin. *Narrative, authority & law*. Michigan: The University of Michigan Press, 1993; WARD, Ian. *Law, text, terror*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009; OST, François. *Raconter la lois aux sources de l'imaginaire juridique*. Paris: Odile-Jacob, 2004.

⁹² TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; NETO, Alfredo Copetti. *Direito & Literatura. Discurso, imaginário e normatividade*. Porto Alegre: Nuria Fabres Editora, 2010; _____. *Direito & Literatura. Reflexões teóricas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008; _____. *Direito & Literatura. Ensaio crítico*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

⁹³ JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Literatura & Direito. Uma outra leitura do mundo das leis*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998.

Dentro desse contexto de aumento de complexidade das reflexões jusliterárias, surgiu espaço para se aplicar as categorias narratológicas em temas eminentemente jurídicos. A análise de problemas afeitos ao direito da narratividade começa a apresentar resultados proveitosos para repensar antigos paradigmas da teoria do direito. Essa situação pode ser exemplificada a partir do clássico *Nomos and narrative*, de Robert Cover, texto ainda pouco trabalhado no Brasil, em grande parte pela ausência de tradução para a língua portuguesa⁹⁴. O avanço tem sido tão expressivo em alguns países que já se procura estabelecer uma *teoria narrativista do direito*, aproximando-se essa teoria narrativista aos conceitos da hermenêutica jurídica através de elementos de teoria literária, notadamente da narratologia⁹⁵.

Diversas facetas do direito possuem alto grau de narratividade em sua constituição. A título exemplificativo desse fenômeno, podem ser citadas três características do direito que encontram amplo viés de narratividade: (i) a narratividade do processo judicial, com sua elaboração dos fatos através de instrumentos narrativos, voltada à resolução de ocorrências pretéritas por meio de reconstrução fática com elementos muitas vezes precários de cognição; (ii) a narratividade da cadeia de precedentes, voltada a fundar elo narrativo entre diferentes julgados, transformando a jurisprudência em um todo conectado, íntegro e coerente (basta lembrar da noção de *romance em cadeia*, de Ronald Dworkin); (iii) e, no plano das implicações entre história, direito e política, o discurso dos direitos humanos no século XX como construção narrativa voltada à proteção de direitos mínimos.

A especulação sobre o direito e os fenômenos jurídicos a partir de novos lugares de investigação valoriza métodos interdisciplinares até então subvalorizados e subestimados. Especialmente diante do crescimento das teorias pós-positivistas do direito – que implicam num enorme peso na interpretação judicial –, revela-se importante estudar com profundidade conceitos como *coerência narrativa*, especialmente no que se refere ao uso do conceito de *coerência* como conceito chave da moderna teoria do direito, como ocorre a partir da redação do Novo Código de Processo Civil. Isso porque a análise em torno do conceito de *coerência* na interpretação judicial não tem sido objeto de estudo somente do direito, mas algo analisado com pormenor pela semiótica, pela teoria literária, pela teoria do discurso, pela narratologia e pela filosofia.

Nesse ponto, será utilizado da *falta de coerência narrativa* do protagonista Mersault, na obra seminal *O estrangeiro*, de Albert Camus, para trabalhar determinadas implicações entre direito e literatura. Os conceitos de violência, absurdo e ética da literatura camusiana inspirou gerações de juristas a repensar a complexidade das relações sociais. A obra do escritor franco-argelino representa escolha comum para realização de diversas análises jusliterárias, especialmente a partir da livros como *O mito de Sísifo*, *A peste*, *Os justos* e *O estrangeiro*. A proliferação de obras coletivas em direito e literatura

⁹⁴ COVER, Robert. *Narrative, violence and the law*. Michigan: The University of Michigan Press, 2004.

⁹⁵ GONZÁLEZ, José Calvo. *La justicia como relato. Ensayo de una semionarrativa sobre los jueces*. Málaga: Editorial Ágora, 2002.

sobre Camus, especialmente no Brasil e no Peru, demonstra o interesse pela reflexão em torno das narrativas do autor para a compreensão dos fenômenos jurídicos⁹⁶. A imersão em obras dessa envergadura estética torna possível enxergar e compreender o direito sob prisma diferenciado, reconstruindo categorias do direito contemporâneo pela ótica da narrativa. A inexorável narratividade da interpretação judicial explicita o amplo terreno para se trabalhar os conceitos da narratologia no campo jurídico.

2 ENREDO E CONTEXTO HISTÓRICO DE *O ESTRANGEIRO*, DE ALBERT CAMUS

Dessa forma, esse breve ensaio pretende expor algumas notas sobre a presença da normatividade na narrativa literária de *O estrangeiro*, procurando descolar a análise jusliterária do retrato simplista sobre as representações das instituições judiciárias e do processo penal ilustrados na obra. Com isso, propõe-se uma investigação mais sensível ao que a literatura pode passar ao leitor, de modo a evitar mera reprodução rasa do ritual

judiciário que culmina na condenação de Mersault. Isso porque a literatura existencialista de Camus nos proporciona horizontes muito mais amplos de reflexão e introspecção.

Escrito no ano de 1942, a redação de *O estrangeiro* coincide com a ascensão vertiginosa do nazismo e com a consolidação da ocupação fascista da França, simbolizada pelo estabelecimento do regime de Vichy. 1942 também marca o período de intensa insatisfação de intelectuais radicais como Albert Camus – que lutou ativamente na *Resistência* –, forjando de forma determinante seu caráter contestador, irredimido e revolucionário. Redator e editor do *Combat*, famoso jornal ligado à Resistência e um dos grandes cadernos de produção de conhecimento libertário, Camus se propôs a pensar a existência humana nos piores e mais cruéis anos do século XX⁹⁷.

⁹⁶ COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda (org.). *Direito e psicanálise: intersecções a partir de "O estrangeiro" de Albert Camus*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010; MENDÉZ, Miguel Torres; NUNES, Carlos Ramos (orgs). *Revista Peruana de Derecho y Literatura* nº 4. Dedicada al 170 aniversario de Oliver Twist (1839-2009), de Charles Dickens, y al 60 aniversario sobre Los justos (1949-2009), de Albert Camus. Lima: EGACAL, 2015.

⁹⁷ WEISBERG, Richard. *The failure of the word: The protagonist as lawyer in modern fiction*. New Haven: Yale University Press, 1989. p. 114.

Após a Segunda Guerra Mundial, Camus e seus contemporâneos se situavam em um contexto de forte agitação intelectual. Os ferozes embates morais que marcaram o período, como suas rusgas e controvérsias ideológicas de Camus com Jean-Paul Sartre, dão o tom dos ácidos debates que tomaram a França do segundo pós-guerra. A visão de Albert Camus sobre os desdobramentos sangrentos com conflito colonial entre França e Argélia influenciará de forma determinante sua literatura de forte viés filosófico-existencial⁹⁸.

O *sensu de revolta* é algo presente na literatura do escritor franco-argelino, sobre o que Camus irá construir a noção de *condição absurda do homem*. A insatisfação e a revolta insuflada por Camus significa, contudo, a negação às teses nihilistas⁹⁹. A visão revoltada tenta se apresentar como alternativa ao absurdo que permeia o século XX. Não por acaso que Camus endossa a crítica de Fiódor Dostoiévski às doutrinas nihilistas extremistas que tomaram corpo no final do século XIX, atravessando boa parte do XX, escrevendo a peça teatral *Os justos*, em 1949, em homenagem ao clássico *Os demônios*, do escritor russo. Aqui a conduta humana é destacada com algo essencial ao desenvolvimento humano e contrapõe-se a ideologia nihilista a que Camus se opunha¹⁰⁰.

A construção retórica de Camus, com uma trama simples, concisa e limpa, aproxima o leitor dos trejeitos e das emoções retratadas na obra pelo personagem-narrador. A leitura leve de “O estrangeiro” permite que o leitor constantemente faça seus próprios julgamentos de valor sobre os fatos, interpretando cada gesto de Mersault através da narrativa aberta e genérica camuseana. Por se tratar de um romance em que o direito está constantemente presente, são vários os pontos de relacionamento estreito entre direito e literatura¹⁰¹.

O pequeno romance *O estrangeiro* se divide em duas partes narradas pelo seco relato de Mersault. O personagem-narrador habita em Argel, na Argélia Francesa, e logo nas primeiras páginas se depara com o falecimento de sua mãe em um asilo localizado no povoado de Marengo. Mersault, único familiar, deve se dirigir à localidade para organizar os detalhes do funeral. Pode-se dizer que a primeira parte do romance já expõe o caráter insensível e deslocado do filho para com a morte da mãe.

Ao velar a mãe diante dos outros idosos do asilo, amigos da falecida, Mersault não demonstra as emoções condizentes com o momento de velar pelo desaparecimento de sua genitora. Isso resta claro para o protagonista ao analisar os olhares que recebia dos

⁹⁸ ARONSON, Ronald. *Camus e Sartre. O polêmico fim de uma amizade no pós-guerra*. São Paulo: Nova Fronteira, 2007. p. 22-58.

⁹⁹ SAVONA, Pier Francesco. La logica dell'assurdo di Albert Camus e la filosofia dell'esperienza giuridica di Giuseppe Capograssi: la 'rivolta' della prassi e i suoi limiti. In: CASUCCI, Felice (org). *Diritto di parola*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2009.

¹⁰⁰ CAMUS, Albert. *Les justes*. Paris: Gallimard, 1977.

¹⁰¹ WARD, Ian. *Law and literature: possibilities and perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 142-144.

homens mais velhos, tanto que refere que teve a “impressão ridícula” de que estes estavam ali sentados para o *judgar*:

Les hommes étaient presque tous très maigres et tenaient des cannes. Ce qui me frappait dans leur visages, c'est que je ne voyais pas leurs yeux, mais seulement une lueur sans éclat au milieu d'un nid de rides. Lorsqu'ils se sont assis, la plupart m'ont regardé et ont hoché la tête avec gêne, les lèvres toutes mangées par leur bouche sans dents, sans que je puisse savoir s'ils me saluaient ou s'il s'agissait d'un tic. Je crois plutôt qu'ils me saluaient. C'est à ce moment que je me suis aperçu qu'ils étaient tous assis en face de moi à dodeliner de la tête, autour du concierge. *J'ai eu un moment l'impression ridicule qu'ils étaient la pour me juger*¹⁰². (grifou-se)

Depois de enterrar sua mãe, Mersault decide ir à praia com uma colega de trabalho, Marie. Durante a estada no litoral, junto de outros amigos, acontece uma briga com dois jovens árabes em que Raymond, irmão de Marie, acaba ferido no rosto.

Mais tarde durante esse mesmo dia, Mersault encontra com um dos árabes – que não é nomeado por Camus, apenas descrito por sua característica étnica – e acaba assassinando o árabe sem nenhum motivo aparente. Na trama, percebe-se que Mersault narra que ter visto o jovem árabe armado, mas isso não é confirmado. De qualquer forma, após o primeiro disparo de arma de fogo, o protagonista se aproxima do árabe e desfere mais quatro disparos fatais.

Diversos elementos jurídicos permeiam a obra: o julgamento moral dos idosos no asilo; a torpeza do assassinato; o processo judicial; a pena de morte por guilhotinamento, símbolo do terror da Revolução Francesa. Mersault é preso, acusado, processado e condenado, finalmente, à execução por guilhotinamento. A personagem não mostra arrependimento, nem remorso pelo homicídio cometido por motivo torpe. Seu advogado tenta organizar sua defesa com certo mal-estar diante da apatia e deslocamento temporal do acusado.

Prestes a enfrentar processo criminal cuja punição pode ser a condenação à pena de morte, Mersault parece não esboçar reações condizentes com a gravidade do momento. Ele parece não se preocupar com seu destino, nem com as ilações do promotor que parece se aproveitar das reações antipáticas do assassino frente às reprimendas estatais. Promotor, juiz e público se horrorizam frente à postura de alheamento. Ao final, a sentença aponta pela execução pela guilhotina, e somente nesse momento Mersault é tomado por ira e irritação com o veredito.

¹⁰² CAMUS, Albert. *L'étranger*. Paris: Éditions Gallimard, 1957. p. 19.

Esse protagonista opta por não narrar. É condenado porque não joga o jogo¹⁰³. A literatura existencialista aponta para uma falta de necessidade de Mersault em preencher o vazio de sua vida. Sua natureza, de certa forma medíocre – opaca – é voltada à sensualidade, à vida pueril e sem sentido. Esse protagonista se situa como *estrangeiro de própria vida*, em sua própria existência. Mersault envereda pela caminho da *incoerência narrativa*. Isso não se dá porque ele não tenha o poder da fala, da palavra e da linguagem: Mersault escolhe não se expressar através de seu arbítrio. Deixa de aproveitar qualquer oportunidade de contar sua história de modo coerente para, eventualmente, atenuar sua pena, ou mesmo ser absolvido por legítima defesa. Na palavras de Albano Pepe:

Tomando como pano de fundo tais questões, penso o desdobramento da trajetória do texto camusiano, na delicada tessitura da construção do seu “Estrangeiro” e nas reflexões sobre a existência peculiar do Sr. Mersault. Neste sentido, o universo que se nos apresenta é fortemente marcado pelo pensamento existencialista que preconiza que *a existência precede a essência*. Fiel ao mesmo, Camus apresenta um personagem que vive um sem sentido, no limite abismal de sua existencialidade, do seu entorno, de uma memória quase desprovida de lembranças. Sua possibilidade existencial denuncia um permanente *estranhamento* diante da sucessão de fatos que o envolvem, ali situado e sitiado¹⁰⁴.

Mersault é o estrangeiro – o alienígena, o estranho, o forasteiro – de sua própria vida. Ele se sente excluído do processo judicial, nu diante de um procedimento que perpassa sua existência. A argumentação jurídica utilizada pela acusação, e mesmo por sua defesa, são elementos estranhos e absolutamente sem sentido para Mersault, que não consegue acessar o processo judicial¹⁰⁵. De mesma forma, o apenamento extremo que lhe é reservado não afeta sua consciência até o último momento, quando é condenado à pena capital, ocasião em que a raiva lhe toma o corpo de modo tardio. Para o próprio Camus, ao falar sobre o romance anos mais tarde, Mersault simboliza um pobre homem – um ser humano despido – e não um rejeitado, um delinquente.

¹⁰³ MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. O estrangeiro: a justiça absurda. In: COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda (org.). *Direito e psicanálise: intersecções a partir de “O estrangeiro” de Albert Camus*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 21.

¹⁰⁴ PEPE, Albano Marcos Bastos. Estranhamento, liberdade, a ética kantiana e o direito. In: COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda (org.). *Direito e psicanálise: intersecções a partir de “O estrangeiro” de Albert Camus*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 28.

¹⁰⁵ WEISBERG, Richard. *The failure of the word: the protagonist as lawyer in modern fiction*. New Haven: Yale University Press, 1989. p. 115-117.

3 DA FALTA DE COERÊNCIA NARRATIVA DE MERSAULT

Como referido anteriormente, o foco de grande parte das análises sobre o livro tem se focado no rito processual, nos fundamentos da sentença criminal, nas atenuantes e majorantes de conduto e nas consequências jurídicas do caso. Centrar-se nessas circunstâncias pode obnublar questões centrais que a obra literária pode proporcionar, como a questão da *ausência de coerência narrativa* de Mersault.

Denota-se que o protagonista sequer tenta amarrar os fatos em uma narrativa pessoal capaz de convencer os jurados, o magistrado, o promotor ou o grande público. Não se trata de incapacidade linguística, pois Mersault não é analfabeto, mas sim de falta de vontade em impor uma narrativa coesa, apta a alterar seu destino e evitar o guilhotinamento. Por isso, sua posição de alienamento conduz o leitor à repensar se o romance trata apenas de um crime de homicídio e suas consequências: esse clássico da literatura existencialista desvela novas possibilidades de compreensão sobre a precariedade da condição humana, sobre os limites do direito e do vazio que nos cerca e nos oprime.

O estrangeiro tem muito pouco a ensinar sobre o processo penal no Norte da África na década de 1940. Muito pelo contrário, encontra-se aqui um vívido retrato sobre a complexidade da condição humana – expondo um retrato humano que pode ser condição de esperança e reflexão –, e não apenas um julgamento que culmina na execução de um assassino. Em realidade, Mersault é verdadeiro consigo mesmo, na negação em se “envolver” com o contexto que o cerca mesmo quando diante da iminente condenação à morte¹⁰⁶.

Para Coaguila Valdivia, Mersault incorre em dupla incoerência narrativa. Precisamente no momento de reconstrução judicial do assassinato, Mersault não consegue explicar de modo articulado como se desenrolaram os fatos. Ele escolhe não dar nenhuma razão satisfatória sobre o porquê de ter disparar cinco tiros contra o jovem árabe. Dessa forma:

En el caso de la novela comentada, la *incoherencia narrativa* se revela precisamente en el momento de la reconstrucción judicial del homicidio del árabe; por cuanto Mersault no puede explicar de manera articulada la razón por la cual después de haber disparado en una oportunidad sobre la víctima, aún continuó percutando el arma otras cuatro veces más. La incoherencia puede ser analizada en este punto desde dos vertientes, la *primera* en la imposibilidad del protagonista de elaborar una respuesta coherente y plausible sobre los hechos

¹⁰⁶ WARD, Ian. *Law and literature: possibilities and perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 143.

investigados ante el tribunal, y la *segunda* en su incapacidad de conectar su propia narrativa personal con la gran narrativa histórica de los demás¹⁰⁷.

Diferentemente do protagonista de Billy Bud, protagonista do romance de Herman Melville – que não tinha o poder da palavra para relatar sua história e, por essa razão, é condenado à morte em corte marcial –, no caso de Mersault não se trata de impossibilidade em narrar sua versão dos fatos. Por razões desconhecidas, mas através de ato de vontade – de arbítrio pessoal – Mersault desiste de exercer o seu discurso. Não é possível precisar qual a razão ou a finalidade dessa falta de vontade em estabelecer uma narrativa coerente. Talvez esse seja o grande mérito do romance de Camus, a sensação de estranhamento que Mersault causa no leitor. A apatia, o descolamento temporal e a “dormência” de seus atos proporcionam um verniz de mistério na construção do caráter da personagem. E as perguntas ficam sem resposta ao final da trama.

Mersault se recusa a narrar coerentemente – de acordo com os símbolos da convencionalidade – o assassinato. Se o direito não consegue acessar a conduta de Mersault, que pouco se importa com as graves imputações criminais, a recíproca também é verdadeira. Mersault também não consegue acessar e compreender o mundo jurídico. Em certo sentido, ele é incapaz de impor uma narrativa coerente que se comunique com o público, com o juiz, com o promotor, com seus amigos e conhecidos. A postura apática e independente de Mersault gera desconforto às pessoas que o circundam¹⁰⁸.

A situação vivida n’*O estrangeiro* confirma a lição de Robert Cover: as implicações entre direito e narração são mais profundas do que se costuma crer¹⁰⁹. A defesa criminal, por exemplo, somente se estabelece através da narração, e Mersault simplesmente se recusa a fazer parte do ritual retórico, o que complica e torna quase impossível a missão de seu advogado. Não se sabe por que assassina o árabe, e tampouco por que deixa de contar uma história coerente, capaz de situar sua situação perante os atores sociais – juiz, promotor, opinião pública¹¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a ausência de coerência narrativa de Mersault, em *O estrangeiro*, demonstra que direito “somente faz sentido” a partir da linguagem, da comunicação, ou seja, a partir de um amplo arcabouço linguístico muitas vezes esquecido

¹⁰⁷ VALDIVIA, Jaime Coaguila. *El otro corazón del derecho. 20 ensayos literario jurídicos sobre teoría del derecho*. Arequipa: Grupo Editorial Cromeo, 2009.

¹⁰⁸ VALDIVIA, Jaime Coaguila. *El otro corazón del derecho. 20 ensayos literario jurídicos sobre teoría del derecho*. Arequipa: Grupo Editorial Cromeo, 2009. p. 35-38.

¹⁰⁹ COVER, Robert. *Narrative, violence and the law*. Michigan: The University of Michigan Press, 2004.

¹¹⁰ VESPAZIANI, Alberto. *Costituzione, comparazione, narrazione. Saggi di diritto e letteratura*. Torino: Giappichelli Editore, 2012. p. 5-8.

pela comunidade jurídica¹¹¹. Compreender o direito a partir do conceito de *coerência narrativa* atesta a impossibilidade de se trabalhar com conceitos ultrapassados, como a famigerada verdade real, desligados de paradigmas filosóficos endossados pela hermenêutica jurídica. As notas ora esboçadas, ao fim e ao cabo, têm um sentido claro de existir: servem para mostrar a impossibilidade de se ignorar a contribuição da teoria literária e da narratologia para tratar de questões jurídicas¹¹². No momento em que o direito, a partir do século XVIII, passa a ser positivado – superando-se gradualmente a visão jusnaturalista e, mais tarde, a concepção do direito como algo neutro e apolítico – surge um novo paradigma. A interpretação da lei positiva implica um compromisso com a linguagem, aumentando a complexidade da manipulação do direito: não se “descobre” mais um direito previamente estabelecido, mas agora se constrói esse direito através da argumentação narrativa¹¹³.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARONSON, Ronald. *Camus e Sartre. O polêmico fim de uma amizade no pós-guerra*. São Paulo: Nova Fronteira, 2007.

BIENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes. 2. Pouvoir, droit, religion*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.

BINDER, Guyora; WEISBERG, Robert. *Literary criticism of law*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CAMUS, Albert. *L'étranger*. Paris: Éditions Gallimard, 1957.

CAMUS, Albert. *Les justes*. Paris: Gallimard, 1977.

¹¹¹ JACKSON, Bernard S. *Law, fact and narrative coherence*. Merseyside: Deborah Charles Publications, 1988; _____. *Making sense in law. Linguistic, psychological and semiotic perspectives*. Liverpool: Deborah Charles Publications, 1995.

¹¹² BIENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes. 2. Pouvoir, droit, religion*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969. p. 99-110.

¹¹³ VESPAZIANI, Alberto. *Costituzione, comparazione, narrazione. Saggi di diritto e letteratura*. Torino: Giappichelli Editore, 2012. p. 2.

COVER, Robert. *Narrative, violence and the law*. Michigan: The University of Michigan Press, 2004.

JACKSON, Bernard S. *Law, fact and narrative coherence*. Merseyside: Deborah Charles Publications, 1988.

_____. *Making sense in law. Linguistic, psychological and semiotic perspectives*. Liverpool: Deborah Charles Publications, 1995.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Literatura & Direito. Uma outra leitura do mundo das leis*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1998.

GONZÁLEZ, José Calvo. *La justicia como relato. Ensayo de una semionarrativa sobre los jueces*. Málaga: Editorial Ágora, 2002.

MAGRIS, Claudio. *Literatura y derecho ante la ley*. Madrid: Sexto Piso, 2008.

MARÍ, Enrique Eduardo. *La teoria de las ficciones*. Buenos Aires: EUDEBA, 2002.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. O estrangeiro: a justiça absurda. In: COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda (org.). *Direito e psicanálise: intersecções a partir de "O estrangeiro" de Albert Camus*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 1-27.

MENDÉZ, Miguel Torres; NUNES, Carlos Ramos. *Revista Peruana de Derecho y Literatura n° 4*. Dedicada al 170 aniversario de Oliver Twist (1839-2009), de Charles Dickens, y al 60 aniversario sobre Los justos (1949-2009), de Albert Camus. Lima: EGACAL, 2015.

OST, François. *Raconter la lois aux sources de l'imaginaire juridique*. Paris: Odile-Jacob, 2004.

PEPE, Albano Marcos Bastos. Estranhamento, liberdade, a ética kantiana e o direito. In: COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda (org.). *Direito e psicanálise: intersecções a partir de "O estrangeiro" de Albert Camus*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 27-34.

SAVONA, Pier Francesco. La logica dell'assurdo di Albert Camus e la filosofia dell'esperienza giuridica di Giuseppe Capograssi: la 'rivolta' della prassi e i suoi limiti. In: CASUCCI, Felice (org). *Diritto di parola*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2009.

TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; NETO, Alfredo Copetti. *Direito & Literatura. Discurso, imaginário e normatividade*. Porto Alegre: Nuria Fabres Editora, 2010.

_____; _____. *Direito & Literatura. Reflexões teóricas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

_____; _____. *Direito & Literatura. Ensaaios críticos*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

VALDIVIA, Jaime Coaguila. *El otro corazón del derecho. 20 ensayos literario jurídicos sobre teoría del derecho*. Arequipa: Grupo Editorial Cromeo, 2009. p. 35-38.

VESPAZIANI, Alberto. *Costituzione, comparazione, narrazione. Saggi di diritto e letteratura*. Torino: Giappichelli Editore, 2012.

WARD, Ian. *Law and literature: possibilities and perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. *Law, text, terror*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WEISBERG, Richard. *The failure of the word: the protagonist as lawyer in modern fiction*. New Haven: Yale University Press, 1989.

WEST, Robin. *Narrative, authority & law*. Michigan: The University of Michigan Press, 1993.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

6. A RELAÇÃO DA INTOLERÂNCIA SOFRIDA PELOS MIGRANTES A PARTIR DA ANÁLISE DA OBRA DE ALBERT CAMUS

6. INTOLERANCE RELATIONSHIP SUFFERED BY IMMIGRANTS FROM THE ANALYSIS OF ALBERT CAMUS WORK

Joseane Mariele Schuck PINTO¹¹⁴

Resumo: O presente objetiva, sob a ótica das relações internacionais, comparar a obra de Albert Camus: O Estrangeiro, que bem retrata um cenário de preconceitos e intolerância em relação ao personagem principal, Meursault, com a questão migratória contemporânea. Ocorre que a obra remonta ao cometimento do homicídio de um árabe pelo protagonista, dando início ao seu julgamento. Destaca-se que Meursault foi considerado culpado não pelo crime de homicídio, mas por desrespeitar preceitos morais reconhecidos como absolutos pela sociedade local. E, nesse sentido se procurará relacionar a intolerância enfrentada pelos migrantes, em um contexto do não reconhecimento do outro, enquanto outro, deflagrando, por sua vez a xenofobia.

Palavras-chave: intolerância, migrantes, O Estrangeiro.

Abstract: The purpose of this from the perspective of international relations compare the work of Albert Camus: The Stranger, which portrays a scenario of prejudice and intolerance in relation to the main character, Meursault, with contemporary migration issue. It turns out that the work dates back to the commission of murder of an Arab by the protagonist, beginning the judgment. It is noteworthy that Meursault was not found guilty of murdering, but for breaking moral precepts recognized as absolute by local society. In this sense, it will aim to relate the intolerance faced by migrants, in a context of not recognizing the other, while another, triggering in turn xenophobia.

Key-words: intolerance, migrants, The foreigner

¹¹⁴ Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Especialista em Relações Internacionais e Diplomacia pela mesma Universidade. Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Profissional liberal - Advogada. Pesquisadora na área do Direito Internacional e relações Internacionais: fluxos migratórios e refugiados. Professora visitante junto a Universidade do Vale do Rio dos Sinos nos Cursos de Extensão em Direito Internacional dos Refugiados (4ª edição), bem como no curso de Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública. E-mail: joseane.ms@terra.com.br.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

Sumário: Introdução; 1. O panorama de deslocamentos forçados e seus desdobramentos; 2. O migrante e a intolerância: personagens contemporâneos; Considerações finais; Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva, a partir da obra de Albert Camus¹¹⁵, *O Estrangeiro*, publicada em 1942, relacionar a forma pela qual se apresenta a intolerância em relação ao outro, como é o caso do personagem Meursault, com suas diferenças enquanto ser humano, assim como em relação aos aspectos sociais, raciais, religiosos, incluindo aspectos xenófobos. Neste sentido, a obra de Camus se mostra atual na medida em que traz à tona a análise de um cenário construído e legitimado por valores sociais considerados universais, de acordo com uma visão conservadora.

No que diz respeito aos fluxos migratórios, destaca-se que migração é o movimento de uma pessoa ou um grupo de pessoas, seja através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado e que abrange qualquer tipo de movimento de pessoas, independentemente da sua duração, composição e causas; que inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes econômicos, e pessoas que se deslocam para outros fins, incluindo o reagrupamento familiar. Os deslocados internos, por sua vez, são aquelas pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a escapar ou fugir de suas casas ou locais de residência habitual, em particular como resultado de ou a fim de evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos, catástrofes naturais ou geradas pelo homem, porém não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida. O asilo político caracteriza-se quando aqueles estrangeiros perseguidos, geralmente, mas não necessariamente, por seu país de origem em razão de discordância política, delitos de opinião, ou por crimes relacionados com a segurança do Estado. Quando ingressam em outro país e passam a requerer o

¹¹⁵ O autor durante a elaboração da obra *O Estrangeiro* vivia na Argélia, local em que predominava a religião Islâmica, contando com 1% da população Cristã. Neste período a Argélia era uma colônia francesa, que alcançou sua independência no ano de 1962.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

benefício podem ser acolhidos por este, uma vez que se encontram sob a soberania deste país¹¹⁶. O Refugiado é aquela pessoa ou grupo de pessoas que por fundado temos de perseguição por motivos de raça, religião ou de nacionalidade, ou mesmo pela participação em determinado grupo social ou por possuir determinada opinião política, não pode ou em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país¹¹⁷. E, por fim o Apátrida é toda a pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional. A condição de apatridia, portanto retira a nacionalidade e a cidadania da pessoa, ou seja, retira o elo que liga ela e o Estado, e que se perfectibiliza através da nacionalidade. Apátrida não se confunde com refugiado, muito embora os apátridas possam vir a tornarem-se refugiados¹¹⁸.

Percebe-se que os solicitantes de refúgio, os refugiados e àqueles considerados migrantes estão em um patamar de vulnerabilidade extrema, onde reside a intolerância e a total falta de dignidade humana, sem contar que estão à mercê de uma sociedade doente, como bem destaca o autor ao referir que: “Em nossa sociedade qualquer homem que não chore no funeral de sua mãe, corre o risco de ser sentenciado à morte” (CAMUS, 1999), ou seja, segundo o autor toda pessoa que não seja descendente de europeu e não se enquadre nas regras e na cultura imposta por determinada sociedade, acaba sendo considerado como diferente, e esta diferença, sobretudo quando se trata de migração é sem dúvida algo negativo.

O personagem principal da obra, Meursault, foi condenado por não jogar o jogo estabelecido pela sociedade argelina, colônia francesa na época, assentada em preceitos morais, considerados de maior valia do que o reconhecimento do outro, enquanto outro.

Desta forma, a intolerância sofrida por Meursault na obra de Camus, relaciona-se com a questão migratória, onde o personagem contemporâneo é o migrante, inserido em um contexto de fracasso do Estado-nação, que obriga, portanto o seu nacional ao deslocar-se forçadamente em busca da manutenção da vida, e acaba sendo estrangeiro no país de

¹¹⁶ Organization for Migration – IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Janeiro de 2016.

¹¹⁷ ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/>>. Acesso em Janeiro de 2016.

¹¹⁸ Organization for Migration – IOM. Disponível em: <<http://www.iom.int/key-migration-terms>>. Acesso em Janeiro de 2016.

acolhida. No mesmo sentido, Jacques Derrida¹¹⁹ aponta que o determinante na submissão do estrangeiro às leis do país anfitrião deve também resguardar o respeito e a aceitação de sua diferença.

Porém, nesta comparação não se está referindo aquele estrangeiro reconhecido juridicamente que ultrapassa as fronteiras de um Estado e adentra em outro território. Mas sim o estrangeiro na sociedade a qual está se inserindo, visto que aos olhos daquele que recebe/acolhe, o que chega não pertence a aquele local e vive às margens dele. E, caso não se enquadre nas regras do jogo impostas por determinada sociedade, acabará sendo julgado não pelo o que fez ou deixou de fazer, mas sim por que há o preconceito de não seguirão os parâmetros adotados por aquele local.

Assim, o personagem de Camus, Meursault foi condenado por transgredir, aos olhos de seus julgadores e da sociedade local, valores considerados fundamentais, pois não externava emoções, vindo ao encontro o episódio da internação de sua mãe em um asilo, algo recriminado pela sociedade, e após a ocorrência da morte dela e o fato de não ter chorado em seu enterro, sem contar que no dia seguinte foi à praia. Por fim, evidenciava-se, inclusive, segundo o juiz por ser um anticristo. E em relação aos migrantes, mesmo que ajam em conformidade com a moral e costumes daquela sociedade a qual estão se inserindo, não são vistos com bons olhos, haja vista não serem reconhecidos como iguais, e é exatamente neste tocante que a obra de Camus e a questão migratória contemporânea possuem estreita ligação.

1. O PANORAMA DE DESLOCAMENTOS FORÇADOS E SEUS DESDOBRAMENTOS

O fenômeno da migração forçada atinge um patamar nunca antes visto pela humanidade. Os atingidos englobam os deslocados internos, os solicitantes de asilo, os apátridas, bem como os refugiados e àqueles que necessitam deixar seu país de origem, por

¹¹⁹ DERRIDA, Jacques. *Anne Duformantelie convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*. Tradução Antônio Romane. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 15.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

razões ambientais ou pelo acometimento de catástrofes naturais, que por sua vez, os vulnerabiliza e os coloca em uma condição de vida nua, como bem refere Giorgio Agamben: “o ser humano é destituído de toda condição política e reduzido ao estatuto de simples vida nua, na qual a lei é integralmente suspensa, assim como o direito, e a todo o momento se está à mercê de um poder incondicional de vida e morte” (AGAMBEN, 2010, p. 166-67).

Muito embora a Primeira e a Segunda Guerra Mundial sejam reconhecidas como o marco referencial histórico acerca da demarcação dos deslocamentos forçados, momento em que mais de 40 milhões de pessoas provenientes da Europa deslocaram-se por ocasião da guerra, a década de 1960, com a descolonização afro-asiática, também gerou novos fluxos migratórios. Da mesma forma, a América Latina contou com mais de 02 milhões de deslocados, em razão dos regimes ditatoriais responsáveis por conflitos armados, nas décadas de 1970 e 1980. Porém, o ano de 2015 alcançou o índice de deslocados forçados nunca antes visto pela comunidade internacional.

Desta forma, os acontecimentos surgidos com o pós-guerra e estendidos até aos dias atuais, remontam a um panorama desolador, marcado por conflitos, guerras civis, perseguições por racismo, ideologias políticas, e só fazem aumentar o número diário de grupos de vulneráveis, que passa a necessitar de ajuda humanitária internacional.

Dentre os principais países que geram os deslocamentos forçados estão a Síria, o Afeganistão, a Eritreia, a Somália e a Nigéria. O caso da Síria que teve seu início em 2011 quando setores da população armados tentaram derrubar o ditador Bashar al-Assad, no que se denominou de a Primavera Árabe. A partir disso o território Sírio passou a fragmentado pelos apoiadores de Assad, bem como por grupos insurgentes como a frente al-Nusra, ligada a Al-Qaeda, Estado Islâmico, entre outros. O sangrento conflito armado perdura há mais de cinco anos e resulta no deslocamento massivo de seus nacionais para os países vizinhos: Turquia, Líbano e Jordânia, além da procura pela Europa, especialmente Alemanha e Suécia.

O Afeganistão, por sua vez antes do início da guerra na Síria, era reconhecido por ser um país que originava um elevado número de refugiados, tendo em vista as quatro principais ondas de

conflitos: durante a invasão soviética (1978 a 1989), na guerra civil (1992 a 1996), sob o regime fundamentalista do Taleban (1996-2001), além da intervenção militar liderada pelos Estados Unidos, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Atualmente existem 710 mil afegãos deslocados internamente e mais de 2,5 milhões de afegãos refugiados em outros países, sendo que 95% deles vivem nos vizinhos Paquistão e Irã. Temendo a violência e a instabilidade política no país, muitos afegãos buscam asilo na Europa. Da mesma forma, outro gerador de refugiados é a Eritreia, um país com precária condição de vida e governada pelo ditador Isaias Afworki. Conforme o Acnur, o recrutamento para o serviço militar tem feito com que nacionais busquem os países vizinhos como a Etiópia e o Sudão. Muitos eritreus têm buscado asilo em outras localidades, incluindo a Europa.

Por derradeiro, têm-se os casos da Somália e da Nigéria. A Somália enfrenta um violento conflito desde a queda do ditador Siad Barre, em 1991, sem contar nas graves secas que acometem o país, o que origina fluxos de deslocamentos forçados. A forte instabilidade política deu espaço a milícia radical islâmica Al-Shabaab, filiada a Al-Qaeda que proíbe qualquer auxílio humanitário no local. Já a Nigéria, sofre uma crise energética e o governo precisa lidar com a insurgência do grupo radical Boko Haram, que controla grandes porções do território no norte do país, fatores responsáveis pelo surgimento de refugiados que procuram pelos países vizinhos como Chade e Camarões, porém uma parcela tem cruzado o mediterrâneo em busca da Europa. Recentemente, o grupo Boko Haram declarou lealdade ao Estado Islâmico.

Nota-se que a sociedade global vivencia uma crise civilizacional, não apenas ancorada nas relações de produção, originada do sistema industrial capitalista e da globalização, que cria e estimula o consumo, mas também e, sobretudo, de uma crise de sentido humano, onde prevalece a intolerância nas suas diversas ramificações: racial, religiosa, cultural, social, etc, e que emerge nessa transição de século da globalização e de seus efeitos mundiais. Diante desta realidade é possível verificar que os desdobramentos desta migração se refletem em maior escala no continente europeu, contudo também alcançam a América Latina, em menor proporção, incluindo o Brasil como país de procura por estes migrantes.

Ocorre que a marca dos fluxos migratórios ultrapassa 60 milhões de pessoas obrigadas a abandonar seus lares, devido a guerras, conflitos e perseguições. Durante o ano de 2015 quase 1 milhão enfrentou a arriscada travessia pelo Mediterrâneo, dentre essas estima-se que meio milhão composto pelos Sírios, 20% por Afegãos e 7% pelos iraquianos. De acordo com o Alto

Comissariado para Refugiados – ACNUR, até 21 de dezembro, cerca de 972.500 decidiram cruzar o Mar, assim como mais de 34 mil pessoas por via terrestre cruzaram da Turquia para a Bulgária e para a Grécia¹²⁰.

O destino daqueles que buscam a travessia pelo Mediterrâneo é a Europa. A Alemanha foi o maior receptor mundial de novas solicitações de refúgio – 159 mil, aproximando-se do total global registrado em 2014. Em segundo lugar ficou a Rússia, com 100 mil solicitações, principalmente de pessoas que fogem do conflito na Ucrânia. No entanto, quem mais acolhe os solicitantes de refúgio são os países, considerados em desenvolvimento, e que fazem fronteira com as zonas em conflito, como por exemplo, o Líbano, que acolheu mais refugiados em relação ao tamanho da sua população, apresentando a relação de 209 refugiados por 1.000 habitantes. A Etiópia é o país que mais gasta em relação ao tamanho de sua economia, com 469 refugiados para cada dólar do PIB per capita¹²¹.

O Brasil, por sua vez possui atualmente 8.400 refugiados reconhecidos de 80 nacionalidades distintas (34% são mulheres) incluindo refugiados reassentados. Dentre eles 2.097 são refugiados Sírios e representam o maior grupo, totalizando 20%. Em seguida estão os refugiados oriundos da Colômbia, de Angola e da República Democrática do Congo. Existem 8.687 casos ainda em tramitação junto ao Comitê Nacional para Refugiados, sendo 2.164 do Senegal, 1.150 da Nigéria, 1.090 de Gana e 571 da República Democrática do Congo. É importante referir que em 2013, 100% das solicitações apresentadas por nacionais da Síria foram reconhecidas, refletindo a sensibilidade do comitê frente às recentes crises humanitárias no mundo.¹²²

2. O MIGRANTE E A INTOLERÂNCIA: PERSONAGENS CONTEMPORÂNEOS

Apesar da obra *O Estrangeiro* de Camus ter sido publicada na década de 40, permanece atual. A sua relação com o contexto migratória se dá a partir do não reconhecimento e do respeito

¹²⁰ ACNUR. <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/um-milhao-de-refugiados-e-migrantes-fugiram-para-a-europa-em-2015/>. Acesso em janeiro de 2016.

¹²¹ ACNUR. <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/um-milhao-de-refugiados-e-migrantes-fugiram-para-a-europa-em-2015/>. Acesso em janeiro de 2016.

¹²² ACNUR. <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em janeiro de 2016.

do outro como ser humano, com seus valores, costumes, crenças religiosas, enfim com sua individualidade.

O protagonista da obra, Meursault foi condenado não pelo cometimento do homicídio, mas por ir de encontro aos costumes e valores reconhecidos como universais para aquele local, como bem demonstra a seguinte passagem da obra, em que o Promotor relata o total desconhecimento de Meursault no tocante às regras sociais: “[...] Disse por fim que o seu dever era doloroso, mas que o cumpriria com firmeza. Declarou que eu nada tinha a fazer numa sociedade cujas regras mais essenciais desconhecia, e que eu não podia apelar para o coração dos homens, cujas relações elementares ignorava” (CAMUS, 104). Isto faz com que se obrigue a assumir os valores impostos por aquela sociedade a qual pertence, do contrário será deixado à margem daquele local. Sobre a questão vale destacar o trecho do diálogo entre Meursault e o juiz que o interrogava, extraído da obra:

O senhor que - exclamou - que a minha vida não tenha sentido? Na minha opinião, eu não tinha nada com isso, e foi o que lhe disse. Mas, mesmo do outro lado da mesa, ele já brandia o cristo sob os meus olhos e gritava de maneira irracional: **Eu sou cristão. Peço perdão pelos seus pecados a esse aqui. Como pode não acreditar que ele sofreu por você?** [...] Nunca vi uma alma tão empedernida quanto a sua. Os criminosos que aqui estiveram diante de mim, sempre choraram diante desta imagem de dor [...] (CAMUS, p. 73-4).

Nota-se que o personagem de O Estrangeiro foi discriminado, e por sua vez acabou sendo condenado, por divergir das convenções morais reconhecidamente tidas como absolutas, bem como pelas suas escolhas religiosas, sendo visto como um anticristo: “E, ao fim dos 11 meses que durou a instrução do processo, posso dizer que chegava quase a me espantar por ter alguma vez gostado tanto de uma coisa, quanto desses raros instantes em que o juiz me conduzia de volta á porta de seu gabinete, batendo no meu ombro e dizendo-me, com uma expressão cordial, por hoje acabou, *Sr. Anticristo*” (CAMUS, 75).

O seu veredicto como culpado pelo cometimento do homicídio se perfectibiliza não pelo assassinato de uma pessoa, mas sim por infringir a moral e os bons costumes, uma vez que pouco importava o homicídio em si, já que se tratava da morte de um árabe e sua raça era inferior, sem contar que o Estado acostumava-se com a morte deles. “- Afinal, ele é acusado de ter enterrado a mãe ou de matar um homem? - Sim - exclamou ele, com veemência - acuso este homem de ter enterrado a mãe com um coração de criminoso”

(CAMUS, 98-9). Ao demais, o próprio autor, Albert Camus, em razão de denúncias sobre as práticas desumanas cometidas pelo Estado contra os árabes, perseguidos por ser considerados de raça inferior, eram privados de qualquer direito, afinal não eram considerados pessoas, tampouco cidadãos, não possuindo direito ao voto, precisou exilar-se em Paris.

O surgimento do personagem protagonista contemporâneo ocorre em um cenário nada otimista, acompanhado da intolerância ao diferente, sobretudo aquele não ocidental. São os novos árabes em território Europeu, vistos como criminosos numa onda de ataques terroristas.

Muito antes de o mundo presenciar os fluxos migratórios atuais, países reconhecidos como prósperos, desde os episódios: 11 de setembro em Nova York e 11 de março de 2004 em Madri passaram a adotar políticas em prol do fechamento de fronteiras, o que fortaleceu a discriminação e intolerância, exacerbando as reações de xenofobia. As medidas se deram em nome da soberania, da preservação da segurança nacional e da ordem econômica. Sobre o tema a lição de Michael Hardt e Antônio Negri, vejamos:

Os ataques de 11 de setembro de 2001 contra Nova York e Washington não modificaram o estatuto da soberania, mas talvez tornaram mais claramente perceptível a verificação de uma mudança. Em particular, revelaram a inadequação de qualquer conceito substancial da soberania: a soberania não é uma substância autônoma, mas uma relação entre o soberano e o súdito. O poder soberano nunca é absoluto. Tende constantemente à consolidação e à reprodução de sua hegemonia do súdito. Poder-se-ia afirmar que o dia 11 de setembro definitivamente demonstrou que os Estados Unidos são parte do mundo ou, na verdade, que o governo estadunidense não é uma fonte autônoma de soberania, mas integrou-se a um sistema global de relações que definem a forma atual de soberania (2003, p. 73-74).

O intenso aumento dos deslocamentos, que alcançou em 2015 uma marca nunca antes vista, trouxe o acirramento da intolerância e do fortalecimento de políticas reconhecidas como “cortinas de ferro”, ou seja, a elevada procura de refugiados pela Europa, fez com que países como a Hungria tomasse medidas para coibir a travessia de refugiados por seu território.

Mas, a construção de cercas não foi à única atitude de intolerância adotada pelo governo Húngaro, ele foi além. Construiu um campo de refúgio utilizado para manter no local todos migrantes que chegavam ao país. Estas pessoas receberam tratamento desumano e degradante. Os alimentos chegavam até eles através de arremessos realizados pelos guardas à multidão. Além disso, a polícia local utilizou gás lacrimogêneo para deter a passagem e o ingresso dos migrantes ao país, além de encerrá-los nas estações de trem, impossibilitando os deslocamentos.

Novamente, surge o velho argumento à tona: a defesa e proteção da segurança nacional e da soberania. Os chegados correspondem uma ameaça a aquele território, tendo em vista que são considerados pelo governo Húngaro bárbaros com costumes outros que não aqueles seguidos pela sociedade local, dentre outros aspectos, como por exemplo, a pertença a grupos envolvidos com ataques terroristas. Neste ínterim, vale destacar o pronunciamento do premiê húngaro a imprensa sobre a crise migratória:

Quando o premiê húngaro declara que a imigração vai destruir a identidade cristã da Europa, para além da ironia de se justificar tal defesa praticando justamente o oposto daquilo que é a base do ideal da cristandade, ou seja, o acolhimento, a fraternidade e a solidariedade, percebe-se que ele já elegeu seus inimigos. Quando aprova o tratamento dado pela polícia aos refugiados, chamando-os de “rebeldes”, deixa claro que parte de uma lógica beligerante – a de que é preciso combater o inimigo e destruí-lo, se necessário for¹²³.

Ao encontro da posição adotada por aqueles países que optaram pelo não recebimento de refugiados, se encontra os EUA, que relaciona o refúgio, sobretudo aqueles de origem Síria a atos de violência. Muito embora, o presidente Barack Obama tenha implementado um programa de reassentamento, com intuito de contemplar a 10.000 refugiados sírios, a oposição governista repudiou tal ato e reforçou o discurso, no sentido de colocar em prática medidas que coíbam a abertura de fronteiras e o ingresso de migrantes no país, sobretudo os oriundos de conflitos e perseguições do Oriente.

¹²³ Pronunciamento extraído da Carta Capital de 14/01/2016, p. 3. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-resposta-hungara-a-crise-de-refugiados-e-o-velho-dilema-europeu-9197.html>.

Nota-se que o contexto de intolerância sofrida por Meursault e pelos migrantes possui o mesmo pano de fundo, na medida em que o indivíduo deve ser respeitado e reconhecido com suas singularidades, e o Estado deve criar mecanismos capazes de transformar a realidade, com a finalidade de diminuir as discriminações e injustiças. Ambos são estigmatizados pela sociedade por expressarem valores morais outros que não àqueles considerados como o modelo a ser seguido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se da obra de Camus que ela remonta a um prejulgamento social, ao qual foi submetido Meursault, onde valores morais tidos como absolutos prevaleceram em face da singularidade daquele ser humano. Além disso, a sua condenação ocorreu em virtude da conduta adotada por ele em relação a sua mãe, pois se esperava que agisse em conformidade com os preceitos morais reconhecidos pela sociedade local, e caso tivesse seguido os mesmos, certamente não sofreria a condenação por ter assassinado um árabe. Da mesma forma, o preconceito em relação aos migrantes prevalece vivo no seio da sociedade.

O enfrentamento do fenômeno contemporâneo de deslocamentos forçados é considerado um dos maiores desafios deste século a ser enfrentado pela comunidade internacional. A crise gerada por conflitos armados e perseguições por motivos de raça, cor, religião e nacionalidade aspira novas concepções, como o respeito, a tolerância à centralidade da pessoa humana, assim como a aceitação a sua diversidade, seja ela qual for. Somente, a partir deste momento haverá o reconhecimento do outro, enquanto outro, sendo possível a inclusão social e a garantia da dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/>>. Acesso em janeiro 2016.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* I. Tradução Henrique Burigo, 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

CAMUS, Albert. *O Estrangeiro*. Rio e Janeiro: Editora Record, 1995.

Carta Capital de 14/01/2016, p. 3. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-resposta-hungara-a-crise-de-refugiados-e-o-velho-dilema-europeu-9197.html>> .Acesso em janeiro de 2016.

DERRIDA, Jacques. *Anne Duformantelie convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*. Tradução Antônio Romane. São Paulo: Ed. Escuta, 2003.

IOM – Organização Internacional para Migrações. Disponível em: <[http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/key-migration-terms-1.html#Forced migration](http://www.iom.int/cms/en/sites/iom/home/about-migration/key-migration-terms-1.html#Forced%20migration)>. Acesso em janeiro de 2016.

NEGRI, Antônio. *Cinco lições do Império* – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

7. CAMUS Y KANTOROWICZ. MERSAULT Y EL JURISTA DE LA MESA VERDE.

J. Ignacio NÚÑEZ LEIVA¹²⁴

*“Please don’t put your life in the hands
Of a Rock n Roll band
Who’ll throw it all away”
(Oasis – 1995)*

Resumen: El presente trabajo, emplea como excusa la obra “El Extranjero” de Albert Camus, para vincular la cosmovisión de dicha magna obra de la literatura occidental, con las críticas que el Movimiento del Derecho Libre formuló hacia las versiones más exageradas de la escuela de la exégesis, curiosa heredera del iusnaturalismo racionalista. Se advierte que este texto no procede de un análisis profundo del mencionado libro, sino que de las imperfectas impresiones de un jurista con ínfulas de humanista. Con todo, la reflexión que muy superficialmente se pretende plantear propone que – al igual que en la literatura – las teorías jurídicas oscilan pendularmente, cual acción y reacción, siendo reflejos de sus contextos, pero a veces, la inclinación en una reacción genera impulsos inquietantes.

Palabras clave: Literatura, derecho, exégesis.

Abstract: The present work uses as an excuse the book "The Stranger" by Albert Camus, to link the worldview of that great work of Western literature, with the criticism of the Free Movement Law made to the most exaggerated versions of School exegesis, legacy of rationalist natural law curious. It's necessary to say that this text does not come from a thorough analysis of that book, but from imperfect impressions of a humanist jurist with pretensions. However, the reflection that aims to raise superficially suggests that - as in literature - a pendulum range of legal theories, that action and reaction, being reflections of their contexts, but sometimes the inclination in a disturbing reaction generates pulses.

Abstract: Literature, law, exegesis.

¹²⁴ Abogado. Licenciado en Derecho por la Pontificia Universidad Católica de Chile. Diplomado en Derechos Humanos por la Universidad Católica del Uruguay. Post Graduado en Derecho por la Universidad de Castilla La Mancha, España: Especialista en Constitucionalismo y Garantismo (2009) y Especialista en Justicia Constitucional y Procesos Constitucionales (2012). Magíster en Derecho Público por la Pontificia Universidad Católica de Chile. Diploma de Estudios Avanzados (DEA) y Doctor © en Derecho por la Universidad de Castilla La Mancha. Investigador en la Facultad de Derecho de la Universidad Finis Terrae, Chile. E- mail: jinunez@uft.cl.

Resumen: 1. ¿Extranjero o alienado?; 2. El jurista de la mesa verde: la crítica del Freirechtsbewegung; 3. ¿Un (modelo) de jurista extranjero?; 4. ¿Magia-veneno? reflexiones finales; Bibliografía.

1. ¿EXTRANJERO O ALIENADO?

A finales del siglo IX y principios del siglo XX, surgió en Alemania una fuerte oposición al positivismo. Esta corriente crítica - que se suele agrupar bajo la rúbrica de *Movimiento del Derecho Libre (Freirechtsbewegung)* – emerge principalmente como una reacción práctica contra el método de interpretación positivista ampliamente difundido, que fue objeto de censura por ser considerado una jurisprudencia conceptual y constructiva (la jurisprudencia de conceptos) ajena a la vida, un culto a la letra de la ley: un fetichismo legal (Ross, 2007, p. 242). Se criticaba, tanto su concepción ideal del juez, como la construcción de una Ciencia Jurídica (y del jurista) teñida por la pretensión de erigirse como un sistema completo, capaz de resolver cualquier controversia a partir de las normas predefinidas por el derecho positivo vigente (Segura, 1993, p.425). Abundante en ironías – pero no por aquello menos precisa – la retórica del *Derecho Libre* caracterizó al juez modelo de la época como un autómatas.

Y es justamente tal construcción de un estereotipo lo que coincide, pensamos, con la representación que Camus aspira a transmitir por intermedio de Mersault. La de un extranjero, un desarraigado, un espectador abúlico e indolente de la realidad. Cómo si el mundo existiese en otro mundo, distinto del hogar del espectador, si es que el espectador tiene hogar o mundo propio, si es que tuviere arraigo o raíces en algún lugar.

2. EL JURISTA DE LA MESA VERDE: LA CRÍTICA DEL FREIRECHTSBEWEGUNG.

Durante el siglo XIX la ciencia jurídica alemana se había esforzado por construir un sistema de conceptos pretendidamente completo, con la intención de que fuese empleado como instrumento para la resolución de los diferentes casos reales. Con dicha impronta, en 1900 se dictó el Código Civil alemán. Ello en opinión de autores como Ernst Fuchs,

implicó un retroceso para el desarrollo jurídico: mientras la vida social evolucionaba, mientras se transformaban radicalmente las condiciones económicas, la técnica, la industria y el comercio — sostuvo el autor - la ciencia jurídica, por el contrario, permanecía estática como en la edad media utilizando un método arcaico.

En Francia, la Ciencia Jurídica de la época mostraba una fuerte influencia de la *Escuela de la Exégesis*. Ella — según expresan Gèny y Ross — se fundaba en dos ideas principales. Primero, que en el ámbito de una legislación codificada toda decisión jurídica debe apoyarse directa o indirectamente en una ley escrita, pues aquella es la única fuente del Derecho. Y segundo, la conversión de reglas jurídicas en decisiones jurídicas tiene lugar bajo la aplicación de una lógica deductiva formal, que parte de ciertos conceptos jurídicos — sustantivos de carácter abstracto - como insumos para tal operación. De estas premisas, se derivaban necesariamente ciertas consecuencias prácticas.

En tal contexto, el punto de partida para la aplicación del Derecho es una interpretación *stricto sensu* del texto legal. Si el texto es claro, la interpretación se circunscribe a su tenor gramatical. Si, en cambio, el texto es oscuro o sólo de manera indirecta concierne al caso, procederá una interpretación lógica en base a inferencias formales (*a contrario*, *a pari*, *a majori ad minus* y *a minori ad majus*) y consultando, eventualmente, los trabajos preparatorios del texto a fin de aportar en la definición de la “voluntad del legislador”. Consideraciones de la equidad, la costumbre o la naturaleza de las cosas, quedan completamente al margen. Allí donde la ley no pueda aplicarse directamente o mediante una interpretación lógica, la decisión debería adoptarse mediante una construcción jurídica realizada a partir de la ley y los conceptos jurídicos. Con todo — según afirma Ross - algunos juristas son más radicales e incluso sugieren que los casos en donde no se pueda aplicar una ley resultan extremadamente excepcionales y ante ellos correspondería rechazar la pretensión, dado que no encuentra apoyo en la ley. En síntesis, para esta concepción el Derecho es la ley; el jurista un geómetra y la sentencia un silogismo (Ross, 2007, p. 96).

En Alemania, la llamada Jurisprudencia de Conceptos influía profundamente en la Ciencia Jurídica con una teoría de la aplicación sustentada en la existencia prejudicial del

Derecho, conforme a lo cual, al juez le correspondía exclusivamente localizar y aplicar la regla jurídica adecuada para el caso. Si aquella regla no existía en forma expresa, entonces la Ciencia Jurídica debía hallar la solución requerida a través de la analogía, por la vía de un razonamiento lógico a partir del material jurídico ya existente. Por el contrario, se rechazaba cualquier interpretación basada en la finalidad de la ley, en el valor intrínseco de la decisión, en la naturaleza de la cosa o en la equidad. La pieza clave de esta construcción metodológica era la idea del concepto jurídico, entendido como un contenido jurídico – positivo postulado a priori en forma de concepto. A partir de él se pretendía desarrollar la construcción de complejas moléculas conceptuales que alimentasen la labor jurisdiccional. Se buscaba – al igual que la escuela de la exégesis - erigir un sistema de interpretación con pretensiones de lógica, objetividad (Ross, 2007, p.235) y perfección.

Los orígenes de este método axiomático - de carácter lógico deductivo - se remontan a la época del predominio del paradigma del derecho natural racionalista. La edad moderna – nos cuenta Gregorio Robles Morchón – tuvo a la geometría como la ciencia modelo y esquema epistemológico, el cual debió ser imitado por toda forma de conocimiento que aspirase al predicado de ciencia. Por otra parte, durante aquél periodo, la influencia metafísica hizo del dato ideal el objeto central de toda reflexión (Robles, 1985, p.968). En este contexto, la ciencia del Derecho (natural) pretendía la construcción de un sistema a partir de axiomas o verdades ético jurídicas evidentes, de las cuales por derivación lógica se obtenían principios cada vez más particulares, hasta llegar a las soluciones concretas que requerían los conflictos cotidianos. Su resultado fue la elaboración de grandes cuerpos sistemáticos, imponentes por su grandeza y su coherencia, pero alejados de la realidad. Esto último, en caso alguno representaba un defecto, según el talante de la ciencia geométrico – metafísica. Por el contrario, su afinidad por el “verdadero” ser de las cosas, estimaba a la realidad como algo cambiante, en constante transformación y por tanto, contingente. Si la realidad no se adecuaba a las exigencias del Derecho natural, el problema era de la primera, no de este último (Robles, 1985, p.969).

El ideal revolucionario francés no suprimió completamente esta lógica, sino que se nutrió de ella. De la misma manera en que la institucionalidad política post revolución no suprimió el poder absoluto de la monarquía, sino sólo la corona, transfiriendo la soberanía

plena a la voluntad general, la Ciencia Jurídica alimentada por la Revolución Francesa depositó el Derecho en los Códigos, obra de los grupos triunfantes, pero conservó el método de aplicación lógico -deductivo. La autoridad del Derecho no provenía ya de su derivación metafísica, sino de su condición de declaración de la voluntad soberana manifestada por intermedio de un legislador omnipotente y omnisciente: el nuevo monarca, abstracto, pero no ultraterreno.

Este diseño teórico e institucional - por razones lógicas y políticas -necesariamente repercutió en el rol de la judicatura. Mientras los grupos triunfantes de la revolución poblaron las asambleas legislativas y monopolizaron la creación del Derecho mediante la ley, el estrato judicial permanecía inmune a su influjo puesto que en él se refugiaban los herederos del antiguo régimen y los representantes de las clases nobles. Ello justifica la desconfianza y la asimetría en cuanto a potestades. La creación del Derecho era obra del legislador y de nadie más. Los jueces, en cambio, debían ser meros aplicadores de la ley, que en el lenguaje de la época significaba ser aplicadores del Derecho (Robles, 1985, p. 970).

Esta mentalidad devino en el plano doctrinal en la Escuela de la Exégesis, que influyó en Francia durante todo el siglo XIX y desde ahí se extendió al resto del continente europeo y América del Sur (Robles, 1985, p.970). Su método era simple: el silogismo. Dicha figura – de filiación aristotélica - se aplicó a la labor judicial de la siguiente manera: la premisa mayor está constituida por la norma jurídica general, es decir, la ley. La premisa menor corresponde al caso concreto. La conclusión se expresa en el fallo. El juez – entonces – sólo debe subsumir el caso de la vida real en la norma general (legal) que contempla el caso (Robles, 1985, p. 971).

En Alemania, no obstante existía un escenario diverso, las consecuencias terminaron siendo similares. Al siglo XIX su sistema de fuentes del Derecho no contemplaba un orden o jerarquía. Estaba integrado por elementos del derecho romano de pandectas, de derecho histórico germánico, de derecho consuetudinario, etc. Pluralidad que resultó perfectamente compatible con la aplicación del método geométrico – metafísico empleado por la Ciencia del Derecho Natural. En efecto, se consideraba que el elemento

unificador del sistema jurídico estaba constituido por categorías de naturaleza ideal. El derecho positivo y la costumbre – en este esquema – representaban únicamente la superficie del sistema, una mera aproximación al verdadero Derecho. La Jurisprudencia de Conceptos se encargó de proporcionar un patrón de identificación del Derecho con estructura piramidal y lógica subsuntiva. Para ella, el sistema jurídico forma una pirámide de conceptos o esencias jurídicas, en cuya cúspide se encuentra el concepto más general conteniendo en los sucesivos peldaños sus formulaciones más específicas aplicables a ámbitos más concretos. Aquél sistema informado por conceptos y esencias es perfecto y no reserva espacio alguno a la discrecionalidad judicial (García, 2010, p. 86).

En síntesis - siguiendo a García Amado (García, 2010, p. 87) – el formalismo exegético y conceptual que campeó en la Ciencia Jurídica del siglo XIX ostentó las siguientes características comunes:

1. Afirma que el sistema jurídico es completo y perfecto, y que proporciona siempre una única solución correcta para cada caso concreto que al juez corresponda decidir, ya sea por la vía del derecho codificado en Francia o por intermedio de esencias pre –positivas en Alemania.
2. Comprende a la actividad judicial como un procedimiento meramente subsuntivo de índole mecánica.
3. Describe (y prescribe) al razonamiento jurisdiccional como un silogismo simple, del que la premisa mayor es la regla jurídica y la premisa menor los hechos, sin que estén presentes en él ulteriores presupuestos. Por tanto, sólo de aquellas dos premisas o factores se deriva con necesidad lógica el fallo a modo de conclusión.
4. Concibe la labor del juez como una operación meramente cognoscitiva abstracta. Ello implica que el sentenciador no es propiamente alguien que decide, sino que conoce lo que para un caso dispone como solución necesaria el sistema jurídico. Su labor se circunscribe a extraer las consecuencias del sistema para ese caso, pero sin

acudir a insumos morales, políticos o de cualquier otra índole que imprima un talante valorativo.

5. El juez es – entonces – un científico. Su labor se aparta remotamente de la actividad decisoria legislativa.

3. ¿UN (MODELO) DE JURISTA EXTRANJERO?

La faceta crítica del *Freirechtsbewegung*, al momento referirse a la Ciencia del Derecho, combinó ingenio, ironía y un cierto tono beligerante.

La descripción más famosa del modelo de jurista cuestionado por el *Freirechtsbewegung* resulta ser la de Kantorowicz en *La Lucha por la Ciencia del Derecho*, obra que en el primer párrafo de su introducción contiene la conocida alegoría del “Jurista de la mesa verde” – un virtual Mersault judicial - “*un alto funcionario estatal, con formación académica, que se sienta en su celda, armado tan solo de una máquina de pensar, aunque, ciertamente, muy refinada. En esta celda se halla sólo una mesa verde sobre la cual está delante de él un código del Estado. Se le entrega un caso cualquiera, real o ficticio, y en cumplimiento de su deber, con ayuda de operaciones puramente lógicas y de una técnica secreta sólo por él conocida, es capaz de demostrar, con absoluta exactitud, la decisión predeterminada por el legislador en el código*” (Kantorowicz, 1949, p. 329).

Tal como lo afirma De Prada, esta descripción es justamente famosa no sólo por su fuerza visual, sino porque en muy pocas líneas se esbozan, además, casi todos los presupuestos de ese modelo. En efecto, hay alusiones expresas a un «legislador» y a un “código”, donde aquel ha predeterminado la solución de cualquier caso real o meramente supuesto. Referencias de las que puede deducirse una consiguiente organización jurídico-política que distingue claramente entre creador (el Estado) y aplicadores del Derecho (los jueces), obligando a estos, mediante un “deber”, también expresamente aludido, a resolver cualquier caso posible, ateniéndose a las disposiciones de aquél (De Prada, 2001, p.20).

Se distingue también en la alegoría de la mesa verde la prohibición del *non liquet*. El jurista cuestionado por Kantorowicz puede y debe resolver cualquier asunto sometido a su decisión, pero siempre extrayendo la solución de la ley, sin crear Derecho. Lo cual es posible conciliar, en términos lógicos, sólo en tanto no se acepte la existencia de lagunas en el ordenamiento jurídico. Tal como lo afirma el alter ego de *Gneus Flavius*,

“La prohibición de crear Derecho y la de negarse a fallar sólo pueden conciliarse entre sí arrancando de un tercer supuesto, a saber: que la ley carece de lagunas, no encierra contradicciones, es completa y clara o, por lo menos, que, partiendo de una ley llena de lagunas, contradictoria y oscura, cabe llegar a una decisión unívoca de cualquier problema jurídico, por medios puramente intelectuales. Es el postulado o la ficción consistente en afirmar que la ley o, por lo menos, el orden jurídico forma una unidad cerrada y completa”.

En *La lucha por la Ciencia del Derecho*, el mismo Kantorowicz completa esta impresión: “Sólo la jurisprudencia se atreve a causa de su supuesta plenitud hermética a poder resolver cualquier problema real o imaginable y exige esta capacidad inclusive del último de sus novatos. Y sin embargo la jurisprudencia no se encuentra completamente sola. El curandero que aún en el caso más oscuro encuentra la diagnosis y aún en la diagnosis más desesperada la terapéutica; el sacerdote que imperturbablemente calcula la penitencia de sus feligreses que Dios exige respecto a cada uno de sus pecados, forman la fatídica compañía con la cual el jurista dogmático recorre su camino...” (Kantorowicz, 1949, p. 340).

4. ¿MAGIA-VENENO? REFLEXIONES FINALES.

La retroalimentación entre literatura y ciencia jurídica ha sido siempre fructífera. Casos y ejemplos sobran. Con todo, la misión del artista difiere de la del jurista. Si bien, la dualidad *creatividad/responsabilidad* es proclamada por poetas de escuelas divergentes, como Nicanor Parra cuando sostiene que la labor del poeta consiste en “superar la página en blanco” o por Vicente Huidobro cuando advierte que el “adjetivo cuando no da vida, mata”, no pesan sobre los hombros del arte los caminos del futuro, sino las visiones del presente. En cambio, una Ciencia Jurídica comprometida tiene la misión de aunar propuestas razonables al análisis agudo.

El Extranjero – Mersault más bien – cumple con el propósito de remover conciencias, inclusive más allá de contextos circunscritos por su época. Implica un estímulo que invita a estremecer inercias autocomplacientes, tal vez inertes, auscultando en las insondables rutas de lo humano. De ahí su trascendencia geográfica, cultural y cronológica. Empero, las teorías jurídicas, para ser completamente inter-temporales, han de alcanzar una maduración que propicie la evolución desde la crítica hacia la construcción de modelos alternativos que - aunque susceptibles de crítica - promuevan la renovación de los sistemas de interacción humana. Pues solamente las anarquías y los poderosos coinciden en la necesidad de suprimir las reglas de convivencia.

El Movimiento del Derecho Libre, por desgracia – algunos culpan al estallido de la primera guerra mundial – no logró incubar adecuadamente su modelo de Derecho. Por eso, décadas después pudo ser empleado de manera tergiversada por facciones del régimen Nazi. Y hoy, aunque casi nadie lo reconozca (cómo si hubiere sido una anécdota en la historia del pensamiento jurídico occidental) nutre diversas aristas de ese inconcluso sistema de pensamiento jurídico-político denominado Neoconstitucionalismo. Cuyo empleo muchas veces irreflexivo – la historia es cíclica anticipaba Polibio de Magalópolis – ofrece veneno envuelto en magia: una magia-veneno.

BIBLIOGRAFÍA

DE PRADA GARCÍA, A. (2001). *Por un modelo de jurista: el movimiento del Derecho Libre*. Boletín de la Facultad de Derecho, 18, Universidad Nacional a distancia.

DEL VECCHIO, G. (1991). *Filosofía del Derecho*. Madrid: Bosch.

EHRLICH, E. (2005a). *Libre investigación del Derecho y Ciencia del Derecho Libre*. En *Escritos sobre Sociología y Jurisprudencia*. Madrid: Marcial Pons.

_____. (2005b). Sociología y Jurisprudencia. En: *Escritos sobre Sociología y Jurisprudencia*. Madrid: Marcial Pons.

_____. (2005c). Respuesta a Kelsen. En *Escritos sobre Sociología y Jurisprudencia*. Madrid: Marcial Pons.

GARCÍA AMADO, J. A. (1997). Ernst Fuchs y la doctrina del Derecho libre. En: *Anuario de Filosofía del Derecho*, 14. Valencia (España): Sociedad Española de Filosofía Jurídica y Política.

_____. (2010). *El Derecho y sus circunstancias*. Bogotá: Universidad Externado.

GÓMEZ GARCÍA, J. A. (2005). Derecho, Vida y Derecho Vivo en el pensamiento iusfilosófico de Eugen Ehrlich. En *Escritos sobre Sociología y Jurisprudencia*. Madrid: Marcial Pons.

KANTOROWICZ, H. (1949). La lucha por la Ciencia del Derecho. En: *La ciencia del Derecho*. (Traducc. Goldschmidt, W.). Buenos Aires: Losada.

PORTALIS, J. E. M. (1978). *Discurso preliminar del proyecto de código civil francés*. (Traducc. Rivacoba, M.). Valparaíso: Edeval.

RECASENS SICHES, L. (1956). Situación presente y proyección de futuro de la filosofía jurídica. *Anales de la Facultad de Derecho*, Tercera Época, 3, (5), enero-diciembre.

ROBLES MORCHÓN, G. (1982). *Epistemología y Derecho*. Madrid: Pirámide.

_____. (1985). *La decisión en el Derecho y la tópica jurídica*. Boletín Mexicano de Derecho Comparado, 54, septiembre – diciembre.

_____. (2002). *Ley y Derecho Vivo*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

ROSS, A. (2007). *Teoría de las fuentes del Derecho*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.

SEGURA ORTEGA, M. (1993). El movimiento del Derecho Libre. *Anuario de Filosofía del Derecho*, 10. Valencia (España): Sociedad Española de Filosofía Jurídica y Política.

_____. (1993a). Kantorowicz y la renovación jurídica, *Dereito*, 2 (2). Santiago de Compostela (España): Universidade de Santiago de Compostela.

IHERING, R. (1974). *Bromas y veras en la jurisprudencia*. Buenos Aires: Editorial Jurídica Europa –América.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

8. EM BUSCA DE UM SENTIDO: O DIREITO ENQUANTO PROCURA PELA 'JUSTIÇA' NATIVA EM OPOSIÇÃO AOS 'CRIMES' DO ESTRANGEIRO

8. IN SEARCH OF A SENSE: THE LAW AS A QUEST FOR 'JUSTICE' NATIVE AS OPPOSED TO THE 'CRIMES' OF FOREIGN

Ramiro Ferreira FREITAS¹²⁵

Resumo: O presente artigo pretende investigar como a obra *O Estrangeiro*, de Albert Camus, pode apresentar contribuição relevante para formação de uma consciência jurídica sustentada por (pré)conceitos. Através de consulta bibliográfica e reflexão pessoal, foi possível sublinhar mecanismos (quase sempre imperceptíveis ao observador descuidado) com potenciais aplicações irracionais por parte de membros do alto escalão decisório. As escolhas feitas pelos tribunais ou, até mesmo, por juízes, precisam, sempre, atender às evidências (extraídas dos fatos relevantes) e não podem, ao arrepio do bom senso, ganhar tom inquisitorial contrário ao Estado Democrático.

Palavras-Chave: Camus, verdade jurídica, constituição, decisão.

Abstract: This article aims to investigate how the work *The Stranger*, by Albert Camus, can present significant contribution to formation of a juridical conscience held by (pre) concepts. Through bibliographical research and personal reflection, it was possible to highlight mechanisms (often imperceptible to careless administrator) with potential irrational applications by the top decision-making level members. The choices made by the courts or even by judges, need, ever, meet evidence (drawn from relevant facts) and can not, in defiance of common sense, make inquisitorial tone contrary to democratic rule.

Keywords: Camus. legal truth, constitution, decision.

Sumário: 1. Introdução; 2. O 'estrangeiro' e seu oponente: condenação prévia?; 3. O direito-dever de cooperar com os 'nativos': a sociedade é padrão; 4. Interpretação jurídica e rejeição das diferenças; 5. Considerações finais; Referências bibliográficas.

Summary: 1. Introduction; 2. 'Alien' and his opponent: prior conviction?; 3. The right-duty to cooperate with the 'natives': society is standard; 4. Interpretation of legal and rejection of differences; 5. Final considerations; Bibliographic references.

¹²⁵ Bacharelado em Direito pela URCA, atuou como aluno-monitor da disciplina Teoria Geral do Direito durante o semestre 2014.2, cumpre Estágio Profissional na PGM (Procuradoria Geral do Município) de Crato-CE e foi Fiscal do CEC-Cariri. E-mail: ramiroferreira91@gmail.com.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tenta traçar, em linhas genéricas, os impactos que o Direito pode gerar entre condutas sociais e posições pessoais consideradas antinômicas. A partir da obra *O Estrangeiro*, do escritor franco-argelino Albert Camus (1913-1960), trata das difíceis interações entre Literatura e Vida jurisdicional. Os dois setores de interpretação sensível intelectual estão diretamente relacionados e um depende do outro na medida de suas próprias naturezas originárias.

A angústia constante vivenciada pelos humanos não cessou apesar das tentativas de satisfação das necessidades individuais e coletivas. O século XX foi promissor na produção de “obras pessimistas existencialistas” e, embora Camus rejeite tal designação, preferindo intitular seus escritos mais introspectivos como “circuito do absurdo” (que inclui, além do romance analisado aqui, o ensaio *O Mito de Sísifo*, o drama teatral *Calígula* e a peça *O Mal Entendido*). A ciência jurídica recebe influências constantes do imaginário popular, este, por sua vez, é contemplado em sua magnitude essencial, pelo pensamento dos grandes autores. Não por acaso, o ganhador do Nobel de 1957 afirma que qualquer um que não pranteie o falecimento da mãe (ou descumpra as ‘regras de trato social’) corre risco de ser condenado à morte.

Por tudo isso, resta justificada a tentativa de iniciar ponderação acerca dos perigos hermenêuticos – tanto de regras quanto de princípios. Não é nosso escopo traçar completo repertório de soluções possíveis, antes, mostra-se oportuno apontar os desafios e sugerir mecanismos suaves (preferencialmente democráticos e respeitadores da dignidade fundante) prudentes no que diz respeito ao poder subjacente exercido no foro e legitimado pelos interessados na prestação coesa da tutela protetiva dos bens “legalizados”.

Os próximos tópicos visam promover debate frutífero em torno da situação enfrentada por personagens fictícias – por exemplo, Meursault – e por homens e mulheres reais – as ‘vítimas’ do sistema.

2. O ‘ESTRANGEIRO’ E SEU Oponente: CONDENAÇÃO PRÉVIA?

Não é pouco significativo que exista, entre os povos, uma espécie de hierarquia no sentido de alguns grupos restarem submetidos à exclusão. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Argélia (terra-natal de Albert Camus) ainda era colônia francesa, nesse contexto, confrontos deixavam evidentes as diferentes intenções de africanos e europeus. Surge, assim, o elemento *sine qua non* para compreensão *d'O Estrangeiro* (1942).

Em primeiro lugar, vale ressaltar a indiferença com que o protagonista trata todos os eventos que, para a maioria de nós, seriam aflitivos. Já nas primeiras linhas, o leitor é confrontado com total insensibilidade: “Hoje, minha mãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem. [...] Isto não quer dizer nada.” (CAMUS, 1972, p. 11) Deixando transparecer mera noção, parece o sujeito ignorar sua própria temporalidade e, por tal razão, distancia-se dos outros, possuindo, exclusivamente, contatos superficiais em decorrência das necessidades cotidianas.

O enredo da história exprime constante tentativa de aproximação das pessoas, mas, na contramão, há alertas objetivando ‘evitar’ envolvimento sentimental. Nem sequer a jovem enamorada conseguiu abrandar a imensa solidão do Mar-Sol. Após cometer infração penal grave (embora seja discutível se agiu em legítima defesa), não se menciona reação emotiva, pelo contrário, o ‘sol’ fizera as coisas seguirem o destino certo. Durante julgamento acompanhado por sensacionalistas patrocinadores midiáticos, manteve silêncio o réu e, necessariamente, passou ao patamar de bode expiatório – seu crime era “tão ou mais grave que o do parricida” para o Procurador.

Mas isso, pelo menos é justificável no sentido de, aparentemente, faltar razão na vida do ‘filho ausente’. Nem mesmo visitara sua genitora, pois isso lhe “tiraria os domingos” livres. Também a distância – Marengo ficava a 80 quilômetros de Argel – incomodava-o. Passagem curiosa é a da conversa entre Mersault e o empregado da agência funerária: “— É a sua mãe, quem ali vai? – Voltei a dizer: -- Sim. – Era muito velha? – Respondi: – Assim, assim – porque não sabia ao certo quantos anos tinha.” (CAMUS, 1972, p. 26) Ora, a importância do tempo cronológico (inclusive em outros trechos) recebe tratamento secundário, o que reafirma, com emergência cabal, intenso desconforto com hábitos alheios ao emprego rotineiro.

Resume Thiago Lauriti:

Mersault fica sabendo da morte da mãe num asilo de velhos em Marengo, não sente emoção especial, enterra-a, vai para a praia e envolve-se com uma moça. Mais tarde, ela lhe pede que se case com ela e embora não a ame, também não a recusa. O personagem vive ao sabor da distração, do acaso e do absurdo. Numa praia, Mersault, sob o apelo dessa arbitrariedade absurda em que vive, mata um árabe e é levado ao tribunal onde sua indiferença com a mãe adquire – estranhamente – mais relevância do que o assassinato que cometera, causando um maior impacto sobre os jurados. Ao final, ele é condenado à morte e, embora vivendo arbitrária e absurdamente, ele não quer morrer, sonha receber indulto, mas recusa a ajuda do capelão da prisão, manifestando vontade de matá-lo. Observa-se que, paradoxalmente, ele tem vontade de viver, mas prepara-se para morrer. (2009, pp. 27-28)

Antagônicos – morte e vida – são como o Direito e seu antítipo. Era culpado aquele sujeito incapaz de sofrer? Em situações distintas, respostas parecem corresponder a sentimentos mais ou menos descritivos. O existencialismo da personagem a sofrer punição pontifica “choro do cão” que “se deixava arrastar” (CAMUS, 1972, p. 41), pois, a sucessão dos fatos casuais (aparentemente) tende a engessar os limites do “certo” e do “errado”.

Atuais introspecções na matéria jurídica – que prima pela instrumentalidade (conceito ambíguo, não absoluto) – subjulgam tradições axiológicas. A esforçada resignação legal tem sido inebriada pelo “vinho” da indefinida consignação propositiva na seara decisória, esta, quase peremptoriamente, dependente dos interesses cognitivos, também, variáveis.

3. O DIREITO-DEVER DE COOPERAR COM OS ‘NATIVOS’: A SOCIEDADE É PADRÃO

O desvio de comportamento possui duas facetas. A primeira indica autodomínio e a segunda, em sentido inverso, resistência. Em princípio, mostrar completa anuência no referente às esperanças alheias evita exclusão e preserva amizades. Mersault mantém, durante algum tempo, sua posição apenas na medida em que aceita os outros. Mesmo ante uma proposta matrimonial, Maria não causa implicância com as ‘evasivas’ de seu amado.

Já no restaurante do Celeste, a senhora sentada – com gestos automáticos – incomodou (“era estranha”) na dimensão controversa do ‘espelho’, ela apresenta traços pragmático-utilitários de personalidade enquanto Mersault, além disso, centraliza forças em seu torno seguindo trilha alternativa – “não queria mudar de vida”, pois era feliz (= completo).

Contudo, a imprevisibilidade dos atos não abandona o homem. Por ocasiões complicadas, não se consegue mensurar consequência. A Primeira Parte do romance de Camus prescreve agressão enquanto substrato da desgraça.

Embora rejeite quaisquer defesas, o protagonista “absurdo” age movido por instintos essencialmente humanos – medo + impulso. “Compreendi que destruíra o equilíbrio do dia, o silêncio excepcional de uma praia onde havia sido feliz. Voltei então a disparar mais quatro vezes contra um corpo inerte, onde as balas se enterravam sem se dar por isso.” (CAMUS, 1972, p. 80) O crime bem define seu autor: há razão, embora esta não seja justificativa.

As comunidades em toda parte reprimem atitudes contra bens jurídicos diferentes. O homicídio (como outras figuras delitivas contra a vida e a integridade física) é sancionado em praticamente todos os ordenamentos jurídicos. Naqueles permissivos – intensamente criticados –, a retirada da vida (ou de função corporal) só ganha legitimidade quando autorizada pelo Poder Público. É o Estado ente tutelar dos direitos e aplicador das sanções. Não obstante, extremo desconforto e senso ameaçado proporcionam efeitos pouco controláveis sobre o indivíduo. Ao efetuar os disparos, comprova o ‘delinquente’ sua natureza imperfeita e, quiçá, autodefensiva.

Apesar de ser questionável a ilação, vingança também ganha probabilidade. Os ‘amigos’ do assassino foram, indica a narrativa, ofendidos e ameaçados pelos árabes. Na literatura, aparecem incontáveis referências à animosidade (principalmente atrelada a diferenças culturais) entre europeus e habitantes do Oriente Médio e Norte africano. No livro *O Estrangeiro* inexistem detalhes a respeito, talvez a agressão moral tenha sido mais rivalidade pessoal do que falta direcionada.

Ubi societas, ibi jus. A sociedade garante a existência de um direito e este vincula-se à espécie humana, quase impreterivelmente, como dor. A Dor da Morte sentida no melancólico ‘sofrimento sem lágrimas’ do (extremo) estrangeiro deu margem à fragilidade

do mundo ao redor. É como se Mersault perdesse sua condição humana e, ao mesmo tempo, restasse envolto nos sentimentos coletivos. A narração de como uma multidão o condenara e o silêncio findara por executá-lo lembra o linchamento dos dias recentes – resposta esculpida na negação do outro e escavada em restrições ao exercício da justiça organizada.

No comissariado, algo chamado “desinteressante” ganha foco na curiosidade de um juiz “simplificador”. A lei estava mesmo, como ironiza Albert Camus, bem feita?

Os “nativos” (aqueles que somos, muitas vezes, obrigados a agradar) não aceitariam uma resposta “sincera demais”. As regras de trato social fazem de toda a gente exatamente “como tôda a gente” (CAMUS, 1972, p. 87). Apesar das diferenças, não há separação clara entre as pessoas. O problema é: não se pode agir compreendendo que a autoridade (da reprimenda) seja meramente racional.

Cheia de encanto igualmente, pela razão supradita, é a vista que se tem de uma profusão inumerável, de estrelas, por exemplo, ou de pessoas etc., agitadas num movimento variado, incerto, confuso, irregular, desordenado, uma ondulação vaga etc. que o espírito não pode determinar nem conceber de maneira distinta ou definida etc., como o de uma multidão, ou de um formigueiro, ou de um mar agitado etc. Da mesma forma, uma profusão de sons irregularmente combinados e não distinguíveis uns dos outros etc. etc. etc. (CALVINO, 2010, p. 77)

A ausência de liberdade é problema temporal. Acostumar-se com a prisão é preâmbulo desistente. Logo após, a esperança passa a entrar rãs pequenas coisas do cárcere.

Durante o julgamento, os jornalistas “fazem um pouco” o caso, conferindo-lhe importância inferior à do “parricida” e os membros do Júri “buscam o ridículo” no delito. Ninguém dedicara atenção ao autor do fato, mas esforçara-se no desfazimento do inimigo. “[...] tive uma vontade estúpida de chorar, porque senti até que ponto tôda esta gente me detestava.” (CAMUS, 1972, p. 115) Há, no texto analisado, patente desconsideração das autoridades não togadas – os jurados – pela natureza efetiva do crime.

O erro não constituiu, conforme evidenciam as palavras dirigidas ao Capelão, causa da condenação, mas apenas proporcionou uma justificativa, sem perdão o homem condenava-se e outros eram obrigados a tirar-lhe a vida, pois sua alma perecera. O não-

choro e a descrença nas frágeis certezas aparentes nutriram fatais “gritos de ódio” que, como última trombeta, ressoavam.

4. INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E REJEIÇÃO DAS DIFERENÇAS

O que é direito? Quando iniciei o curso de graduação na Faculdade de Direito do Crato, me fiz a pergunta irrespondível. Noites em claro, leituras,... nada conseguiu esclarecer o sentido idealizado nos brocados. “ciência do justo”, “arte de dar a cada um o que é seu”, “meio de controle coercitivo”, cada posicionamento guarda verdades e meios-acertos. Por via diversa, aponta a falibilidade das definições absolutas. Apesar de tudo, confiamos e julgamos conforme regras traçadas desde há muito. Nascemos, crescemos e morremos rodeados por “Faze isto” ou “Não faças aquilo”. O Direito regula a vida de quem habita o desértico Atacama e a gélida Antártida.

Mudanças sistêmicas na conformação legislativa mantiveram, ao longo dos milênios, os vetustos princípios. Um desses espaços operacionais hermenêuticos é vislumbrado pela moderna tese da igualdade.

Com as revoluções burguesas (séculos XVIII e XIX) ficou juridicamente insustentável admitir diferenças – físicas ou espirituais – entre os seres humanos. As lutas dependiam dos soldados e estes eram, diga-se, membros de grupos sociais por vezes “alienados” (MARX). Depois, veio a Genética e mostrou que o Genoma dos *Homo sapiens* não possui variabilidade suficiente para confiná-lo às raças. O DNA do europeu é formado, praticamente, pelas mesmas bases do africano.

Mas, se assim é, nossa sociedade está fadada a incidir no erro. O Brasil, vale a ilustração, não confere ao indígena – seu primeiro povoador – *status* equivalente ao dos “cidadãos brasileiros plenos” (Código Civil de 2002, artigo 4, parágrafo único). O “Estranho de Camus” – preso com “árabes em sua maioria” – tomou, por si, os mesmos ‘racismos’ lombrosianos legitimadores da barbárie matinal em tantos ‘recintos da excelência’ que teimamos em intitular CIVILIZAÇÃO.

Essa tal sociedade ‘pluralista’ na qual ‘não há discriminação’, apesar de exigir que todo mundo ‘ande na linha’ é permeada por preceitos e tentativas programáticas favoráveis ao bem-estar ontologicamente particularizado.

O valor é apenas de utilidade. Aos periféricos cabe apenas, como irracionais que são importar e reproduzir, a fim de dar concreção ao aludido valor. Discorrendo mais acerca da importação, é plausível aduzir que basta trasladar algo que, supostamente, é sucesso em um país de primeiro mundo que funcionará aqui e dará uma guinada em na história rumo ao desenvolvimento, à redução da desigualdade, enfim, à realização de todas as promessas contidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (LIMBERGER e SOARES In: STRECK e TRINDADE (orgs), 2013, p. 120)

Realmente, os fins justificaram os meios. Valores, moral, virtude, ou seriam as qualidades dos Jurados quotidianos, aqueles que nos observam para atirarem a primeira pedra, timbres da moda, triunfos da hipocrisia massificada. O existencialista-pessimista franco-argelino faz pensar na temerária precipitação que define vida e morte dos semelhantes. Seguindo modelos “importados” os atuais “justiceiros autorizados” trasladam a diferentes casos efetivos (envolvendo pessoas de carne e osso) consignações prévias e estão, pelo menos na forma, “fazendo a coisa certa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da obra *O Estrangeiro* (editada em momento de grande instabilidade política e jurídica global) reside no fato de ela plasmar diversos aspectos recorrentes da personalidade humana. Além disso, o livro enriquece o pensamento literário enquanto aborda (criticamente) as posturas adotadas por “acaso”, ou seja, sem explicação plausível.

Para o Direito (acadêmico e prático), uma leitura atenta, somada à visualização imaginativa dos ambientes e seres descritos reforça a necessidade de se buscar o âmago profundo das questões primeiras. Não basta a simplicidade imediatista dos frios códigos ou o olhar de relance sem comedimento. Tanto no fórum quanto nas vivências interpessoais, cabe – tanto ao jurista como a qualquer profissional positivamente intencionado – manter

sempre viva a Regra de Ouro: “Fazer aos outros aquilo que, espera, façam a ti.” O *ius puniendi*, independente das técnicas, serve ao reparo, mas concomitantemente tem de sublinhar adaptação. Só que essa força cogente obrigatória deve incidir sobre bens relevantes. O delito (na competência penal) merece consideração total – dos antecedentes e consequentes – sem, todavia, reivindicar retribuição insensível, algo opressor e insustentável no Estado Democrático de Direito. Não se pode isentar o culpado do castigo apropriado, assim como um pai estaria comprometendo o futuro do filho ao deixá-lo impune.

Acreditamos cumprido o modesto propósito deste trabalho. Nosso parecer é no sentido de ponderação assumir lugar privilegiado nas discussões. Os pequenos casos tornam-se grandes desatinos porque ausentam-se acordos da pauta. Nos sistemas comparados de administração judicial, existem significativas melhoras,¹²⁶ adotá-las sem acentuadas modificações é em vão. O Poder Judiciário, conforme antes sustentado, é garante do bom senso e da razoabilidade, não se deixará levar pelo furor das partes nem venderá serviços a preço vergonhoso da parcialidade. De réu passam muitos a ocupar posição de vítimas. O diagnóstico da ampla defesa, associado a contraditório processual pressupõe contribuição dos sujeitos do processo (parte, procuradores, etc) para esmerada verificação fática e descoberta da verdade. Se tivesse explicado melhor as circunstâncias do assassinio, Mersault, é provável, acharia maior apoio. O advogado trabalhou solitário, seu cliente inerte permanecia. Na vida “nua e crua” das disputas por culpa ou inocência, o interesse objetivado na ação tem que transportar esgotamento cognitivo e, na dúvida, caso inexistam suficientes indícios, a consciência verá no imputado só aquilo que ele fez (por ação ou omissão) e não o que, pelas normas vigentes, é irrelevante (CP de 1940, art. 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹²⁶ A Compensação Autor-Vítima (TOA -- Täter-Opfer-Ausgleich) é protótipo até agora exitoso na Alemanha e serve para descongestionar os órgãos judiciários daquela República. Deveria, ao nosso ver, ser introduzido instituto similar na lei brasileira nº 9.099/1995.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. 3. ed. 8. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

FORTE, Francisco Alexandre de Paiva; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Análise da obra “o estrangeiro” de Albert Camus sob a ótica da tutela processual dos direitos fundamentais. In: *XVIII encontro nacional do CONPEDI*, Maringá, 2009, pp. 3497-3508.

FREITAS, Lorena Martoni de. Direito e literatura: o absurdo no direito em *o estrangeiro* de Albert Camus. In: *ANAMORPHOSIS – revista internacional de direito e literatura*, v. 1, n. 1, janeiro-junho 2015, pp. 139-156.

JESUS, Angela Regina Binda da Silva de. *Entre o sim e o não, o sol e a indiferença: Meursault o herói absurdo em l ‘étranger de Albert Camus*. 122 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

LAURITI, Thiago. A estética do absurdo em ‘*o estrangeiro*’ de Albert Camus. In: *Saber acadêmico – revista multidisciplinar da UNIESP*, n. 08, dez/2009, pp. 27-34.

MARTINEZ, Maria Clara Duet Chagas. *La démarche de la pensée dans l’œuvre d’Albert Camus: de l’étranger à la chute*. 548 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Letras, Porto Alegre, 2007.

MÜLLER, Friedrich. *Fragmento (sobre) o poder constituinte do povo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

TOTI, Carolina Natale. A condição absurda em *o estrangeiro* de Albert Camus. In: *Todas as musas*, ano 04, n. 02, jan-jun 2013, pp. 73-83.

STRECK, Lenio Luiz; TRINDADE, André Karam (orgs). *Direito e literatura: da realidade da ficção à ficção da realidade*. São Paulo: Atlas, 2013.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

9. A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR ABANDONO: UMA ANÁLISE À LUZ DA OBRA “O ESTRANGEIRO” DE ALBERT CAMUS

9. THE POSSIBILITY OF CIVIL RESPONSIBILITY FOR ABANDONMENT: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE WORK "FOREIGN" FROM ALBERT CAMUS

Mariana Menna Barreto AZAMBUJA¹²⁷

Resumo: A bela obra existencialista de Albert Camus nos faz refletir acerca do valor do afeto das relações parentais. O protagonista se mostra frio e indiferente frente à morte da mãe, o que de certa forma colaborará para um trágico desfecho em sua vida. O presente artigo busca uma reflexão a respeito da possibilidade ou não de responsabilizar civilmente um sujeito pela falta de afeto ou pelo abandono, analisando as implicações jurídicas do caso. Com um enfoque prático da questão, a obra “O Estrangeiro” será analisada em paralelo à discussão jurídica, tendo em vista que o livro relata um bom exemplo de um filho que não demonstra se importar com a perda da mãe.

Palavras-chave: Família, responsabilidade, abandono.

Abstract: The beautiful work of existentialist Albert Camus makes us reflect on the value of the affection of parental relationships. The protagonist shows cold and indifferent mother death, which in a way will work for a tragic outcome in your life. This article seeks to reflect about whether or not a subject civilly responsible for the lack of affection or the abandonment, analyzing the legal implications of the case. With a practical matter the approach, the book "The Stranger" will be analyzed in parallel to the legal debate, given that the book relates the experience of a child who shows care for the mother's loss.

Keywords: Family, responsibility, abandonment.

Sumário: Introdução; 1. Definição de afeto; 2. A possibilidade de responsabilização civil pelo abandono; 2.1 O abandono de idoso; Considerações finais; Referências bibliográficas.

¹²⁷ Mestre em Direito pela PUCRS. Especialista em Direito Civil pela UFRGS. Professora da Faculdade Inedi – Cesuca e das Pós-graduações do IDC, FADERGS e UNIRITTER. Advogada. E-mail: marianaazambuja@cesuca.edu.br.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

Summary: Introduction; 1. Definition of affection; 2. The possibility of civil liability for abandonment; 2.1 Parents Abandonment; Conclusion; Bibliographic references.

INTRODUÇÃO

Ao concluir a leitura da obra de Albert Camus, *O Estrangeiro*, não há como deixar de refletir sobre um tema tratado com cada vez mais frequência no âmbito do Direito de Família - as indenizações por abandono afetivo.

O livro começa com a narrativa do protagonista da obra sobre o recebimento da notícia da morte da mãe, esta que se encontrava em um asilo, devido à falta de capacidade econômica do filho de manter a genitora ao seu lado (consoante fundamentou o filho). Por outro lado, o narrador não deixa de considerar que viver longe da mãe, de certa forma, era mais fácil para ambos, tendo em vista que não tinham muito assunto.

Faz-nos pensar se as relações de filiação devem ser tratadas assim, com prazo de validade. Ainda, se amar, cuidar e dar afeto, seria um dever de todo cidadão, ou uma consequência dos atos de todos os envolvidos. É possível amar um pai ou uma mãe que só surge no auge de seus 40 anos? E mais: é possível deixar de amar uma mãe ou um pai quando os mesmos envelhecem?

Na obra de Camus, o protagonista, Sr. Mersault, não derramou uma única lágrima durante o velório e enterro da mãe e, por fim, acabou sendo julgado, literalmente, por tal atitude. Será que o filho não amava a mãe? Ou simplesmente reage de maneira diversa da maioria das pessoas diante de situações tristes?

Diversos questionamentos são trazidos à baila juntamente a conceitos básicos que devem ser compreendidos antes de conseguirmos, por fim, concluir se é possível recepcionar em nosso ordenamento jurídico uma responsabilização civil, em decorrência da falta de afeto.

1. DEFINIÇÃO DE AFETO

Antes de tratar da possibilidade ou não de incidir responsabilidade civil nos casos de falta de afeto, é claro que sua conceituação é necessária, mesmo que de forma breve. Vale dizer que a figura do afeto só angariou seu verdadeiro valor com o advento da Constituição de 1988, bem como do Código Civil de 2002, vez que a legislação de 1916, tinha o patrimônio como maior bem jurídico a ser protegido e não as relações afetivas.

A definição no Dicionário Aurélio da palavra afeto é: “[Do lat. *Affectus*, *us*] S.m. 1. Afeição por alguém, inclinação, simpatia, amizade, amor. [...] 3. O elemento básico da afetividade (2) 4. Psiqu. Estado emocional que acompanha qualquer representação mental”. (FERREIRA, 2010, p. 66)

Madaleno entende que “O afeto é mola propulsora dos laços familiares e das relações interpessoais movidas pelo sentimento e pelo amor, para ao fim e ao cabo dar sentido e dignidade à existência humana”. (MADALENO, 2013, 98-99)

Na mesma linha, Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald descrevem que “o afeto traduz a confiança que é esperada por todos os membros do núcleo familiar e que, em concreto, se materializa no necessário e imprescindível respeito às peculiares de cada um de seus membros [...]”. (FARIAS; ROSENVALD, 2013, p. 154)

Daí também decorre um novo princípio elencado no direito de família, o princípio da afetividade. O objetivo é demonstrar que não que tange a matéria das relações familiares, não são os laços sanguíneos que possuem relevância, mas sim o sentimento de afeição que permeia as relações humanas.

2. A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL PELO ABANDONO

Nem todo abandono, necessariamente significa falta de afeto. É possível considerar que uma mãe abandone um filho recém-nascido por absoluta falta de condições para criá-lo, colocando-o para adoção. Acredita-se que isto não significa absoluta falta de afeto, mas sim o reconhecimento de que não possui condições (físicas ou psicológicas) de assumir o papel de mãe.

Por outro lado, tomando por base a obra de Albert Camus, o protagonista narra ter posto sua mãe em um asilo porque eles não possuíam mais assunto e, em resumo, um

estaria atrapalhando a vida do outro. A frieza com que o personagem trata a relação com a mãe, leva a crer que o afeto que ele possuía pela genitora, não era tão profundo.

Dentre as passagens do livro que mais chamam atenção para essa possível conclusão (falta de afeto) está, sem dúvida, a primeira frase do livro: “Hoje, mamãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem”. Um dia após o enterro da mãe, Sr. Meursault narra ter ido à praia, tomado banho de mar e marcado um encontro, o que no decorrer do livro gera bastante repulsa por seus conhecidos, que entendiam que aquele comportamento não condizia com alguém que a pouco tinha perdido a mãe. (CAMUS, 2015, p. 13 e 25).

O protagonista se mostra indiferente com as opiniões, referindo que “[...] não sei ainda por que, que ignorava até o momento que me julgassem um mau filho por causa disso, mas que o asilo me parecera uma coisa natural [...]”. Acrescenta ainda que a mãe não tinha assunto com ele e costumava sentir-se entediada. (CAMUS, 2015, p. 49)

Diante desses fatos, dentre outros, Sr. Meursault foi considerado pelo restante da sociedade como um filho que abandonara sua mãe em um asilo. Deixara lá por três anos, indo visitá-la raríssimas vezes, justificando que sua mãe chorava muito e “[...] também porque a visita me tirava o domingo, sem contar o esforço para ir até o ônibus, pegar as passagens e fazer duas horas de viagem”. (CAMUS, 2015, p. 14)

Inegável que o protagonista da obra deixou sua mãe de lado no fim de sua vida, mas a questão é se seria possível responsabilizá-lo, civilmente, por este fato.

Inicialmente vale mencionar o posicionamento de Maria Celin Bodin de Moraes, que entende que o dano sofrido por uma vítima.

[...] é diferente do dano sofrido por qualquer outra vítima, por mais que os eventos danosos sejam iguais, porque as condições pessoais de cada vítima diferem e, justamente porque diferem, devem ser levadas em conta. (MORAES, 2003, p. 159-161)

Na esteira do que diz a doutrinadora supracitada, quando se trata de relações de família, o dano deve ser considerado de maneira peculiar, até porque o que pode ser um dano para um, pode, ao mesmo tempo, ser um conforto para outro. Explica-se: no livro de Camus, o protagonista se mostra aliviado pela morte da mãe, o que não parece ser um sentimento comum dentre os filhos que perdem um dos genitores, motivo pelo qual a particularidade de cada caso, é sempre indispensável.

E aqui, cabe destacar o posicionamento de Nelson Rosenvald sobre a expressão “abandono afetivo”. O doutrinador entende ser um verdadeiro equívoco a adoção da referida expressão, vez que tais palavras remeteriam a discussão para uma questão subjetiva. Por entender que o afeto não pode ser objeto de coerção, o autor defende a “necessária substituição pela expressão *omissão de cuidado*, que evidencia a intolerância do sistema jurídico brasileiro com comportamentos demeritórios ao dever de solidariedade dos pais perante os filhos”. (ROSENVALD, 2015, p. 312).

Sobre a responsabilidade civil, imperioso que se inicie revelando o disposto no artigo 927 do Código Civil de 2002. O dispositivo prevê que “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.” O artigo 186, por sua vez, define ato ilícito como sendo “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral [...]”.

Vale dizer que, com o advento da Emenda Constitucional 66 de 2010, que exclui a culpa como requisito a ser considerado pelo magistrado em casos de separações e divórcio entende-se que retomar tal discussão dentro do Direito de Família, nos pareceria um retrocesso. Isso porque, o novo Direito de Família, oriundo da Constituição Federal de 1988, tem como objetivo o afeto em primeiro lugar e não as relações patrimoniais, que envolvam dinheiro.

Todavia, existem posicionamentos para ambos os lados, sendo necessário para o bem da democracia, que sejam igualmente analisados. Além disso, o próprio Superior Tribunal de Justiça manifestou-se de forma contraditória, sendo que na mesma época foram prolatadas duas decisões: uma favorável ao dano moral nas relações de família (REsp 1159242¹²⁸) e a outra entendendo ser inviável a responsabilização civil nestes casos (REsp 514350¹²⁹).

¹²⁸ CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal, exurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico. 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

Anderson Schreiber, por exemplo, entende que as medidas tradicionais do Direito de Família têm se mostrado insuficientes para fins de resolução de todos os problemas oriundos das relações familiares, acrescentando que “todo esse amplo leque de novos problemas vem exigir remédios eficientes, que deem conta da sólida proteção prometida pelo novo Direito de Família”. Neste aspecto, conclui o autor que “é justamente aí que os caminhos do Direito de Família e da Responsabilidade Civil vêm se cruzar”. (SCHREIBER, 2015, p. 33)

João Aguirre diz que “nos momentos em que impera o livre-arbítrio, a escolha de um pode significar o sofrimento de outro, sem que isso implique, obrigatoriamente, a assunção da responsabilidade do primeiro e o consequente dever de indenizar [...]”. (AGUIRRE, 2015, p. 247)

Dimas Messias de Carvalho entende que são frágeis os argumentos de não acolher dano moral nas relações de família, justificando que “contrariam o princípio constitucional que preserva a dignidade da pessoa humana de qualquer agressão, não podendo as relações familiares e afetivas importar em isenção de responsabilidades [...]” (CARVALHO, 2015, p. 126.)

Porém, por se estar tratando da natureza humana, também deve-se considerar que o dano moral concedido em sede de relações familiares, pode vir a incentivar “demandas frívolas, propostas de modo aventureiro, por pessoas mais interessadas ao valor monetário que na reparação do dano sofrido”. (SCHREIBER, 2015, p. 39)

Ustarroz assevera que:

Na medida em que o convívio social gera, necessariamente, danos e dissabores a todos os membros, bem como pelo fato de que para a afirmação da liberdade das pessoas é fundamental que maior parte dos danos gerados fique sem reparação, surge a necessidade de se controlar o âmbito de operabilidade da fonte do dever de indenizar a partir de ato ilícito. (USTARROZ, 2014, 165).

A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido. RECURSO ESPECIAL Nº 1.159.242 - SP (2009/0193701-9). RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI. DJ 24/04/2012.

129 CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. RECONHECIMENTO. DANOS MORAIS REJEITADOS. ATO ILÍCITO NÃO CONFIGURADO. I. Firmou o Superior Tribunal de Justiça que “A indenização por dano moral pressupõe a prática de ato ilícito, não rendendo ensejo à aplicabilidade da norma do art. 159 do Código Civil de 1916 o abandono afetivo, incapaz de reparação pecuniária” (Resp n. 757.411/MG, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, unânime, DJU de 29.11.2005). II. Recurso especial não conhecido. REsp 514350 / SP RECURSO ESPECIAL 2003/0020955-3. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR (1110) DJ 28/04/2009.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

121

cesuca@cesuca.edu.br

O tema da responsabilidade civil no âmbito do direito de família é recente e desperta opiniões das mais diversas, o que, diga-se de passagem, não é incomum dentro deste ramo do direito.

2.1 O abandono de idoso

Embora a maior discussão da matéria de responsabilidade civil se dê do abandono de filhos pelos pais, também merece ser considerada a falta de afeto inversa, isto é, dos filhos em relação aos pais, principalmente quando estes entram em idade avançada.

O Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, veio para garantir os direitos e a dignidade dos idosos, inclusive determinando no artigo 3º ser obrigação solidária da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso com absoluta prioridade “a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Há inclusive previsão da prestação de alimentos dos filhos perante os pais, através dos artigos 11 e 12 do Estatuto do Idoso que prevê também, a solidariedade da obrigação em relação aos filhos.

Desta forma, pode-se concluir que a mesma prioridade destinada a crianças e adolescentes através do art. 227 da Constituição Federal, fica também garantida aos idosos. Além disso, o artigo 229 da Carta Maior dispõe sobre o dever de assistir, criar e educar dos pais em relação aos filhos e, de outro lado, o dever dos filhos de ajudar e amparar os pais na velhice.

Além disso, o princípio constitucional da solidariedade autoriza que qualquer membro da família busque auxílio em relação aos demais. Neste sentido Gagliano e Pamplona Filho descrevem:

A solidariedade, portanto, culmina por determinar o amparo, a assistência material e moral recíproca, entre todos os familiares, em respeito ao princípio maior da dignidade da pessoa humana. É ela, por exemplo, que justifica a obrigação alimentar entre parentes, cônjuges ou companheiros, ou, na mesma linha, que serve de base ao poder familiar exercido em face dos filhos menores. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, P. 95)

A mesma hipervulnerabilidade que encontramos nas crianças e nos adolescentes, também é encontrada, mesmo que de forma diversa, nos idosos, merecendo a mesma proteção por parte do Direito.

Mais uma vez a preocupação se daria com a consequência da condenação de um familiar ao pagamento de indenização ao outro. Rosenvald diz que “o filho maior e capaz que negligenciou o direito fundamental à convivência, cuidado e amparo será condenado pelos danos existenciais necessariamente decorrentes do ilícito”, porém “ao invés do sistema jurídico inibir o fato jurídico da irresponsabilidade filial, acaba por tolerá-la, desde que suas consequências lesivas sejam monetarizadas”. (ROSENVALD, 2015, p. 325) ¹³⁰

É certo que, mesmo no abandono de filhos em relação aos pais, o valor pago a título de indenização poderia ser utilizado como compensação do abandono, inclusive para fins de investimento em terapia e tratamento psiquiátricos, mas inegavelmente, de outro lado, parece-nos que sempre estará o condão de enterrar definitivamente a possibilidade de se reascender o amor e o afeto entre os familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma coisa é certa: o protagonista do livro de Camus, Sr. Meursault não é, de forma alguma, um personagem simpático aos leitores. Pelo contrário. O cidadão se mostra frio e indiferente no decorrer de todo livro, que foi do falecimento da mãe a sua condenação à morte.

Em relação ao mérito do presente artigo, buscou-se questionar se há possibilidade de responsabilizar, civilmente, um familiar pela falta de afeto ou ainda pela falta de amor e cuidados a outro.

¹³⁰ Em crítica a responsabilização civil nas relações familiares, Rosenvald afirma que “Esse arcabouço foi implodido pela Constituição Federal de 1988. Ao longo dos últimos 27 anos, muito se discutiu sobre a paulatina reconstrução do direito das famílias, como um modelo plural, de amplo reconhecimento à autonomia existencial e a valorização do afeto de seus integrantes. Contudo, relativamente aos ilícitos praticados na conjugalidade e na parentalidade, a doutrina familiarista abdicou da tarefa do debate doutrinário, simplesmente delegando as consequências danosas da vida familiar às regras gerais da responsabilidade civil. Quer dizer, o renovado direito das famílias ofereceu um rol de modelos jurídicos e possibilidades amplas de realização afetiva e existencial da pessoa no interior de uma pluralidade de entidades, mas em contrapartida descurou em conceber técnicas de controle social hábeis a dar vazão a toda ordem de novos ilícitos que irrompem neste cenário complexo, de novas demandas sociais. A única saída para tutelar estas vítimas foi pegar de empréstimo o regramento da responsabilidade civil e introduzir a compensação intrafamiliar de danos. (ROSENVALD, 2015, p. 327)

Conclui-se que se existe a reparação por abandono de crianças e adolescentes, é certo que o mesmo direito assistiria aos idosos, já que também são sujeitos vulneráveis que estão em uma fase onde a família deve exercer o seu papel com maior afinho. Até porque, assim autoriza a Constituição Federal através dos artigos 227 e 229, conforme visto acima.

Porém a dúvida é se a condenação por responsabilidade civil não reaproximaria, de forma perigosa, as relações familiares com as contratuais, onde o pagamento de uma quantia em dinheiro põe termo ao conflito. Certamente esse não é o objetivo da Constituição de 1988 que deixou para trás a patrimonialização do direito para dar lugar a repersonalização, onde a pessoa fica em primeiro lugar, não o patrimônio. Além disso, pensa-se que ao invés de somente por termo ao conflito, a indenização corre o risco de também, por termo a possível relação de afeto familiar.

Se a responsabilidade civil por abandono passar a ser regra no nosso ordenamento jurídico, é certo que outras discussões envolvendo sofrimento e danos psicológicos virão à tona. É o caso de términos de longos relacionamentos, de noivos ou noivas que são deixados no altar, de divórcios etc. A grande preocupação é que com isso, também retorne a discussão da culpa nos casos de dissolução de uniões, motivo este que costumava eternizar processos e sofrimentos.

Não exclui-se a possibilidade de que, em casos específicos, verifique-se a necessidade de responsabilização civil efetivamente, até porque, os bens jurídicos tutelados dentro do direito de família podem ser os mais diversos, inclusive uma eventual violação de direito de personalidade, motivo pelo qual não se está negando absolutamente a possibilidade de responsabilização por dano moral, mas somente ressaltando a necessidade de se averiguar cada caso com cautela.

Entende-se que a responsabilização não pode ser regra, mas exceção, sob pena de se estar banalizando as efetivas situações em que incide a responsabilidade civil.

Com isso, compartilha-se do sentimento do doutrinador Anderson Schreiber que, preocupando-se com o uso excessivo do instituto da responsabilidade civil, fez a seguinte advertência: “a ampliação excessiva da responsabilização, em seu formato atual, povoa os pensamentos de dez entre dez estudiosos, acertadamente apreensivos com o aumento da litigiosidade e da vitimização da convivência social”. (SCHREIBER, 2007, p. 04)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, João Ricardo Brandão. O Dano moral pela Infidelidade. In. MADALENO, Rolf; BARBOSA, Eduardo. (coord). *Responsabilidade Civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015, p. 126.

CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. Trad. Valerie Rumjanek. 6 ed. Rio de Janeiro: BetBolso, 2015.

CARVALHO, Dimas Messias de. Dano moral por Inadimplemento Alimentar. In. MADALENO, Rolf; BARBOSA, Eduardo. (coord) *Responsabilidade Civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015, p. 126.

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil. Direito das Famílias*. Vol. 06. 5 ed. rev. ampl. e atual. Bahia: Juspodivm, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: direito de família – as famílias em perspectiva constitucional*. 2. ed. v. 6. São Paulo: Saraiva, 2012.

MADALENO, Rolf. *Curso de Direito de Família*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

MADALENO, Rolf; BARBOSA, Eduardo. (coord). *Responsabilidade Civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ROSENVALD, Nelson. A responsabilidade civil por omissão de cuidado inverso. In. MADALENO, Rolf; BARBOSA, Eduardo. (coord) *Responsabilidade Civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015, p. 312.

SCHREIBER, Anderson. *Novos paradigmas da responsabilidade civil: da erosão dos filtros de reparação à diluição dos danos*. São Paulo: Atlas, 2007.

SCHREIBER, Anderson. Responsabilidade Civil e Direito de Família. A proposta da Reparação não pecuniária. In. MADALENO, Rolf; BARBOSA, Eduardo. (coord) *Responsabilidade Civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015, p. 33.

USTARROZ, Daniel. *Responsabilidade Civil por Ato Il*

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

10. A ANGÚSTIA COMO POSSIBILIDADE DA LIBERDADE: UM DIÁLOGO ENTRE KIERKEGAARD E CAMUS NA OBRA O ESTRANGEIRO

10. THE ANXIETY AS POSSIBILITY OF FREEDOM: DIALOGUE BETWEEN KIERKEGAARD AND CAMUS IN THE STRANGER

Guilherme de Oliveira FELDENS¹³¹

"I'm alive

I'm dead

I'm the stranger

Killing an arab

I can turn and walk away

Or I can fire the gun

Staring at the sky

Staring at the sun

Whichever I choose

It amounts to the same

Absolutely nothing" (The Cure – Killing an Arab)

"Entre mortos e feridos, entre gritos e gemidos

(A mentira e a verdade, a solidão e a cidade)

Entre um copo e outro da mesma bebida

Entre tantos corpos com a mesma ferida

Eu me sinto um estrangeiro

Passageiro de algum trem

Que não passa por aqui

Que não passa de ilusão" (Humberto Gessinger – A revolta dos Dândis I)

Resumo: O presente artigo objetiva fazer uma análise da obra O estrangeiro de Albert Camus, tendo como ponto de referência a ideia de angústia existencial trabalhada por Kierkegaard. Por meio desse estudo, pretende-se verificar a influência do filósofo dinamarquês na construção do personagem principal da obra de Camus, ressaltando o absurdo que cerca a existência humana.

Palavras-chave: liberdade, angústia, existencialismo.

¹³¹ Doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: guilhermefeldens@cesuca.edu.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail: cesuca@cesuca.edu.br

Abstract: This article aims to make an analysis of the Albert Camus' *The stranger*, having as reference the existential anxiety idea worked by Kierkegaard. Through this study, we intend to verify the influence of Danish philosopher in the construction of the main character of the work of Camus, highlighting the absurdity surrounding the human existence.

Key-words: freedom, anxiety, existentialism.

Sumário: Introdução; 1. O conceito de angústia em Kierkegaard: um diálogo com o estrangeiro de Camus; 2. O indivíduo em direção da infinitude; Considerações finais; Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

O *Estrangeiro* de Albert Camus é uma obra que tem como proposta principal perturbar o leitor através de uma sensação de abandono e estranheza, narrada em primeira pessoa, sem delimitações objetivas dos fatos narrados. Assim, através da perspectiva do personagem Meursault, o leitor é colocado em situação direta com o sentimento de indiferença compartilhado pelo protagonista.

Desse ponto de referência, é contada a história do escriturário Meursault que, na primeira parte da obra, viaja para comparecer ao enterro de sua mãe, apresentando o “comportamento insensível” de não chorar, nem demonstrar qualquer emoção, em relação à perda da mãe. Em seguida, o protagonista se envolve com uma mulher sem demonstrar grandes sentimentos por ela, mas sem recusar o relacionamento, acentuando a sensação de abandono e de absurdo do personagem diante dos acontecimentos. Na sequência absurda dos acontecimentos, Meursault mata um árabe e é levado à julgamento, no qual é condenado à morte.

É justamente na segunda parte da obra, na descrição dos acontecimentos do Tribunal, que se encontra a total situação de abandono na qual está jogado o personagem principal. De um lado, tem-se os argumentos de acusação do procurado, de outro lado, a defesa exercida pelo advogado de Meursault e, no meio desse embate, o personagem que se

comporta com indiferença em relação aos padrões sociais comuns, como um estrangeiro, e sem esboçar nenhuma reação ante a angústia de ter sua condenação à morte decretada.

Dessa forma, o presente artigo objetiva destacar esse aspecto de estranheza em relação ao mundo, apresentado por Camus através de seu personagem principal em *O estrangeiro*, relacionando a ideia de absurdo, de condição de irracionalidade do homem ante a finitude de sua existência com a análise kierkegaardiana de angústia existencial. Assim, pretende-se demonstrar, com base nas ideias de Kierkegaard, que o indivíduo que aprende a enfrentar a angústia de verdade, sem fugir dela, não afunda na miséria da finitude, como o personagem Meursault, lançando-se em direção da infinitude.

1. O CONCEITO DE ANGÚSTIA EM KIERKEGAARD: UM DIÁLOGO COM *O ESTRANGEIRO* DE CAMUS

Na obra “*O conceito de angústia*”, Kierkegaard trata sobre a investigação da angústia existencial, expondo um verdadeiro tratado em relação às questões do indivíduo frente às situações e possibilidades de escolhas, frente às inquietações da vida e da existência. No quinto e derradeiro capítulo desta obra, intitulado “*A angústia como o que salva pela fé*” (Kierkegaard, 2010, p. 142), o autor expõe a necessidade de angustiar-se e dominar essa angústia frente a todas essas possibilidades, para que o indivíduo não venha a se perder em sua existência, seja por nunca ter se angustiado, seja por ter se afundado diante de tal estado. Assim, além de a angústia apresentar-se como a possibilidade da liberdade, aparece como algo absolutamente formador da subjetividade do indivíduo, na medida em que derruba todas as coisas finitas e o faz autor de sua própria existência.

Segundo Kierkegaard (2010, p. 65)

A angústia pode ser comparada com a vertigem. Aquele, cujos olhos se debruçam a mirar uma profundeza escancarada, sente vertigem. Mas qual é a razão? É tanto o seu olhar quanto o abismo. Não tivesse ele encarado a fundura!... Assim também, a angústia é a vertigem da liberdade, que surge

quando o espírito quer pôr a síntese, e a liberdade então fixa os olhos no abismo de sua própria possibilidade e aí agarra a finitude para segurar-se.

.Nesses termos, Kierkegaard expõe a necessidade de angustiar-se como uma aventura pela qual todo indivíduo deve obrigatoriamente enfrentar para não se perder (Kierkegaard, 2010, p. 150). Somente aquele que se forma pela angústia diante das possibilidades, carregando em si o seu peso, estará formado de acordo com sua infinitude, e estará apto a entender que no quadro de possibilidades tudo é possível e que a realidade não é um fardo tão pesado quanto o da possibilidade. A realidade só forma de modo finito e sempre se pode fugir dela de algum modo, impedindo que se aprenda alguma coisa de si¹³².

Como coloca Kierkegaard, “da finitude pode-se aprender muita coisa, mas não a se angustiar, a não ser em um sentido muito medíocre” (Kierkegaard, 2010, p. 152), enquanto que aquele que aprendeu a angustiar-se de verdade pode “mover-se como na dança logo que as angústias da finitude começam a ressoar e quando o aprendiz da finitude perde a coragem e a razão” (Kierkegaard, 2010, p. 155).

É, portanto, neste aspecto, que reside a natureza formadora da possibilidade. Como afirma o autor (Kierkegaard, 2010, p. 152),

Na realidade efetiva jamais alguém se tornou tão infeliz que não tenha conservado um restinho de esperança, e diz o senso comum com toda a verdade: quem é jeitoso sabe arranjar-se. Porém aquele que passou pelo curso de infelicidade que a possibilidade oferece, perdeu tudo, como nunca ninguém na realidade o perdeu.

Nota-se que, neste aspecto, o autor sustenta a importância do indivíduo e das suas escolhas lógicas ou ilógicas; a importância de sua liberdade para escolher, o que significa ter uma completa responsabilização individual pela sua própria realização, marcando seu pensamento pela falta de um “sistema” inteligível acabado para a existência do homem, que significaria já uma limitação à sua liberdade (Kierkegaard, 2010, p. 153). Kierkegaard

¹³² Conforme expõe Sartre (1987, p. 7), “em primeiro lugar, como devemos entender a angústia? O existencialista declara frequentemente que o homem é angústia. Tal afirmação significa o seguinte: o homem que se engaja e que se dá conta de ele não é apenas aquele que escolheu ser, mas também um legislador que escolhe simultaneamente a si mesmo e a humanidade inteira, não consegue escapar ao sentimento de sua total e profunda responsabilidade. É fato que muitas pessoas não sentem ansiedade, porém nós estamos convictos de que essas pessoas mascaram a ansiedade perante si mesmas, evitam encará-la; certamente muitos pensam que, ao agir, estão apenas engajando a si próprios e, quando se lhes pergunta: mas se todos fizessem o mesmo?, eles encolhem os ombros e respondem: nem todos fazem o mesmo”.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

vai ainda mais longe, ao colocar que a verdade é subjetiva, que só existe para o indivíduo, e sendo esta o conteúdo da liberdade, a verdade torna o ser humano livre e, conseqüentemente, decorre assim uma liberdade ilimitada¹³³. Suas ideias apresentam-se, então, incompatíveis com o determinismo lógico Hegeliano, pois qualquer forma de absoluto que não seja a liberdade contraria a liberdade. Kierkegaard insiste contra a existência de um determinismo; insiste na responsabilização individual.

Ele contrapõe-se ao universo de Hegel apontando suas ideias para o homem sozinho, esse homem que somos todos e cada um de nós em particular; no qual há sempre um ato de vontade, uma decisão colocada pelo indivíduo. Cada indivíduo deve ser então o “autor de sua existência”. Para o filósofo dinamarquês, não há uma lógica absoluta regendo a história e a existência do indivíduo, na qual ele já estaria “amarrado” e sem liberdade, assim um caráter essencial da subjetividade, que não encontra nenhum regramento prévio¹³⁴.

É dentro destes conceitos que Kierkegaard coloca a angústia como o “mostrar-se da liberdade para si mesma na possibilidade” (Kierkegaard, 2010, p. 134). Diante da vida há várias opções possíveis; um terreno infinito de possibilidades e, portanto, de angústia. Desse modo, quanto maior a possibilidade de escolha, maior será a sua angústia. A angústia, portanto, está ligada a possibilidade de escolher, ao mesmo tempo atraindo e afastando (Kierkegaard, 2010, p. 135)

¹³³ Como afirma Kierkegaard (2010, p. 134), “o conteúdo da liberdade, numa perspectiva intelectual, é verdade, e a verdade torna o ser humano livre. Mas justamente por isso a verdade é a obra da liberdade, de modo que esta constantemente engendra a verdade. É óbvio que aqui não estou pensando no achado espiritual da filosofia mais recente, que sabe que a necessidade do pensamento também é sua liberdade, e que por isso, quando fala em liberdade do pensamento, fala apenas do movimento imanente do pensamento eterno. Tal tirada espiritual serve apenas para confundir e dificultar a comunicação entre homens. O que eu comento, por outro lado, é algo de bem simples e singelo: que a verdade só existe para o indivíduo à medida em que ele próprio a produz na ação.”

¹³⁴ Em *Temor e tremor*, sob a pena de Johannes de Silentio, Kierkegaard ataca o sistema hegeliano, usando a parábola de Abraão como o grande paradoxo inconciliável da filosofia hegeliana: “quando Hegel determina o homem unicamente como Indivíduo no seu capítulo: ‘O bem e a consciência,’ tem razão em considerar essa determinação como uma forma ética do mal (cf. sobretudo A Filosofia do Direito) que deve ser suprimida na teleologia da moralidade, de modo que o Indivíduo que permanece nesse estágio ou peca ou entra em crise. Pelo contrário, erra ao falar da fé, erra ainda por não protestar em voz bem alta e poderosa contra a veneração e a glória de que Abraão goza como pai da fé, pois que o seu processo deveria ser revisto para o banir como assassino. Com efeito, é a fé esse paradoxo segundo o qual o Indivíduo está acima do geral, mas de tal maneira que, e isso importa, o movimento se repita e, por conseqüência, o Indivíduo, depois de ter permanecido no geral, se isole logo a seguir, como Indivíduo acima do geral. Se não é este o conteúdo da fé, Abraão está perdido, nunca houve fé no mundo, porque jamais ela passou do geral. Assim, se o que consideramos moral (ou o virtuoso) representa o supremo estágio, se não resta ao homem nada de incomensurável senão o mal, quer dizer, o particular que deve exprimir-se no geral, bastam-nos as categorias da filosofia grega ou as que dela logicamente se deduzem. E, visto que estudou os gregos, Hegel não devia tê-lo ocultado” (Kierkegaard, 2008, p. 100).

Segundo o autor, a liberdade presume possibilidades, e as possibilidades criam a angústia (Kierkegaard, 2010, p. 55):

Deste modo, a angústia é a vertigem da liberdade, que surge quando o espírito quer estabelecer a síntese, e a liberdade olha para baixo, para sua própria possibilidade, e então agarra a finitude para nela firmar-se [...], mas ao mesmo tempo a angústia é a coisa mais egoísta que há, e nenhuma expressão concreta da liberdade é tão egoísta como a possibilidade de qualquer concreção. Isto é, uma vez mais, o elemento que oprime, que determina a relação ambígua do indivíduo, de simpatia e antipatia. Na angústia reside a infinitude egoísta da possibilidade, que não tenta como uma escolha, mas angústia insinuante, com sua doce ansiedade.

A realização individual, portanto, somente será alcançada com o correto enfrentamento da angústia, com a conclusão completa da “escola da possibilidade”.

2. O INDIVÍDUO EM DIREÇÃO DA INFINITUDE

Kierkegaard salienta que para o indivíduo atravessar a angústia das possibilidades, não se perdendo e enfrentando-a corretamente com coragem, é necessário ser honesto frente à possibilidade e ter fé. Assim, se forem administradas ordenadamente as descobertas da possibilidade, então a possibilidade há de descobrir todas as finitudes, “mas há de idealizá-las na forma da infinitude, e há de mergulhar o indivíduo na angústia, até que este, por sua parte, as vença na antecipação da fé” (Kierkegaard, 2010, p. 151). Ao indivíduo, neste estágio, a angústia se torna um espírito servidor que não pode deixar de conduzi-lo para onde ele quiser: “com o auxílio da fé a angústia educa a individualidade a repousar na providência” (Kierkegaard, 2010, p. 155). O indivíduo que aprendeu a angustiar-se de verdade não deseja afundar na miséria da finitude, lançando-se em direção da infinitude.

Dessa forma, é necessário mergulhar fundo na angústia, na infinitude das possibilidades, para que se escolha o melhor caminho¹³⁵. É angustiando-se e escolhendo

¹³⁵ Heidegger (1989, p. 33) segue essa definição ao afirmar que “é na disposição da angústia que o estar-lançado na morte se desentranha para a presença de modo mais originário e penetrante. A angústia com a morte é a angústia com o poder-ser mais próprio, e remissível e insuperável”.

que o indivíduo se forma e constrói a si mesmo; “decidir é arriscar-se” e isto gera angústia (Kierkegaard, 2010, p. 152). Assim sendo, o sentimento de angústia tem grande importância na construção da subjetividade do indivíduo e na sua auto-afirmação, fazendo com que ele exerça a sua liberdade de escolha em total consonância consigo próprio e com a sua verdade¹³⁶. Kierkegaard nos faz refletir como o indivíduo está perdido de si mesmo, como está esquecido seu interior, como está sem importância o rumo que está tendo sua vida, pretendendo demonstrar a necessidade de abordar o homem em um sentido cada vez mais autêntico. Essa preocupação do filósofo dinamarquês aparece, a todo momento, no personagem Meursault, que durante todo o processo de instrução de seu julgamento, parece se jogar ao total abandono de sua condição¹³⁷, a ponto de não compreender que estava preso ali há cinco meses, pois para ele era sempre “o mesmo dia que caía na cela, e era sempre a mesma tarefa, que eu perseguia sem cessar” (Camus, 2008, p. 55).

Nesta necessidade de aprendizado de enfrentamento da angústia, apresentada por Kierkegaard no capítulo V desta obra, destaca-se, em comparação com o romance de Camus, a importância de constituição própria da subjetividade nos indivíduos, colocando uma opção para a atual realidade de massificação de comportamento e de escolhas, que faz com que os indivíduos não assumam as suas próprias certezas e os seus próprios planos de vida. Seu pensamento contrapõe-se ao homem preso por modelos externos impositivos, pois as verdadeiras escolhas são aquelas que nascem no interior de cada um, de maneira autêntica. É visível que o personagem Meursault situa-se imerso em uma existência alheia a seu próprio projetos de vida, em uma realidade que ao invés de lhes oferecer esta suposta segurança, o fez se perder ainda mais.

¹³⁶ Como afirma Sartre (1997, p. 681), “aquele que realiza na angústia sua condição de *ser* arremessado em uma responsabilidade que reverte até sobre sua derrelição já não tem remorso, nem pesar, nem desculpa; já não é mais do que liberdade que se revela perfeitamente a si mesmo e cujo ser reside nesta própria revelação”.

¹³⁷ Um exemplo dessa questão aparece na parte do romance em que Meursault descreve seu dias detidos na prisão: “de todos os modos, não vale a pena exagerar, e o certo é que me custou menos do que a muitos outros. No início da minha detenção, no entanto, o mais duro, foi virem-me à cabeça pensamentos de homem livre. Por exemplo, sentia de repente desejo de estar numa praia e de correr para o mar. Imaginando o barulho das primeiras ondas sob as plantas dos pés, a entrada do corpo na água, a libertação que era para mim o banho de mar, sentia de repente até que ponto as paredes da prisão me cercavam. Mas isto durou apenas alguns meses. Depois, passei a ter unicamente pensamentos de prisioneiro. Aguardava o passeio quotidiano no pátio ou então a visita do advogado. No resto do tempo, passava menos mal. Nessa altura pensei muitas vezes que, se me obrigassem a viver dentro de um tronco seco de árvore, sem outra ocupação, além de olhar a flor do céu por cima da minha cabeça, ter-me-ia habituado pouco a pouco. Observaria a passagem das aves ou os encontros entre as nuvens, tal como aqui observava as extraordinárias gravatas do advogado e como, num outro mundo, esperava até sábado para apertar nos meus braços o corpo de Maria. Ora a verdade, afinal de contas, é que eu não estava dentro de um tronco de árvore. Havia pessoas mais infelizes do que eu. Acabamos por nos habituar a tudo, gostava a minha mãe de dizer” (Camus, 2008, p. 53).

Essa situação é bem demonstrada no comportamento adotado pelo personagem, durante seu julgamento, já que ele assume uma situação de abandono frente ao desenrolar de sua própria situação (Camus, 2008, p. 72):

Para o fim, lembro-me unicamente de que na rua e através de todo o espaço das salas e das tribunas, enquanto o meu advogado continuava a falar, eu ouvia a buzina do vendedor de gelados. Assaltaram-me as recordações de uma vida que já não me pertencia, mas onde encontrara as mais pobres e as mais tenazes das minhas alegrias: odores do verão, do bairro que eu amava, um certo céu ao anoitecer, o riso e os vestidos de Maria. Tudo quanto neste lugar eu fazia de inútil subi-me então à garganta e só tive uma pressa: acabar depressa com isto e voltar à minha cela, onde ia poder dormir.

Isso evidencia que, frente às incertezas, o peso da possibilidade e o medo de fazer escolhas erradas, Meursault acabou “fugindo” da própria angústia, por meio da “segurança” das escolhas comuns. Este quadro de falsa segurança resultou no sacrifício de sua individualidade, fazendo com que se comportasse sem autenticidade durante todo seu julgamento. Neste aspecto, as ideias de Kierkegaard e Camus apontam para a necessidade de “assumir-se a si mesmo”, como uma opção absoluta e irreversível do indivíduo rumo à liberdade verdadeira. Torna-se fundamental, portanto, constatar que a retirada de Meursault do processo de criação de sua própria verdade, de seu próprio projeto existencial, o atirou em uma condição de alienação, dando origem a um vazio existencial, pois a construção da verdade ocorrida no Tribunal, e durante toda sua vida, era incompatível com as exigências mais profundas do seu interior¹³⁸.

Assim, para que a individualidade não se perca na generalidade, para que o indivíduo não abandone a sua própria existência, é necessário angustiar-se; sentir a angústia de ser livre e de poder optar; sem saber se aquilo que se opta é melhor ou pior (Kierkegaard, 2010, p. 155). Somente quando o indivíduo se livra deste conformismo descobre a sua possibilidade de existir autenticamente, descobre-se como liberdade de

¹³⁸ Camus evidencia esse ponto no seguinte trecho do romance: “mesmo do lugar dos réus, é sempre interessante ouvir falar de nós mesmos. Durante os arrazoados do procurador e do meu advogado, posso dizer que se falou muito de mim e talvez até mais de mim, que do meu crime. Eram, aliás, assim tão diferentes, estes discursos? O advogado levantava os braços e pleiteava culpado, mas com atenuantes. O procurador estendia as mãos e pleiteava culpado, mas sem atenuantes. No entanto, uma coisa me incomodava vagamente. Apesar das minhas preocupações, apetecia-me por vezes intervir e o meu advogado dizia-me então: ‘Cale-se, para seu bem é melhor que se cale’. De algum modo, tinham todo o ar de tratar deste caso à margem da minha pessoa. Tudo se passava sem a minha intervenção. Jogava-se a minha sorte sem que me pedissem a opinião. De tempos a tempos, tinha vontade de interromper toda a gente e de dizer: ‘Mas quem é afinal o acusado? É importante ser o acusado. E tenho coisas a dizer!’ Mas, pensando bem, não tinha nada a dizer. Devo reconhecer, aliás, que o interesse que se tem em ouvir as pessoas, não dura muito tempo” (Camus, 2008, p. 68).

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

escolher e de fazer-se a si mesmo, o que é fundamental, pois a falta de uma definição autêntica faz com que o homem não conheça seu sentido e se perca na generalidade, sentindo o vazio existencial em que está suspenso. A angústia é, portanto, o caminho para o ser autêntico, pois acarreta a realização definitiva do indivíduo, fazendo-o viver a sua verdade e existir plenamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance de Camus, interpretado sob a ótica da filosofia de Kierkegaard, aponta a necessidade de vivenciar a angústia como uma experiência fundamental para uma existência humana livre e autêntica. A questão da angústia pira como uma nuvem sobre o personagem Meursault, que em condição de liberdade, teve diante de si diversas possibilidades de escolha, mas, pelo fato, de não enfrentar a angústia inerente a essa sensação de abandono diante da multiplicidade de escolha, abandonou sua existência ao ocorrer dos fatos.

Assim, a posição dos autores parece indicar que a forma de enfrentar essa situação de desespero, angústia e abandono é assumir-se a si mesmo. É necessário, portanto, assumir as suas próprias certezas e os seus próprios planos de vida. Essa é a reflexão fundamental dos autores para se atingir a construção da individualidade do “Eu”. Em uma época em que cada vez mais, o indivíduo é atraído para se esconder na multidão, a situação vivenciada pelo protagonista de *O estrangeiro* parece se manter mais atual do que nunca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMUS, Albert. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1989.

KIERKEGAARD, Soren. *Temor e tremor*. São Paulo: Hemus, 2008.

_____. *O conceito de angústia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SARTRE, Jean Paul. O ser e o nada. *Ensaio de fenomenologia ontológica*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

11. O SER ESTRANGEIRO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES FILOSÓFICAS, JURÍDICAS E SOCIOCULTURAIS

Emerson de Lima PINTO¹³⁹

Leonardo Marques KUSSLER¹⁴⁰

Resumo: Ser estrangeiro significa estar alheio a um determinado conjunto de regras, de direitos, de deveres, de costumes. L'Étranger, de Albert Camus, revela um sujeito que vive na condição de estrangeiro dentro de sua própria comunidade exclusivamente por não conseguir se expressar de acordo com o padrão comportamental esperado em um determinado grupo de seres humanos. Outra situação de ser estrangeiro é a vivida por aqueles que saem de seus países para viver uma vida diferente em uma realidade de um país que não lhe é próprio, com o qual ainda não se formaram raízes, o que implica uma série de questões filosóficas, jurídicas e sociais. Na primeira seção deste artigo, abordaremos a obra camusiana e explicitaremos, hermeneuticamente, a relevância de alguns conceitos que nos ajudam a compreender a relação do ser estrangeiro no Brasil. Na segunda seção, destacaremos o status do estrangeiro, sob a perspectiva do manual do estrangeiro, que apresenta o aparato legal brasileiro com relação aos direitos e deveres do estrangeiro em solo brasileiro, e sua adequação ao Direito Internacional com relação ao acolhimento e ao tratamento destes.

Palavras-chave: L'Étranger. Albert Camus. Manual do estrangeiro. Direito e políticas internacionais.

Abstract: Being a foreigner means being alien to a certain set of rules, rights, duties, costumes. L'Étranger, by Albert Camus, reveals an individual who lives in the foreign condition within its own community exclusively for failing to express himself according to the behavioral pattern expected in a particular group of human beings. Another situation of being a foreigner is that experienced by those who live their country to live a different life in a reality of a country other than their own, to which they still did not form roots, which implies a series of philosophical, legal and social questions. In the first section of this paper, we will discuss the Camusian work and will clarify, hermeneutically, the relevance of some concepts that help us understand the relationship of being a foreigner in

¹³⁹ Doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Advogado. Mestre em Direito Público UNISINOS. Especialista em Ciências Penais PUCRS. Professor no Curso de Graduação e Direito no CESUCA e UNISINOS. Pesquisador do CESUCA. E-mail: ersonlp@terra.com.br.

¹⁴⁰ Doutorando em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Bolsista Prosup/Capes. E-mail: leonardo.kussler@gmail.com.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

Brazil. In the second section, we will highlight the foreigner status under the perspective of the foreigner's manual, which features the Brazilian legal apparatus regarding the rights and foreign duties on Brazilian soil, and its suitability for International Law in relation to the reception and treatment of such people.

Keywords: L'Étranger. Albert Camus. Foreigner's manual. Law and international politics.

Sumário: Introdução; 1. O Estrangeiro de Camus; 1.1. Aspectos literários e filosóficos de Camus e a realidade franco-argelina da época; 1.2. Interpretação fenomenológica de O Estrangeiro de Camus; 2. O ser estrangeiro no Brasil; Considerações finais; Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

A figura do estrangeiro chama a atenção desde os primórdios da Filosofia. Não é raro encontrar personagens forasteiros nos diálogos de Platão, que apresentam personagens como o *Estrangeiro de Eleia* (*Sofista*, *Político*), o *Estrangeiro de Atena* (*Leis*), o *Estrangeiro de Mantinea* (*Diotima*, no *Banquete*), que dão voz a pensamentos meta-atenienses. Pitágoras era de Samos, Tales era de Mileto, assim como Aristóteles, natural de Estagira, dentre outros, representavam a *visão externa*, um sujeito que dá uma *visão de fora*, de alguém que não está comprometido com os pré-conceitos e a tradição local. Pensar, pois, o estrangeiro, aquele que é alheio às regras e ao condicionamento de vida local é pôr em xeque o modo como nós o enxergamos e nossa compreensão e prática de alteridade. A principal justificativa para o presente estudo é a constatação do despreparo social e jurídico para a recepção de estrangeiros, com a hipótese principal de que leis mais justas e igualitárias promovem uma mudança no modo de pensar e reagir, tornando-nos capazes de repensar nossa postura em relação ao outro e mitigar a xenofobia.

No presente artigo, propomo-nos a refletir acerca da obra camusiana *O Estrangeiro*, que expressa essa perspectiva do sujeito que está fora de parâmetros sociais, políticos, filosóficos, econômicos, históricos, morais, mas que diz muito de quem nós somos, em nosso íntimo. Além disso, buscaremos tecer uma relação da figura metafórica do estrangeiro com o estrangeiro/imigrante contemporâneo no Brasil — especialmente representado nos casos dos haitianos e, mais recentemente, dos sírios —, que demandam uma reflexão acerca dos direitos garantidos por lei e da atualização de uma normatização um tanto obsoleta, incapaz de lidar plenamente com a realidade migratória contemporânea.

Na primeira seção, debruçar-nos-emos no exercício hermenêutico de *O Estrangeiro* de Camus, na tentativa de reabilitar sua obra para além das interpretações mais tradicionais e ressaltando aspectos relevantes da trama, que nos ajudam a pensar sobre a imagem e a constituição do estrangeiro como alguém à margem da sociedade. Em um primeiro momento, exploraremos relações autobiográficas do autor com sua obra, ressaltando a realidade franco-argelina vivida por Camus, além de expor alguns conceitos principais em sua produção filosófico-literária. Posteriormente, faremos uma interpretação detalhada da obra para situar o leitor e apresentar pressupostos para a segunda seção, que adentrará na seara jurídica e concreta da realidade social dos estrangeiros vivendo no Brasil e o aparato estatal para acolhê-los.

Já na segunda seção, apresentaremos alguns aspectos do *Manual do Estrangeiro*, uma compilação da legislação que se aplica aos direitos e deveres do estrangeiro, no que tange à obtenção de documentos, registros sociais, vistos e processos de naturalização, por exemplo. Adicionalmente, trataremos de explicitar o status de estrangeiro discutido no âmbito do Direito Internacional, desde a década de 50, no sentido de repensar as possibilidades de asilo e acolhimento de refugiados, que se tornam estrangeiros em outros países. Nosso objetivo, aqui, é mostrar como a obra literária de Camus nos ajuda a pensar tanto a figura da exclusão social, do estrangeiro marginalizado na sociedade, além de apontar alguns problemas na normatização brasileira, que não parece conceder direitos igualitários para quem vem ao Brasil como refugiado.

1 O ESTRANGEIRO DE CAMUS

1.1 Aspectos literários e filosóficos de Camus e a realidade franco-argelina da época

Um dos livros mais aclamados de Camus — se não o mais aclamado — é *L'Étranger* (*O Estrangeiro*), originalmente publicado em 1942, enquanto o autor lecionava em escolas, pelas famosas edições da *Librairie Gallimard*. Apesar de ter sido finalizado por volta de 1940, a versão final só foi editada dois anos depois, em um pequeno volume. Obviamente, à época, a editora não sabia que tinha em mãos um futuro Nobel da literatura mundial, mas apostou no jovem escritor. Albert Camus nasceu na Argélia, e estava entre o grupo da classe trabalhadora camponesa francesa na Argélia — que está localizada ao

norte da África, ao sul da região do mar mediterrâneo —, os chamados *pieds-noirs* (pés-escuros), tal como Meursault, personagem principal de *O Estrangeiro*.

Na década de 1960, camponeses franco-argelinos dominavam as terras da Argélia, e os camponeses franceses dominavam as terras da Argélia até a década de 1960, e os *pieds-noirs* não eram considerados cidadãos franceses para todos os efeitos. Tais elementos estão muito presentes na formação filosófica — pois Camus formou-se em Filosofia, na década de 1930 — e, especialmente, em sua contribuição literária, seja em forma de romance, peças de teatro ou ensaios filosóficos, que destacam inúmeros fatores autobiográficos. De acordo com Sessler (2008, p. 68),

Para Camus, a Argélia simboliza luz, sol e o mar, elementos de compromisso concreto com o mundo, que são entrelaçados com elementos de seu pensamento que alguns pesquisadores são inclinados a considerar como panteístas. Isso quer dizer, também para Camus, que a Argélia não é apenas um lugar concreto, mas também um espaço filosófico que oferece outro modo de ser no mundo, um espaço metafísico.

Ao final da década de 1950 (1958), radicais de extrema direita política promovem um golpe de Estado na Argélia. As negociações franco-argelinas fracassam até meados da década de 1960 — o armistício é instituído em 1962. A França, por sua vez, só reconhece a independência da Argélia, que era colônia sua até então, em 1962, concedendo direitos especialmente a franceses residentes na Argélia — o que deixa de lado a problemática dos árabes, perseguidos durante o processo antidemocrático da época. Os argelinos passam a perseguir os franceses remanescentes — aqueles que não haviam sido deportados à França —, e, especialmente, a minoria religiosa cristã, como uma forma de resposta às perseguições e ao genocídio vivido pelos nativos muçulmanos — um problema irresoluto até hoje.

O Estrangeiro é um trabalho do início da carreira de Camus, mas que já engloba duas palavras-chave que acompanham toda sua produção literária, a saber, *absurdo* e *revolta*. Inicialmente, a perspectiva de tratar do absurdo parece fora de contexto e sem relação direta com a realidade sociopolítica contemporânea, mas, fenomenologicamente, trata-se de um retrato que ressalta a *vida nua* derivada do mundo pós-revolução industrial, pós-guerra[s], que se institui a partir de um cenário desolador de uma humanidade que atingiu o ápice da racionalidade instrumental e criou uma juventude incapaz de expressar sentimentos, descrente, indiferente ao outro. Para Davison (2005, p. 6), “O homem absurdo encontra uma fonte de sua liberdade ao não ser mais escravo do futuro. Em sua revolta contra a morte, preocupa-se com a exaustão da potencialidade do presente”, o que explicita

o caráter de indiferença ética, sociopolítica e econômica com relação à população mundial e às futuras gerações.

A obra de Camus, já interpretada por Sartre e, posteriormente, conjuntamente produzida com este, apresenta características e personagens que personificam o ser humano que vive no cenário político e socioeconômico contemporâneo. Essa realidade ressalta um mundo de corrida contra o tempo, de adiamento de nossos sonhos e de uma *maquinação* da própria vida, que se resume, por vezes, a metas, a um prazer adiado, a mais um curso profissionalizante e a uma preparação profissional sem fim e sem propósito definido.

Para ser mais preciso: os trabalhos literários de Camus contêm uma matriz de personagens que representam respostas particulares à “situação moderna”, que, em sua raiz filosófica, é a experiência do “Absurdo”, e o que ele faz habilmente é usar tais personagens para trabalhar por meio da lógica subjacente dessas repostas existenciais, ou o que, seguindo Hegel, podemos chamar “formas de consciência” (SHERMAN, 2009, p. 6)

De fato, parece que nossa vida, cheia de contingências como é, não pode ser mais explicada dentro de uma perspectiva sistemática e universalizante, pois o absurdo não se encaixa na necessidade, mas justamente na esteira das possibilidades, do *poder ser*. A proposta filosófico-literária de Camus não é propor uma explicação existencialista — talvez, por isso mesmo, sua parceria criativa com Sartre tenha sido tão curta e conturbada —, mas, antes, romper a linguagem engessada e conceitual para explicar nossa sociedade e suas respostas a esta, conduzindo-nos por seus personagens que se expressam em uma história prosaica, simples e crível. Talvez, o elemento mais interessante de sua proposta seja mostrar como seus personagens vivem e experienciam a vida dentro dessa perspectiva absurda, repleta de adversidades e de julgamentos valorativos que se seguem a cada momento, “Porque o sentimento do Absurdo *significa* diferentemente e mais do que qualquer explicação do Absurdo *diz*, cabe às outras formas de discurso, em particular a literatura (e arte ou ‘criação’ em geral), suplementar as inadequações da filosofia” (CARROLL, 2007, p. 57).

A seguir, apresentaremos uma interpretação fenomenológica, expondo e explorando como se mostram tais personagens e os principais aspectos a serem relacionados com nossa segunda seção, que abordará especificamente a figura do estrangeiro dentro do panorama legal e jurídico brasileiro. Nossa perspectiva, pois, é explicitar a figura do

estrangeiro como alguém alheio a determinados parâmetros de vida e de *encaixe social* e de como este é visto pela sociedade e considerado pelo Estado.

1.2 Interpretação fenomenológica de *O Estrangeiro* de Camus

Resumi *O Estrangeiro*, há algum tempo, com uma frase que reconheço que é muito paradoxal: ‘Em nossa sociedade, todo homem que não chore no enterro de sua mãe, arrisca-se a ser condenado à morte’. Apenas quis dizer que o herói do livro é condenado porque não joga o jogo. Nesse sentido, ele é estrangeiro à sociedade em que vive, ele vaga na margem, nos subúrbios da vida privada, solitária, sensual. [J’ai résumé *L’Etranger*, il y a longtemps, par une phrase dont je reconnais qu’elle est très paradoxale: ‘Dans notre société tout homme qui ne pleuré pas à l’enterrement de sa mère risque d’être condamné à mort’. Je voulais dire seulement que le héros du livre est condamné parce qu’il ne joue pas le jeu. En ce sens, il est étranger à la société où il vit, il erre, en marge, dans les faubourgs de la vie privée, solitaire, sensuelle]. (CAMUS, 2005, *Prefácio*).

Assim como Camus, Meursault, o personagem principal da obra, mora na Argélia, na capital, Argel. Logo no início, o leitor é exposto à morte da Sra. Meursault, mãe do personagem que não expressa claramente algum sentimento de luto e de perda. É interessante notar que a *indiferença* — palavra-chave nesta obra — não começa apenas na falta de expressão do sentimento de Meursault com relação à morte de sua mãe, mas também em seu próprio chefe, que fica irritado por ele pedir dois dias de folga para velar e enterrar sua mãe. Isso deixa claro que não apenas o personagem principal é um sujeito introspectivo e incapaz de expressar seus sentimentos, mas a obra abre-se a uma crítica ao capitalismo exacerbado, à sociedade do trabalho, em que a morte da mãe não significa nada, assim como o mal-estar de um funcionário, que não passa de uma engrenagem da engenharia de produção.

Meursault não é capaz de expressar sua tristeza pela morte da mãe, mas sabe que foi *errado*, de alguma forma, seu chefe não ter enviado condolências — o personagem espera que, quando ‘decretado luto oficial’, o chefe perceberá, que, após o enterro, ficará oficializada a morte de sua mãe. O modo de ser de Meursault é diferente do que somos encorajados a acreditar.

O que lhe falta, e o que nos choca, são emoções apropriadas. Ele não sente arrependimento por seu crime nem tristeza pela morte de sua mãe. Ele está confuso quando Marie pergunta-lhe se ele a ama, não porque está indeciso, mas porque ele não compreende a questão. O que Meursault não faz são julgamentos, e julgamentos [...] são essenciais a emoções (SOLOMON, 2006, p. 15).¹⁴¹

Após viajar de ônibus para o asilo no qual sua mãe estava residindo, Meursault é recepcionado pelo diretor do asilo, que comenta que a Sra. Meursault não tinha outro meio de sustento e estava mais feliz ali, com tratamento adequado e amigos. Quando o diretor pergunta se Meursault quer ver sua mãe, indica que ela está em um ‘depósito’, pois não queria assustar os demais residentes, que se agitavam por dois ou três dias sempre que alguém falecia, o que dificultava o trabalho — isso não é insensibilidade e objetificação? Quando o porteiro aparece para abrir o caixão, Meursault expressa que não quer vê-la — nem ao final do velório, antes do enterro. Quando o porteiro fala que costumam deixar os mortos 3, 4 dias antes de enterrar, sua mulher o xinga, mas ali, devido ao calor, deveriam enterrá-la o quanto antes. Entretanto, Meursault não estava chateado com o comentário, pois estava achando interessante o assunto, o que indica um interesse um tanto *incomum*.

Meursault não chora no funeral da mãe, não quer ver o corpo no caixão, e fuma e toma café perto do caixão com o porteiro. Os amigos da mãe que aparecem no velório são idosos e formam um círculo; Meursault tem a impressão de que o estão julgando — parece uma previsão do que presenciaria, meses depois, alguns dos personagens presentes naquela ocasião em seu julgamento. As descrições de Meursault são metódicas, frias, calculistas e científicas, como quando descreve o choro e os soluços da amiga de sua mãe, que vertia lágrimas no velório, ou a circunferência das barrigas das mulheres. Aliás, a figura feminina normalmente tem uma apresentação de forma decadente, caquética, não atraente — à exceção de Marie.

¹⁴¹ Há pelo menos três momentos de *arrependimento* pessoais de Meursault: 1) arrepende-se de ter dito ao seu chefe que ‘não era sua culpa’ o fato de a mãe ter morrido; 2) arrepende-se de ter dito que não queria que o porteiro abrisse o caixão; 3) pensa em dizer que não era culpa dele a mãe ter morrido quando Marie o pergunta sobre a roupa preta, ao saírem da piscina, no dia subsequente ao enterro. Na verdade, Meursault é capaz de fazer algum julgamento, pois tem condições de perceber que seu tipo de comportamento não é exatamente normal nem o mais comum para determinadas ocasiões. Meursault tem noção de que é um estrangeiro, que vive à margem de uma sociedade um tanto hipócrita, que expressa sentimentos, por vezes, falsos, contanto que seja aceita no ciclo da normalidade e de um determinado padrão comportamental.

A propósito de Marie, quando volta do enterro para sua cidade, encontra Marie, sua colega de trabalho, em uma piscina pública, e vai ao cinema, leva-a para seu apartamento, tudo isso um dia após o funeral. Obviamente, não adentraremos, aqui, na seara psicológica, de como o personagem encara seu *luto* e de como o elabora com tais atitudes, mas esse será um dos pontos da acusação que receberá na segunda parte da história. O domingo após o encontro com Marie e o enterro de sua mãe é monótono para Meursault, que afirma que ‘nada mudou’. Como não vivia com sua mãe e não a visitava há meses, sua rotina não havia sido drasticamente alterada, porque, aparentemente, não tinha a melhor das relações com sua progenitora. Na segunda-feira, no trabalho, fala do momento em que sente prazer: ao lavar as mãos antes do almoço com a toalha do banheiro do trabalho seca. Isso ressalta que ele não é exatamente *insensível*, mas tem dificuldade em expressar os sentimentos de uma forma normalmente aceita, dentro de um determinado tipo de reações esperadas pela maioria da sociedade.

Raymond, vizinho de Meursault, é conhecido no bairro por ser mulherengo, e apesar de declarar trabalhar em um depósito, ele também tem contato com o submundo, no ramo do meretrício, na função de gigolô. O primeiro diálogo dos dois conta uma briga de Raymond com o irmão da árabe que era sua amante, e ele pede para ser aconselhado por Meursault e tornar-se seu *camarada*. Meursault diz ser indiferente a isso, pois não faz questão de ganhar a amizade de alguém, especialmente mediante conselhos ou ajudas. Raymond afirma financiar a namorada árabe, que não trabalha e pede por mais, mas também relata ser violento com ela. Em uma última ocasião, achando que ela o traía, fê-la sangrar, o que explica a busca de vingança por parte do irmão da moça. Meursault não opina em nada, apenas ouve. Quando Raymond fala de seus planos para castigar a namorada, ele diz que acha interessante, mas não opina em nada. Entretanto, após ter bebido muito vinho, concorda em escrever uma carta para a namorada arrepender-se, supostamente por ter sido infiel, para que *aprenda uma lição*.

Marie visita Meursault no sábado, vão à praia e voltam ao apartamento de Meursault. Dessa vez, ela dorme e almoça com ele no domingo. Ela pergunta se Meursault a ama, mas ele diz que acha que não — mas isso não o impede de pensar em casar-se com ela; nesse caso, o casamento não implica amor ou expressão de um sentimento específico. Nessa ocasião, a garota árabe de Raymond é espancada por ele, e os vizinhos chamam a polícia. Além de árabe, a garota é muçulmana.¹⁴² Vale notar que os personagens são

¹⁴² Esta interpretação já foi alvo de inúmeras discussões sobre o tema da figura feminina nas obras de Camus. Aqui, concentramo-nos apenas no fato de a personagem árabe, namorada de Raymond, não é nomeada — tal como seu irmão que tenta vingá-la e seu amigo —, sendo referida apenas como *árabe[s]*. Tanto a figura da mulher quanto a morte do árabe desaparecem de cena, sendo ultrapassadas e relegadas, o que também suscita uma discussão sobre a questão étnica

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

descritos apenas como *árabe[s]*, sem nomes. Raymond pede para Meursault servir de testemunha a favor dele, dizendo que a moça o havia traído, e o caso se resolve em poucos dias.

Há outro vizinho que interage e participa do julgamento posterior de Meursault, que é Salamano, o vizinho que mantinha uma relação de amor e ódio com um cachorro. Ao perdê-lo durante um passeio, pede conselho a Meursault, que parece exercer uma função *oracular*, muito devido à sua capacidade de *ataraxia*, isto é, de não se deixar abalar por nada, não sentir nada. Quando Salamano chora à noite pela perda do cachorro, Meursault não sabe por que lembra da mãe; alguém chorando pela perda de um ente querido, e ele não sabe por que lembra da mãe...

O irmão e os amigos do irmão da árabe começam a perseguir Raymond, e ele fala isso quando convida Meursault e Marie para a casa da praia de um amigo, Masson. Na mesma semana, o chefe de Meursault pede sua opinião sobre abrir uma filial em Paris e dar-lhe uma vaga, ao que ele responde que sim, mas, em sua cabeça, é indiferente: “Respondi que nunca se muda de vida, que, em todo caso, todas valiam igualmente e que a minha, aqui, não me desgostava em absoluto” [*J’ai répondu qu’on ne changeait jamais de vie, qu’en tout cas toutes se valaient et que la mienne ici ne me déplaisait pas du tout*] (CAMUS, 2005, p. 61). Isso diz muito sobre sua incapacidade de ambicionar coisas; apesar de não demonstrar seus sentimentos com relação a sentimentos mais pessoais, mostra-se indiferente quanto à possibilidade de ascender profissionalmente.

Sem ambição, ou projetos para alcançar ou obter uma posição econômica e social melhor para si mesmo [...], Meursault é um estrangeiro a esse mundo e à sua lógica utilitária. A ambição necessita que se tenha preferências e que se projete ao futuro, enquanto Meursault é perfeitamente *indiferente* a viver de um modo ou de outro (NOVELLO, 2010, p. 75).

Marie pergunta se Meursault quer casar-se com ela, e ele é indiferente, mas que o faria caso ela quisesse. Marie diz que ele é estranho, e isso fazia com que ela gostasse hoje dele, e a faria odiar ele um dia. Salamano o encontra quando ele volta a casa, depois de comer no restaurante de Celeste, em companhia da *moça robótica* que lhe chama a atenção — Meursault fica aficionado e segue uma moça que se senta à sua mesa no restaurante, pois possui movimentos e ações de autômato, sem expressar sentimentos. Salamano afirma que o cachorro tinha *velhice* — além da sarna —, e *a velhice não tinha cura*; também afirma que a Sra. Meursault gostava do cachorro. Falam sobre ele ter deixado a mãe no asilo e o fato de o pessoal do bairro o julgar mal por isso. Meursault, no entanto, nem fazia ideia de

que o julgavam negativamente por ter enviado a mãe aos cuidados no asilo, tampouco se importava com a opinião alheia acerca de sua vida.

Raymond, Meursault e Marie vão à praia, e, antes de entrar no ônibus, veem os árabes em uma tabacaria próxima. Meursault nada novamente com Marie. Aliás, uma das coisas que melhor define a Argélia, para Camus, é o mar, juntamente ao calor, e o nado, que sempre se mostra como uma oportunidade na qual Meursault expressa algum sentimento com relação à Marie, à vida. A água do mar fá-lo sentir vivo. Masson, Raymond e Meursault encontram o irmão da ex-namorada de Raymond e um amigo árabe na praia. Aqui, quando Meursault afirma que está com muito calor a ponto de sentir-se desorientado, além de estar bêbado, desenvolve-se o principal acontecimento do romance. Ao brigarem, um dos árabes ataca Raymond com uma faca. Mais tarde, Raymond sai a caminhar, e Meursault pega um revólver deste quando reencontram os árabes. No momento final, desiste de atirar quando os árabes veem a arma e fogem. Meursault está cansado e não queria dar novas explicações a Marie, então volta a caminhar na praia, encontra o sujeito sozinho, que saca a faca. Meursault dá um tiro e, depois, mais quatro, afirmando que estragou o equilíbrio da praia: “Era como quatro breves golpes que dava na porta da desgraça” [*Et c’était comme quatre coups brefs que je frappais sur la porte du malheur*] (CAMUS, 2005, p. 69). De acordo com Davis (2007, p. 107),

Quando, em *O Estrangeiro*, Meursault encontra um homem na praia e atira neste, ele pode ter [uma] mínima justificativa para matá-lo, mas não pode pensar em nenhuma razão para não o fazer. Outros são percebidos como vagamente ameaçando o bem-estar do sujeito, ou ainda impedem a realização de seus desejos e sonhos. Portanto, matar, seja pelo bem de meios políticos ou apenas para interesse próprio, pareceria uma resposta natural, e uma que não pode ser autoritativamente proibida se a existência de valores morais universais é negada.

Meursault é preso e não escolhe advogado para sua defesa, mas fica animado em saber que a justiça funciona tão bem a ponto de lhe indicar um defensor público. “Pareceu-me muito cômodo que a justiça se encarregara desses detalhes. [...] Estive de acordo e cheguei à conclusão de que a lei estava bem feita” [*J’ai trouvé qu’il était très commode que la justice se chargeât de ces détails. [...] Il m’a approuvé et a conclu que la loi était bien faite*] (CAMUS, 2005, p. 72). Isso indica que Meursault acredita na justiça, que, inclusive, lhe foi tão cômoda a ponto de ceder-lhe um advogado gratuitamente — na próxima seção, veremos como o estrangeiro, no Brasil, também parece acreditar cegamente na igualdade e na justiça da lei brasileira. Esse comportamento reflete um total desligamento da realidade ou uma crença fortemente justificada de que o sistema lhe será benevolente, pois não acredita na possibilidade de dolo em seu crime.

O advogado de defesa, ao encontrar-se com Meursault pela primeira vez, “perguntou-me se havia sentido pena aquele dia” [*Il m’a demandé si j’avais eu de la peine*]

ce jour-là] (CAMUS, 2005, p. 72). Meursault respondeu que “Sem dúvida, amo muito mamãe, mas isso não queria dizer nada. Todos os seres são haviam desejado mais ou menos a morte daqueles a quem amavam” [*Sans doute, j’aimais bien maman, mais cela ne voulait rien dire. Tous les êtres sains avaient plus ou moins souhaité la mort de ceux qu’ils aimaient*] (CAMUS, 2005, p. 72-73). O fato de ele pensar que amar sua mãe não significa nada é um dos pontos mais fortes de sua acusação, e o complemento de que todos os seres normais/saudáveis desejam, em determinadas ocasiões, a morte de seus entes queridos — que é uma questão de matiz psicológico e, por vezes, psiquiátrico — é desencorajado pelo advogado.

O tempo na prisão o faz perceber que está privado de liberdade para ir aos lugares que gosta e sente falta de pequenas coisas materiais que lhe davam prazer em sua vida pré-reclusão, assim como os desejos não satisfeitos por Marie — inclusive, percebe que essa privação de intimidade com sua parceira é um dos piores castigos impostos ali. Como o próprio Camus afirma no prefácio, é a falta de expressão de emoção de Meursault que o torna vítima de acusação, e não expressamente o crime de ter assassinado um árabe. Ele não mente no tribunal, portanto, afirma que não foi um *controle de emoções*, até porque isso só serve para pessoas que possuem algum grau de recepção emotiva, e, para ele, o enterro da mãe não foi nada especial. Na verdade, Meursault explica ao leitor nunca ter sido capaz de sentir remorso ou arrependimento por nada na vida.

O juiz de instrução é cristão e tenta, desde o primeiro encontro — sem o advogado de defesa — convencer-se de que Meursault é uma pessoa boa, mas percebe que ele não tem sentimentos, que é um *anticristo* — no sentido nietzschiano da palavra, isto é, não busca comiseração, arrependimento, redenção. Os presos que acompanham Meursault, em sua maioria, são árabes. E quando Marie vai visitá-lo e encorajá-lo a ter esperança para sair dali e casarem, há uma descrição de como os árabes e seus familiares comunicavam-se em um tom de voz mais baixo — enquanto a maioria gritava entre as paredes para comunicar-se com seus visitantes.

A relatividade do tempo faz com que Meursault perca noção de quantos meses estava preso e comece a falar sozinho — em uma passagem, afirma-se que o processo dura mais de 11 meses. Havia jornalistas nos dias de seu julgamento com júri, e o promotor pergunta à Meursault sobre sua *intencionalidade* em voltar à praia e matar o árabe, mas o personagem responde: “Disse rapidamente, mesclando um pouco as palavras e me dando conta do ridículo, que havia sido por causa do sol” [*J’ai dit rapidement, en mêlant un peu les mots et en me rendant compte de mon ridicule, que c’était à cause du soleil*] (CAMUS, 2005, p. 90). O público presente ri e não compreende; o leitor, no entanto, compreende o incômodo do sol somado ao efeito do vinho bebido anteriormente. De acordo com McCarty (2004, p. 62),

O advogado não declara que Meursault não deva ser punido ou que não deva sentir remorso. Quanto à acusação, reconstrói um Meursault que não mostra traços de incoerência. Ele é um duro criminoso que se recusa a chorar no funeral

de sua mãe, envolve-se em vínculos irregulares no dia seguinte, tem conexões submundanas e comete um assassinato premeditado.

A única vontade de chorar de Meursault foi durante o julgamento, quando percebeu o quanto todos que ali estavam o odiavam. O fato de ter saído com Marie no dia seguinte ao do enterro de sua mãe também foi julgado, como um adendo de imoralidade e de comportamento fora do *padrão de bons costumes*. O processo não o julga pelo crime obviamente confesso e cometido, mas por sua indiferença na expressão de emoções adequadas. Em certo ponto, o advogado de defesa chega a perguntar-se quanto ao real conteúdo da acusação: “Enfim, acusam-lhe de haver enterrado sua mãe ou de haver matado um homem?” [«Enfin, est-il accuse d’avoir enterré sa mère ou d’avoir tué un homme?»] (CAMUS, 2005, p. 87).

A promotoria quer demonstrar que Meursault teve intenção no crime: “Provarei, senhores, e provarei duplamente. Sob a deslumbrante claridade dos fatos, em primeiro lugar, e, em seguida, na obscura iluminação que me proporciona a psicologia desta alma criminoso” [«J’en ferai la preuve, messieurs, et je la ferai doublement. Sous l’aveuglante clarté des faits d’abord et ensuite dans l’éclairage sombre que me fournira la psychologie de cette âme criminelle»] (CAMUS, 2005, p. 88). Meursault ouve tudo que dizem sobre si, pois afirma saber que estão falando de sua alma. O promotor acusa-o de ser um *monstro* por ser incapaz de sentir algo, o que justificaria a pena capital. O advogado de Meursault diz que provavelmente a pena seria leve, mas o juiz decide decapitá-lo em público. Aqui, tal atitude faz com que Meursault pense em uma história que sua mãe contara sobre seu pai, que havia presenciado uma punição pela guilhotina e vomitado a manhã inteira, que, na verdade, revela uma lembrança real do pai de Camus (SHERMAN, 2009, p. 18). De acordo com Bloom (2008, p. 14), “Ironicamente, enquanto Meursault mata um árabe e é visto como desprezível, a sociedade mata Meursault e sente isso como uma resposta adequada”.

Meursault reflete sobre sua função atual: “Em suma, o condenado estava obrigado a colaborar moralmente. Por seu próprio interesse tudo devia andar sem tropeços” [«En somme, le condamné était obligé de collaborer moralement. C’était son intérêt que tout marchât sans accroc»] (CAMUS, 2005, p. 93). Isso revela que, ao final, Meursault tem coragem para aceitar sua morte, pois não pede para atenuar a pena, aceitando-a com serenidade. Começa a lembrar de ditados e ensinamentos da mãe, enquanto espera a morte, o que mostra que sua relação com a mãe não poderia ser tão conturbada. Sua aceitação da finitude se deve a uma visão de mundo muito niilista, especialmente quando afirma que “[...] todo mundo sabe que a vida não vale a pena de ser vivida” [«[...] tout le monde sait que la vie ne vaut pas la peine d’être vécue»] (CAMUS, 2005, p. 94).

À espera da morte, Meursault encontra-se com um capelão na prisão, ao qual afirma que é uma perda de tempo se confessar perante Deus — trata-se da última de inúmeras tentativas. O capelão diz que ele pode ver um rosto divino no meio da obscuridade, e ele vê o de Marie. O capelão fica chateado com o fato de Meursault não

chamá-lo de *padre*, mas de *senhor*, e como o capelão insiste, Meursault acaba brigando com ele e dizendo que ninguém tem o direito de julgar ninguém, e não dá a mínima pelos critérios de seu julgamento: “Que importava se, acusado de morte, era executado por não haver chorado no enterro de sua mãe?” [*Qu’importait si, accuse de meurtre, il était execute pour n’avoir pas pleuré à l’enterrement de sa mère?*] (CAMUS, 2005, p. 97).

Por fim, compreende-se que a humanidade é indiferente, assim como ele, pois permite que ele seja executado de braços cruzados. A vontade popular no júri representa uma morte que justifica outra por acreditarem no *modus operandi* da acusação, que relaciona o fato de Meursault ser um personagem introspectivo, um tanto *autista*, apresentando-se como antissocial e com problemas de relacionamento com as pessoas. Meursault é um estranho/estrangeiro justamente por não expressar sentimentos, por ser antissocial e indiferente, por representar, por vezes, o discurso mais autêntico das pessoas, que se deixam levar em suas vidas por uma existência hipócrita e insatisfeita. Sua vida indiferente é descrita inúmeras vezes como realizada, sem maiores ambições, aceitando-a com naturalidade, um dia após o outro. Trata-se de uma vida sem frustrações, sem maiores dores, verdadeira. E quem disse que a vida de quem é autêntico é necessariamente feliz aos parâmetros sociais estabelecidos?

2 O SER ESTRANGEIRO NO BRASIL

Eu me sinto um estrangeiro/ Passageiro de algum trem/ Que não passa por aí/
Que não passa de ilusão (A Revolta de Dândis I, Engenheiros do Hawaii)

A seguir, trataremos de como a figura do estrangeiro e de quem vive às margens da sociedade brasileira como um estranho às leis e à justiça pode ser vista, atualmente, no crescente número de imigrantes e refugiados que buscam o Brasil como forma de proteção, mas que, como veremos, continuam sendo estrangeiros e não são facilmente reconhecidos como iguais em nossa sociedade. Trataremos de apresentar alguns aspectos do *estatuto do estrangeiro* e dos limites de sua aplicação na vida dos imigrantes/refugiados contemporâneos. Junto a isso, traçaremos um paralelo entre a figura da obra *O Estrangeiro*, ressaltando a perspectiva destes que buscam segurança e algum tipo de subsistência de suas vidas e da vida de seus familiares.

Logo de início, o estatuto supracitado apresenta excertos da Constituição relativos aos estrangeiros. No Art. 5º, como bem sabemos, fala-se na igualdade de *brasileiros* e *estrangeiros residentes no país*, quanto à liberdade, à segurança e à propriedade (BRASIL,

1989). No entanto, como tentaremos mostrar, a pretensa igualdade não é amplamente e irrestritamente expressa na legislação de 1970 e 1980, que, além de desatualizada, não aparelha o Estado adequadamente para lidar com situações atuais, como a entrada de milhares de refugiados de outros países, especialmente os haitianos e os sírios.¹⁴³

Assim como Meursault, os estrangeiros que vivem atualmente no Brasil acreditam na justiça do país. Em tempos de paz, o[s] estrangeiro[s] podem entrar, transitar e sair de nosso país ao seu bel-prazer. Basicamente, a concessão, a prorrogação e a transformação do tipo de visto para estrangeiros depende exclusivamente do *interesse nacional*. Resumidamente, o estrangeiro pode adquirir e modificar um tipo de visto se estiver prestando algum serviço específico e necessário ao nosso país; do contrário, sua permissão para residir no Brasil é temporária e incerta. No Art. 6º da Lei nº 6.815/80 fica expresso que a posse ou a propriedade de bens no Brasil não dá direito de obtenção de visto por qualquer estrangeiro ou autorização para que possa permanecer em território nacional (BRASIL, 1980, 2013). Nesse caso, conforme o Art. 16 da referida lei, o imigrante que tenta se fixar permanentemente no Brasil — com visto permanente — deve estar relacionado ao desenvolvimento da mão de obra específica, ao aumento de produtividade, isto é, operando em uma realidade que barganha a segurança de vida por trabalho.

Além disso, existem, na Lei nº 6.815/80, dispositivos legais que regulamentam esta questão:

Art. 28. O estrangeiro admitido no território nacional na condição de asilado político ficará sujeito, além dos deveres que lhe forem impostos pelo Direito Internacional, a cumprir as disposições da legislação vigente e as que o Governo brasileiro lhe fixar. Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na renúncia ao asilo e impedirá o reingresso nessa condição (BRASIL, 1980, 2013).

É importante recordar que, quanto aos princípios fundamentais das relações exteriores no Brasil, estes estão analisados em termos de relações exteriores na Constituição de 1988, no Art. 4º, apesar de as normas constitucionais relativas à inserção do Brasil no cenário internacional estarem dispostas em outros institutos do texto. Vale ressaltar que a Constituição é decorrente de um momento histórico e de um processo de

¹⁴³ Apesar de o sistema legal não ser o mais atualizado em termos de garantias mais permanentes para os estrangeiros imigrantes no Brasil, não podemos deixar de destacar o empenho do Ministério da Justiça do Brasil, que se empenhou em registrar e conceder carteiras de trabalho para que imigrantes haitianos tivessem o mínimo de reconhecimento de condições de trabalho e seguridade social. Mais recentemente, a notícia que uma embarcação da Marinha do Brasil resgatou mais de 200 refugiados sírios e líbios no Mediterrâneo ganhou repercussão internacional, o que mostra uma postura receptiva, que contraria a postura de diversos países da União Europeia, que estão lidando de forma um tanto indiferente, tal como Meursault, frente à realidade destes seres humanos em situação tão delicada.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

elaboração que levaram ao tratamento detalhado de um elenco bastante grande de temas, dentre os quais: brasileiro, natural, naturalizado, estrangeiros e refugiados. Vê-se, nessa Constituição, não só a introdução de princípios originais no que se refere às relações externas, mas ainda a tentativa de reequilibrar as responsabilidades na condução da política externa do Estado.

O atual Art. 4º é resultado do Art. 26 de Anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Inicialmente, optou-se por observar os princípios constantes na Carta das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA), sem elencar um conjunto de parâmetros. Foi somente no segundo turno do Plenário que o Art. 4º recebeu a redação que conhecemos hoje:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político (BRASIL, 1988).

Entretanto, é possível verificar a insuficiência de um artigo que permita que o Direito Internacional seja fonte de Direito Interno, ou seja, ele não se vincula internamente, sendo necessário a internalização dessas normas por meio de regras constitucionais: aprovação, ratificação e publicação. Feitas as observações necessárias no que diz respeito ao tratamento do tema na Constituição de 1988, analisaremos especialmente os princípios elencados no Art. 4º da Magna Carta, conforme supracitado.

No inciso II, destaca-se como fundamento a “prevalência dos direitos humanos”, e sua apresentação como princípio deve-se ao fato do Brasil ser signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O país já deixa evidente, até constitucionalmente, o seu comprometimento em fazer valer esta questão tão largamente reconhecida e discutida pelos Estados. Nesse sentido, obedecer e respeitar os princípios de direitos humanos se torna mais que uma opção ética, mas uma obrigação política, filosófica, moral e constitucional. Contudo, vale advertir que, historicamente, a incorporação dos direitos humanos enquanto princípio norteador das relações internacionais é original na experiência constitucional pátria.

Quanto ao inciso IX, também inter-relacionado ao princípio da igualdade entre Estados, seu objetivo é o esforço no cumprimento de metas internacionais, como

democracia, erradicação da pobreza, desenvolvimento e outros. Supre, de forma mais incipiente, a proibição da guerra de conquista mencionada em outras Constituições, mas nutre seu foco não intervenção bélica — especialmente com relação às suas fronteiras pacíficas e reconhecidas reciprocamente, visto que o Brasil não tem razões para recorrer à guerra ou reconhecer nela mecanismo de resolução de conflito. Contudo, a Constituição sugere a cooperação entre os povos. A cooperação pode ocorrer através do bilateralismo ou do multilateralismo, que pretende unir esforços na busca de objetivos internacionais — o que explica, por exemplo, a facilitação na permissão de vistos para estrangeiros em razão de determinada prestação de serviço ou conhecimento técnico a ser instituído no país.

Por fim, o inciso X abre fronteiras jurídicas no sentido de oportunizar a concessão de abrigo àqueles que possuem seus direitos políticos ameaçados, sofrem perseguição em seu país de origem ou naquele em que reside — como é o caso dos haitianos imigrando ao Brasil, tal mais como senegaleses e, mais recentemente, os sírios. É uma lacuna jurídica utilizada para proporcionar a paz e harmonizar conflitos, já que, nesse dispositivo, não há nenhuma condição ou impedimento à concessão de asilo, mas isso não significa dizer que eles não existam, sendo o primeiro deles a categoria política, ou seja, a perseguição sofrida deve ser decorrente de ideais políticos, jamais criminais ou de outra natureza.

Sarlet (2001) assevera que, apesar de serem utilizados direitos humanos e direitos fundamentais como sinônimo, ambos possuem um significado distinto. Segundo o autor, para os que preferem o termo “direitos humanos”, é preciso referir qual dos prismas que estão analisando, ou seja, pelo direito internacional ou na sua dimensão constitucional positiva (SARLET, 2001, p. 35). E no que se refere à conceituação jurídica contemporânea de direitos humanos, Trindade (1997, p. 19) propõe que os direitos humanos são inerentes a cada ser humano e inalienáveis; estes, por sua vez antecedem os direitos dos Estados, visto que o poder estatal deriva da vontade do povo, e a justiça prima sobre o direito estatal positivo.

Atualmente, assumiu mais relevância o debate acerca da questão dos refugiados e seu processo de reconhecimento no Estado-nação. Recorde-se que para um indivíduo ser considerado refugiado, ele deve sofrer algum tipo de perseguição de ordem política/ideológica, conforme já mencionado anteriormente neste artigo. Os refugiados são amparados normativamente pela Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados (ONU, 1951), que foi estabelecida com objetivo de regular o status de refugiado. A convenção veio a ser alterada com a ratificação do Protocolo de 1967, com intuito de atender as novas situações geradoras de conflitos e perseguições. Hoje, o órgão que está em atividade a fim de apreciar as condições dos refugiados é o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), que labora no sentido de auxiliar os refugiados em busca de proteção. Voltando ao aparato jurídico brasileiro, podemos

destacar que, em última análise, o Ministério das Relações Exteriores pode conceder, prorrogar ou dispensar a necessidade de vistos diplomáticos, oficial e cortesia. Nesses casos, não há necessidade de exclusividade do vínculo da estadia no país com algum trabalho a ser exercido em prol do país. Além disso, o estrangeiro não tem segurança, pois pode ser deportado, expulso ou extraditado a qualquer momento, a depender da decisão de autoridades nacionais brasileiras. Dessa forma, os estrangeiros vivem como Meursault, um dia após o outro, sem muitas perspectivas, sem chance de planejamentos e projetos para um futuro que é sempre incerto. Como ressalta o Art. 105 da lei supracitada, o estrangeiro não pode operar navio nacional, ser proprietário de empresa jornalística ou de qualquer espécie de comunicação, responsável intelectual ou administrativo destas, obter autorização para pesquisa e prospecção de jazidas em geral, ser proprietário de aeronave, entre outras funções que lidam diretamente com a segurança e a soberania do país — com exceção dos imigrantes portugueses, que têm algumas regalias reconhecidas (BRASIL, 1980, 2013).

Conforme o Art. 107 do mesmo corpo legal, o estrangeiro também não pode exercer função política ou sindical. Isso significa que sua voz, no que tange à expressão de descontentamento ou na sensação de representatividade enquanto imigrante é restrita e limitada. A esperança do estrangeiro está na *naturalização*, que ocorre por meio de pedido ao Ministério da Justiça, que exige, entre outras coisas, que o estrangeiro viva há pelo menos quatro anos ininterruptos no país, tenha proficiência no idioma português, tanto na leitura quanto na escrita, trabalhe para a manutenção de sua própria vida e de possíveis dependentes familiares, não tenha denúncia nem condenação dentro ou fora do país e goze de boa saúde. De acordo com o Art. 113, o prazo supracitado pode ser minimizado, caso o estrangeiro com visto permanente tenha alguma habilidade científica, artística e/ou intelectual para o país, assim como se for filho de brasileiro ou ter filho ou cônjuge brasileiro. Ironicamente, caso seja proprietário de um patrimônio de 2,7 milhões, também pode ter seu prazo de carência no processo de naturalização reduzido.

Por fim, vale ressaltar que apesar de a lei brasileira ter sido referendada de acordo com os parâmetros da ONU e de outros organismos internacionais de garantia aos direitos humanos, é cabível atualizar e contextualizar a situação dos estrangeiros no Brasil, dado o aumento da demanda e da recepção de imigrantes, estrangeiros e refugiados em nosso país. Além disso, gostaríamos de enfatizar que a remodelação das leis com relação ao estrangeiro que busca viver no país também alteraria a percepção da população brasileira diante destes que vêm ao Brasil com um pano de fundo cultural, social, econômico, religioso e filosófico diferente, dando abertura à alteridade e ao respeito ao diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com a música dos *Engenheiros do Hawaii*, epígrafe de nossa segunda seção, a sensação de *ser estrangeiro é ser passageiro de um trem ilusório*, isto é, de algumas falsas garantias de direitos ou garantias muito sensíveis. O estrangeiro é aquele que não se sente à vontade e não é encarado como um *igual*, pois sempre permanece uma mácula da diferença, da idiossincrasia, do *não mesmo*. Ser estrangeiro é ser *estranho*, ser *alheio*, ser *aquém* do status convencional, e, a partir da obra camusiana, fica bem claro qual o sentimento de quem se sente à parte da sociedade na qual está inserido.

No presente artigo, mostramos como a literatura camusiana é fática, isto é, diz respeito às nossas vidas, às existências humanas, além de trazer à tona uma discussão atualíssima tanto sobre a qualidade de *ser estrangeiro* e a adequação do sistema legal brasileiro com relação à realidade que vivemos, de acolhimento de populações estrangeiras, imigrantes e refugiados. Nesse sentido, a literatura trata com maior liberdade e leveza de um tema sério e difícil de ser contornado e resolvido mesmo com os avanços das supostas garantias de direitos humanos reconhecidas por cúpulas internacionais.

Na primeira seção, buscamos traçar uma interpretação fenomenológica de *O Estrangeiro*, de Albert Camus, recontando os principais aspectos do curto romance do autor e enfatizando alguns aspectos não tão usuais na interpretação deste. Ressaltamos alguns aspectos autobiográficos do autor e de sua condição de franco-argelino, que nos faz pensar na composição literária de outra forma, pois expressa a forma e o preconceito com relação àqueles que faziam parte da colônia francesa. Junto a isso, mostramos que a perspectiva filosófica de Camus se expressa em conceitos como *absurdo* e *vida nua*, que mostram a noção do homem contemporâneo e seu modo de agir com indiferença quanto ao Outro — o que explica um pouco de nossa relação, enquanto brasileiros, em contato com o estrangeiro que aqui chegam. Além disso, exploramos como as relações com o estrangeiro literário, aquele indivíduo que não consegue viver naturalmente conforme os parâmetros convencionalmente aceitos, desdobra-se e ajuda a pensar o estrangeiro real, que vive na condição de imigrante e/ou refugiado na contemporaneidade, especialmente os que direcionam-se ao Brasil.

Na segunda seção, tratamos da ligação do perfil do *estrangeiro* com relação ao aparato legal brasileiro. Nesse sentido, exploramos o *Manual do Estrangeiro*, que engloba especialmente a Lei nº 6.815/80 e seus desdobramentos posteriores, que enquadra o estrangeiro como um cidadão marginalizado, que depende do interesse do Estado brasileiro em alguma habilidade sua, alguma prestação de serviço técnico essencial para iniciar ou renovar seu visto de permanência no país. Ressaltamos que, apesar de a lei brasileira estar atrelada às propostas da ONU quanto ao acolhimento de estrangeiros em solo nacional, carecemos de uma renovação no tratamento mais acurado e específico sobre o estrangeiro,

especialmente pela crescente demanda que o país gera ao acolher inúmeros estrangeiros que passam a viver e exigir direitos conforme sua disposição de cidadania no país.

Por fim, ressaltamos que pensar o estrangeiro é também pensar em nosso modo de vida, nosso modo de conduzir a política, a economia, as mudanças de aspectos sociais. Refletir sobre a figura do estrangeiro em nosso país, na contemporaneidade, é também exercitar a alteridade e propor uma renovação de nossas leis quanto à relação com os estrangeiros, visto que vivemos um momento de extrema efervescência e fluxo migratório não presenciado desde o final da década de 40 do século passado. Adicionalmente, nossas elucubrações sobre o estrangeiro também se constituem como exercícios éticos, pois nos obrigam a pensar no outro, no diferente e no modo como o tratamos — diferentemente de Meursault, que era expressava sua indiferença com relação às convenções sociais —, ressaltando o quanto precisamos repensar nossa postura diante destes que buscam o Brasil fugindo da guerra, da violência, da extrema pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOM, Harold. *Bloom's Guides: Albert Camu's The Stranger*. Edited and with an introduction by Harold Bloom. New York: Infobase Publishing, 2008.

BRASIL. *Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980*. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm>. Acesso em: 5 dez. 2015.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 5 dez. 2015.

_____. *Estatuto do estrangeiro*: regulamentação e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2013.

CAMUS, Albert. *L'Etranger*. Edited by Ray Davison. London; New York: Routledge, 2005.

CARROLL, David. Rethinking the Absurd: *Le Mythe de Sisyphe*. In: HUGHES, Edward J. (Ed.). *The Cambridge Companion to Camus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 53-66.

DAVIS, Colin. Violence and Ethics in Camus. In: HUGHES, Edward J. (Ed.). *The Cambridge Companion to Camus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 106-117.

DAVISON, Ray. Introduction. In: CAMUS, Albert. *L'Etranger*. Edited by Ray Davison. London; New York: Routledge, 2005. p. 1-30.

ENGENHEIROS DO HAWAII. *A Revolta dos Dândis I*. [S.l., 1987]. Disponível em <<http://www.vagalume.com.br/engenheiros-do-hawaii/a-revolta-dos-dandis-i.html>>. Acesso em: 5 dez. 2015.

MARGERRISON, Christine. "*Ces forces obscures de l'âme*": Women, race and origins in the writings of Albert Camus. Amsterdam; New York: Rodopi, 2008.

McCARTY, Patrick. *Camus: The Stranger*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NOVELLO, Samantha. *Albert Camus as Political Thinker: Nihilisms and the Politics of Contempt*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Genebra, 1951. Disponível em:
<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 5 dez. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2001.

SESSLER, Tal. *Levinas and Camus: Humanism for the Twenty-First Century*. London: Continuum, 2008.

SOLOMON, Robert C. *Dark Feelings, Grim Thoughts: Experience and Reflection in Camus and Sartre*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SHERMAN, David. *Camus*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos, Volume I*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v5i9>

O ESTRANGEIRO E A SUA ABSURDIDADE

Celso Augusto Nunes da Conceição¹⁴⁴

Ângela KRETSCHMANN¹⁴⁵

Resumo: O pensamento contrassensual ou inconsistente sempre causa desconforto intelectual quando uma decisão foge ao bom senso de qualquer situação. É justamente do que trata a obra “O Estrangeiro”, de Albert Camus, em que o personagem principal foi condenado não pelo seu crime, mas pela sua conduta social. E como recentemente o Brasil aplicou o Acordo Ortográfico de 2009, mesmo sabendo que os outros países lusófonos ainda o estão discutindo, a relação entre a obra e esse “(des)acordo” hibridiza tanto a expressão “estrangeiro” como os absurdos ocorridos nos dois casos. A partir disso, é possível apresentar o percurso de ambos e as suas vicissitudes que geraram os argumentos falaciosos constituintes das absurdidades.

Palavras-chaves: Estrangeiro, Absurdo, Falácia

Abstract: The dissent or inconsistent thinking always causes intellectual distress when a decision is beyond the common sense in any situation. It is precisely what the book “The Stranger” written by Albert Camus show us, where the main character was convicted not for his crime, but by their social conduct. And as recently Brazil applied the 2009 Orthographic Agreement, even though the other Portuguese-speaking countries still are discussing it, the relationship between the work and that “(dis)agreement” hybridizes both “foreign” words as the absurdities occurred in two cases. From this, it is possibly to display the route of both which led to the fallacious arguments constituents of absurdities.

Keywords: Stranger, Absurd, Fallacy

¹⁴⁴ Professor das disciplinas de *Português Jurídico e Direito e Linguagem* no Cesuca, Mestre e Doutor em Linguística Aplicada na PUCRS e atualmente finalizando o Pós-Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

¹⁴⁵ Professora e diretora de pesquisa do Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha/RS (Cesuca). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/RS). Pós-doutora pelo Institut für Information, Telecommunication and Media Law (ITM), Münster, Alemanha. Professora do Mestrado em Direito da Empresa e Negócios da Unisinos.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

Sumário: Introdução; 1. A absurdidade; 2. Percurso do “estrangeiro” na obra de Camus; 3. Experiência ontológica de um “estrangeiro” brasileiro em Portugal; Considerações finais; Referências bibliográficas.

INTRODUÇÃO

Propositadamente, a expressão “o estrangeiro” no título deste artigo não oferece destaque para que se estabeleça, no mínimo, duplo sentido: a obra de Albert Camus, “O Estrangeiro”, e o percurso de uma mudança ortográfica denominada “Acordo” em solo brasileiro, sem que o povo pudesse anuir com tal “estrangeirismo”. Os contextos são distintos, os absurdos se repetem sem cessar.

O ponto comum entre esses “estrangeiros” é a absurdidade cometida pelas autoridades de órgãos públicos e privados, em que o primeiro se refere à área jurídica, e o segundo a um poder dito autônomo. Sendo mais preciso nas referências desses dois órgãos, um cometerá o absurdo de condenar alguém por um crime com base em questões de comportamento, morais e culturais (ou seja, o homicídio é investigado a partir do comportamento “absurdo” de alheamento do personagem principal em relação a sentimentos que a comunidade exigia que ele sentisse e expressasse), enquanto que o outro provocará o absurdo de implantar uma reforma ortográfica sem a anuência de quem realmente precisaria ser ouvido: o povo.

Duas narrações estão no eixo condutor dessa pretensa analogia e convergem para que o elo da contrassensualidade seja percebido na trajetória de vida que esses dois “estrangeiros” têm em comum: o absurdo.

Aparentemente a palavra ‘absurdo’ é entendida pelas pessoas como “ausência de razão”¹⁴⁶, mesmo sem o uso de dicionários, ou seja, o significado é depreendido popularmente pelo senso comum. Porém, em um estudo científico, existe a necessidade de adequações conceituais aplicadas a várias áreas do conhecimento. Diante disso, a

¹⁴⁶ Segundo Houaiss (2009), a palavra ‘razão’ significa, na rubrica geral, “faculdade de raciocinar, apreender, compreender, ponderar, julgar; a inteligência”; na filosófica, 1) “faculdade humana da linguagem e do pensamento, voltada para a apreensão cognitiva da realidade, em contraste com a função desempenhada pelos sentidos na captação de percepções imediatas e não refletidas do mundo externo”; 2) “o pensamento moral, em sua função de orientar a conduta humana, prevendo as consequências e avaliando o significado das ações”; e 3) “*no cartesianismo*, faculdade caracterizada por seu poder de discernimento entre o verdadeiro e o falso, ou o bem e o mal”. Esses significados estão como notas de rodapé por não integrarem o escopo do artigo, que trata das absurdidades, o que será explicitamente esclarecido no decorrer de suas exposições.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

plurissignificação de ‘absurdo’, e de suas derivadas, será contemplada por visões teóricas distintas, bem como algumas exemplificações.

1. ABSURDIDADE

A significação neste artigo é um dos pontos mais relevantes para que seja possível entender o que de fato aconteceu com o protagonista da obra de Camus, Meursault, o argelino que matou um árabe e foi condenado por outro motivo, e com o acadêmico brasileiro que atravessou o oceano Atlântico para fazer conferências sobre o “(Des)acordo¹⁴⁷ Ortográfico de 2009¹⁴⁸” e se deparou com uma das maiores atrocidades linguísticas provocada pela Academia Brasileira de Letras – ABL, o Acordo Ortográfico de 2009, além de se deparar com um Referendo¹⁴⁹ contra esse próprio acordo, em Portugal.

Etimologicamente, a palavra ‘absurdidade’ tem origem no latim, significando “som desagradável, cacofonia, proposição contrária à razão, paradoxo, disparate” (HOUAISS, 2009). Com o passar do tempo, as significações foram se alterando à medida de suas relações com o meio social, chegando aos nossos dias com algumas alterações e inclusões, a saber: 1) “qualidade, condição ou estado do que é absurdo”; e 2) “contradição lógica ou inconsistência; absurdo, disparate” (HOUAISS, 2009).

Na filosofia (MARCONDES & JAPIASSÚ, 2006, p. 2), há pelo menos quatro abordagens acerca da palavra ‘absurdo’:

1. Aquilo que viola as leis da lógica por ser totalmente contraditório. É distinto do *falso*, que pode não ser contraditório. Ex.: a existência do movimento perpétuo. A *demonstração por absurdo* é aquela que demonstra uma proposição tentando provar que sua contraditória conduz a uma consequência manifestamente falsa; ora, de duas proposições contraditórias, se uma é verdadeira, a outra será necessariamente falsa, e vice-versa. *Ver* Zenão de Eleia;

2. O pai da filosofia do absurdo é Kierkegaard. Em sua oposição ao hegelianismo, ele afirma a impossibilidade de incluir totalmente o *indivíduo¹⁵⁰ (como subjetividade) numa sistemática racional e a

¹⁴⁷ Por que o prefixo ‘Des’ antecedendo a palavra ‘acordo’? Porque é uma forma de ironizar a proposta de um acordo que está gerando mais problemas do que propriamente solução para a unificação linguística nos países lusófonos e continua a gerar desentendimentos sem que se preveja a sua resolução. É também pela questão temporal, em que primeiro se estabeleceu o acordo e depois, com exceção do Brasil, os países ainda não o aplicaram-na sua totalidade. Portugal conseguiu, por decreto, aplicar somente aos órgãos públicos, incluindo as escolas do Estado.

¹⁴⁸ Na verdade, o ano que deu origem às reformas ortográficas é 1990, conforme será relatado a seguir.

¹⁴⁹ WORDPRESS. Referendo ao “Acordo Ortográfico de 1990”. Disponível em <<https://referendoao90.wordpress.com/>>. Acesso em 7 jan 2016.

¹⁵⁰ (lat. Individuum: corpo indivisível) 1. Tudo aquilo que constitui uma unidade, não podendo ser dividido sem descaracterizar-se como tal. Objeto simples, sem partes. Aquilo que é contável. Algo que possui características próprias que o distinguem das outras coisas. 2. Do ponto de vista do problema dos universais,

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

necessidade de fundar uma ética religiosa alicerçada na crença de uma transcendência inacessível. O absurdo é a distância da subjetividade relativamente à razão considerada como uma tentativa para estabelecer um sistema racional do mundo: é a distância entre o finito e o infinito, isto é, o lugar do silêncio de Deus.

3. Na filosofia existencialista, impossibilidade de se justificar racionalmente a existência das coisas e de lhes conferir um sentido. Sarte, ao ligar o absurdo e a existência de Deus, define-o como a impossibilidade, para o homem, de ser o fundamento de sua própria existência: o homem é “uma paixão inútil”, destinado a “ex-sistir”, a ser ser para além dele mesmo como uma consciência, como um *para-si*, isto é, um nada; ele está “condenado a ser livre”, a ser responsável por seu ser e por sua própria razão de ser.

4. A partir das obras de Camus e de Kafka, fala-se muito do absurdo, notadamente no domínio da moral ou da metafísica, para designar o “incompreensível”, o “desprovido de sentido” e o “sem finalidade”.

Importante destacar essas fontes de aproximação semântica dos significados com as suas respectivas palavras: o dicionário de itens lexicais da língua portuguesa¹⁵¹ e o de termos filosóficos¹⁵². O primeiro abrange a questão etimológica da palavra desde a sua origem, passando por transformações baseadas nas mudanças culturais de uma dada língua; o segundo, a questão filosófica para restringir a palavra a áreas específicas do conhecimento humano, como também a seus respectivos teóricos. As contextualizações a seguir aproximam essas relações semânticas à irracionalidade de que nossa sociedade é acometida.

1.1 Lógica do absurdo

Através de relatos ficcionais, a crônica é um texto literário que extrai do cotidiano imediato personagens e fatos com o propósito de apresentar assuntos sociais de natureza distinta, podendo conter opiniões críticas e até polêmicas. Dito isso, o jornalista Raul Moreau (2005, p. 8-9) elabora a sua crônica relatando um fato vinculado a uma prática jurídica e inicia seu texto perguntando qual o significado da palavra ‘absurdo’. Consultados dicionários mais clássicos, responde à sua própria pergunta: “o absurdo é tudo aquilo que é contrário à razão, ao senso comum. Disparatado. Despropositado. Ato impensado”.

O autor começa seu relato descrevendo um acontecimento no município paulista de Biritiba Mirim, região protegida por lei ambiental em virtude de haver muitos riachos e vertentes cristalina. Diz que a cidade poderia se transformar num grande jardim botânico. Mas toda essa fatura gerou, por parte do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, várias proibições, dentre as quais a mais polêmica: “construir cemitérios”,

discute-se se só os particulares (este homem, esta maça) são indivíduos, ou se também os universais, tais como qualidades ou propriedades (a brancura, a justiça), também podem ser considerados indivíduos.

¹⁵¹ (HOUAISS, 2005)

¹⁵² (MARCONDES & JAPIASSÚ, 2006, p. 2)

criando um grande problema para o prefeito da cidade, que conhece a Lei Natural de que “Quem está vivo, um dia morrerá”. Instala-se aí um grande dilema: “como morrer em Biritiba Mirim se lá é proibido construir cemitérios?”, quase um paradoxo. Tentou driblar a proibição de várias maneiras, mas todas infrutíferas.

Para resolver esse absurdo, o prefeito encaminhou à Câmara Municipal um projeto que proíbe os habitantes de morrer, recebendo qualificações como ‘impossível, impraticável e ilógico’. O cronista Moreau (2005, 8-9) dá a entender que ele endoidou de vez, mas vai em sua defesa com a seguinte redação:

Pois saiba que o Prefeito está mais do que certo ao apelar para uma prática muito usada no Direito, onde é comum a demonstração do absurdo, ou seja, “o raciocínio que prova a verdade de uma proposição, provando o absurdo da proposição contrária”. Em outras palavras, o desesperado e iluminado Roberto Pereria da Silva, Prefeito do céu-inferno (não é mesmo?), respondeu ao CONAMA que, para vencer um doido, só um doido e meio.

Ele ainda faz uma provocação quando diz aos leitores que não concordam com o prefeito: “alerto que a solução restante seria mudar a cidade de lugar”, mantendo a coerência em sua crônica para que a absurdidade seja bem entendida, tanto pelo lado do prefeito, seu personagem, como pelo de si mesmo.

1.2 Falácias¹⁵³

A falácia é um argumento baseado em formas lógicas, mas que são alteradas em suas regras para se chegar a conclusões aparentemente irrefutáveis, chamada também de sofisma. O discurso persuasivo pode conter esse tipo de argumentação, muito comum nas decisões judiciais. Podem acontecer de forma intencional ou inadvertida sendo plausível ou não.

A plausibilidade está presente na obra de Camus, não pelo protagonista, mas pelos “homens da lei”. Destaca-se que o sistema sempre é passível de “muitos argumentos”, e isso pode ser decorrência do próprio Estado Democrático de Direito. Entretanto, é necessário lembrar que há uma integralidade do direito, que fundamenta-se em princípios inscritos em uma Constituição Federal, e como já foi dito, uma “muito palpável Constituição Federal, que possui uma história própria, dentro de uma história constitucional”¹⁵⁴ e de um marco histórico de um Estado que passou por diversas crises de poder.

¹⁵³ Na filosofia contemporânea, há três falácias que se distinguem pela sua natureza: 1. Falácia da falácia naturalista; 2. A falácia nos atos de fala; e 3. A falácia da asserção.

¹⁵⁴ KRETSCHMANN, Angela; WIEDEMANN, Ney. Argumentação Jurídica IN KRETSCHMANN, Angela, Org. Formação Jurídica II. Florianópolis, 2014. p. 53.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

O jurista Luís Alberto Warat (1985) apresenta, em seu artigo, algumas falácias jurídicas, que constituem os absurdos judiciais tão comuns em qualquer sociedade. E afirma que

“O uso das diversas classes de falácias, no discurso jurídico, varia segundo seu conteúdo e nível em que aparece. As falácias formais podem aparecer em qualquer discurso, portanto, também no discurso jurídico. Elas são cometidas muitas vezes por ignorância, erro ou por simples inadvertência, o que não exclui a possibilidade de que se apele às mesmas deliberadamente, com fins persuasivos, produzindo significações alternativas, através de transgressão das regras de derivação. Tal situação pode produzir-se em qualquer discurso jurídico. O uso das falácias formais pode dar-se nas apresentações dos letrados, nas sentenças judiciais e nas disposições legais.

Destaca ainda que “a nível da prática forense, é óbvio que os advogados fazem um grande uso das falácias não formais em defesa dos interesses de sua pátria”. Pode parecer absurdo em se tratando de “justiça”, mas a obra de Camus deixa clara a existência desse tipo de insensatez.

Para exemplificar a relação da falácia com esses dois estrangeiros, pode-se ressaltar primeiramente o que aconteceu com Mersault: sentença condenatória pelo crime de ser insensível e não o de ter matado alguém; quanto ao estrangeiro além-mar: a percepção de que a justificativa da ABL, alegando simplificação da ortografia dos países lusófonos, é falaciosa diante das diferenças culturais de cada país, o que aumentou em muito os problemas linguísticos.

E a falácia é a mídia brasileira afirmar que o acordo já está em vigência em Portugal. Está sim, mas somente por decreto aos órgãos públicos e escolas públicas, que foram obrigados por autoritarismo e arbitrariedade. Editoras, universidades e outras empresas particulares estão contrariamente à sua implantação. Em Portugal ainda há esperança de reversão, mas no Brasil já está sacramentado.

1.3 Absurdos linguísticos

Em 2009, começam os problemas: o que era para ser acordo, transforma-se em (des)acordo, porque a comunidade de Portugal, principalmente através da Academia das Ciências de Lisboa, questiona várias incongruências. E, no Brasil, a população começa a ficar desnorteada. O que mudou? Perguntam! E por quê? Era necessário? Vai ajudar para escrevermos melhor?

Como “acordos ortográficos” têm validade de quatro anos, a ortografia anterior é aceita por esse período sem que seja considerada erro, mantendo as duas paralelamente. A

previsão era para janeiro de 2013 entrar em vigência sozinho. Um decreto três dias antes, precisamente no dia 27 de dezembro de 2012, adiou a vigência do Acordo por mais três anos a fim de que a sociedade tivesse tempo para se atualizar.

Final de 2015, muita apreensão por parte da população brasileira, principalmente a educacional, porque a maioria dos professores ainda não conhecia as mudanças ortográficas. A esperança de um novo decreto existia, mas, tanto a ABL quanto o governo sabiam que esse acordo estava provocando, no mínimo, mal estar na sociedade. Inclusive, havia uma comissão no Senado para discutir esse assunto, precisamente nos dias 21 e 22 de outubro de 2014, tendo a ABL, através do professor Bechara, comparecido às duas reuniões para explicar e debater com os especialistas em língua portuguesa. Os vídeos desses encontros estão na internet. Pensava-se que a partir dali a população receberia de presente um retorno ao que não deveria ter sido alterado. O que aconteceu depois? Ninguém sabe!

No dia primeiro de janeiro de 2016 entraram em vigor as novas regras, mesmo com todos os problemas de conhecimento dos que decidem e da própria mídia, omissa ou conivente. Academia não intercede para que o acordo seja adiado, ...

Efetivamente, o que mudou nas regras ortográficas?

Houve alteração no trema, ditongos abertos, hiatos, hífen. E praticamente todas elas já estão registrados no VOLP¹⁵⁵ – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que são diferentes no Brasil, Portugal e noutros países lusófonos.

Uma das características VOLP é tornar oficial qualquer palavra do uso comum. Se ela já estiver sendo utilizada pela sociedade, ela é formalmente registrada. O problema é quanto aos critérios envolvidos para que isso aconteça.

Por exemplo, no sul do país há uma palavra que é produzida pelos gaúchos: ‘ciclano’, uma variação de ‘sicrano’. Normalmente casos como esse não são incorporados porque “corrompem” a língua portuguesa, segundo alguns gramáticos, chamados de puristas da língua. Esse é um caso estranho porque há uma palavra grafada desta forma, mas que existe representando a combinação de duas substâncias químicas. Então podemos inferir que a palavra produzida pelos gaúchos existe, mas pode não estar lá, existe e pode estar lá por entenderem que o registro foi adequado, e que existe e pode estar lá por coincidência à outra da área da química.

Outra situação é quanto à palavra ‘gratuito’, considerada como ditongo na sua pronúncia, mas a maioria do povo brasileiro fala de forma hiatizada, ou seja, coloca a tonicidade somente na vogal ‘i’. Este já é um caso existencial melhor entendido porque a

¹⁵⁵ Está disponível também no site da Academia Brasileira de Letras (2009). Ressalta-se que há muitos erros nas alterações que não foram revistas antes da inclusão no VOLP.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

palavra existe na comunidade brasileira com a pronúncia hiatizada. Por que ainda não foi registrada no VOLP? Absurdo, descaso ou incompetência? Ou o quê?

Em linhas gerais, o trema não é mais utilizado, com exceção dos topônimos e antropônimos; eliminaram os acentos nos ditongos abertos que estão nas paroxítonas; eliminaram o acento no hiato tônico quando precedido de ditongo; e o hífen continua infernizando a vida do cidadão brasileiro, constituindo-se em um capítulo à parte.

Além das outras mudanças, os lexicógrafos da Academia Brasileira de Letras resolveram estabelecer critério semântico para a eliminação do hífen: as palavras compostas por justaposição podem dar lugar à aglutinação. Antes da reforma, escrevia-se “para-quedas” com hífen para manter a integridade das palavras. Agora ‘paraquedas’ é uma palavra não mais composta por suas partes. Seguindo essa mesma lógica, a palavra ‘guarda-chuva’ deveria ter o seu hífen retirado? Deveria, até porque, se fosse para guardar a chuva, a sua forma deveria ser côncava e não convexa. Outras incongruências desse tipo também aconteceram.

2. O PERCURSO DO “ESTRANGEIRO” NA OBRA DE CAMUS

Protagonista da obra de Camus, Meursault é um estrangeiro francês que trabalha em um escritório na Argélia. Foi chamado para uma cidade próxima em função do falecimento de sua mãe, que morava em um asilo de velhos. Chegando no velório, aparentemente não manifesta qualquer emoção, deixando transparecer às pessoas que ali estavam um comportamento nada convencional, como se fosse desprovido de sensibilidade. Já recebera

a primeira tácita condenação. No outro dia, vai ao enterro de sua mãe, manifestando igual comportamento do dia anterior, a indiferença diante dos fatos.

No domingo, Meursault toma banho de praia com uma antiga datilógrafa do escritório em que trabalhava. Ela quer casar com ele e faz o pedido. Ele aceita sem demonstrar alguma afetividade amorosa, ou seja, aceita o casamento mesmo sem a amar. Esses fatos vão acontecendo sob os olhares do pessoal da região. Sem dúvida, suas atitudes são consideradas estranhas e absurdas.

No seu prédio, convive com um vizinho de porta. A narrativa não define a relação como amizade, somente conhecidos. Esse vizinho se envolveu em uma briga com árabes, levando a pior. Depois de um certo tempo, os dois andavam pela praia e avistaram os tais árabes. Meursault pede o revólver do vizinho para que lutassem como homens, mas um dos árabes faz um movimento de que iria pegar algo, era uma navalha. Meursault pega o

revólver e, vendo que o árabe a estava usando, desfere um tiro e em seguida mais quatro. Oito dias depois foi preso.

Começa a fase processual em que o “estrangeiro”, insensível aos acontecimentos, é chamado a responder perguntas ao promotor. A partir daqui, há uma recorrência à história para apresentar de fato uma reflexão sobre o absurdo. O promotor tenta provar que o homem que não chora pela morte de sua própria mãe é culpado de tudo. Mersault se despreocupa perante tal inquisição, o que deixa o advogado perplexo. Na verdade, parece que o “estrangeiro” se resigna a aceitar a condução do processo por entender que nada pode fazer em uma sociedade que já carrega suas premissas para os comportamentos das pessoas.

Seu advogado ainda tenta ajudá-lo, mas em vão. E já no julgamento, na hora da sentença, Mersault reflete sobre sua condição:

Portas bateram. Pessoas corriam pelas escadas, não sei se longe ou se perto de onde eu estava. Depois ouvi uma voz surda ler qualquer coisa na sala. Quando a campainha soou novamente e a porta se abriu, foi o silêncio da sala que chegou até mim, o silêncio, e aquela sensação singular que experimentei ao constatar que o jovem jornalista tinha desviado o olhar. Não olhei para o lado de Marie. Aliás não tive tempo pois o presidente me disse de um modo bizarro que me cortariam a cabeça numa praça pública em nome do povo francês. (CAMUS, 1977, P. 108)

Diz-se que ele fica alheio a tudo, que é insensível, que não interage com o meio, mas o que dizer dessa sua reflexão? Certamente ele tinha consciência da absurdidade dos acontecimentos.

3. EXPERIÊNCIA ONTOLÓGICA DE UM “ESTRANGEIRO” BRASILEIRO EM PORTUGAL

Em janeiro de 2015, um “estrangeiro” chegou em Portugal para fazer contatos com uma Faculdade de Direito a fim de cursar um pós-doutoramento (o primeiro autor deste

artigo). Como nesse país a língua oficial é a portuguesa, a impressão que se tem é a de uma fácil comunicação, mas esse estrangeiro¹⁵⁶ percebeu que há divergência linguística de vários níveis. E aproveitando a oportunidade de estar na terra de Camões, partiu para uma visita à Academia das Ciências de Lisboa¹⁵⁷ com o objetivo de conversar sobre o famoso “Acordo Ortográfico”, que já estava em vigência efetiva desde 2009, mas ainda em período de transição para que a população assimilasse a ideia. Solicitou falar com o Presidente do ILLLP, Dr. Artur Anselmo, e foi prontamente recebido. O foco da conversa foi esse famigerado acordo.

De volta ao Brasil, no início do segundo semestre do mesmo ano, esse brasileiro recebe um convite para apresentar uma conferência no Colóquio “Ortografia e Bom Senso”, promovido pela Academia das Ciências de Lisboa¹⁵⁸. para o mês de novembro ainda do mesmo ano, mas era preciso encaminhar um resumo da conferência. Sob o título de “A unificação da ortografia nos países lusófonos: colapso linguístico”, o resumo foi encaminhado e aceito para participação do evento. E lá vai novamente esse brasileiro a embarcar para a terra além-mar, mas não só para isso, também para cursar o seu Pós-Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e para ministrar um curso de extensão de Português Jurídico, já divulgado e em fase de inscrição.

Essa necessária contextualização prepara os principais *sítios*¹⁵⁹ em que nosso brasileiro irá transitar e onde encontrará dificuldades de comunicabilidade.

No primeiro dia do Colóquio na Academia das Ciências de Lisboa¹⁶⁰ - ACL, 9 de novembro de 2015, entrava “o estrangeiro” no Salão Nobre, o templo sagrado da intelectualidade linguística, a cumprimentar alguns dos conhecidos presentes. Sabedor de que encontraria o professor Evanildo Bechara, membro da Academia Brasileira de Letras – ABL e também conferencista do evento, foi ao seu encontro para cumprimentá-lo, aproveitando o momento para elogiá-lo pelos seus inestimáveis trabalhos em língua portuguesa, uma longa e consistente caminhada acadêmica. Porém, estavam em lados opostos, considerados de acordistas e antiacordistas pelos portugueses.

¹⁵⁶ Considera-se estrangeiro o “indivíduo de nacionalidade diversa daquela do país onde se encontra ou vive (HOUAISS, 2009)

¹⁵⁷ Esta academia é composta por dois órgãos distintos: o Instituto de Altos Estudos (IAE) e o Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa (ILLLP)

¹⁵⁸ A página do evento é <http://www.acad-ciencias.pt/wordpress/coloquio-sobre-ortografia-e-bom-senso/>

¹⁵⁹ Palavra do idioma português de Portugal e que significa: 1. Espaço que um objeto ou pessoa deve ocupar (ex.: vou pôr o livro outra vez no sítio) = lugar; 2. Página ou conjunto de páginas da Internet com informação. (PRIBERAM, 2015)

¹⁶⁰ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA - ACL. Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

Iniciadas as conferências, chega o momento de o professor Bechara proferir a sua conferência sob o título “Por quê o Brasil aceita as normas do Novo Acordo Ortográfico?”, posicionando-se pela defesa do acordo, diante da maioria de outras que fazem o inverso. Mas o vocábulo ‘quê’, constante no título, chama a atenção do leitor atento, que reage com cautela porque sabe quem elaborou o título. E também poderia pensar em erro de digitação ou no absurdo de errar justamente em um evento como esse. Complicado mesmo! E o leitor que neste momento está lendo (ou está a ler)¹⁶¹, o que pensa disso? E pode pensar que a regra também pudesse ter sido alterada. Não, a regra não mudou.; foi somente a ortografia¹⁶², ou seja, somente a grafia, a forma de se escrever a palavra. Quanto àquele ‘quê’, foi escrito em obediência às regras da sintaxe portuguesa, que são distintas da brasileira em inúmeros aspectos¹⁶³.

No outro dia, nosso brasileiro está novamente assistindo aos seus colegas de conferência. Logo depois é chamado pelo então Presidente da ACL, Dr. Anselmo, que anuncia também o título da conferência: “A unificação da ortografia das nações lusófonas: colapso linguístico”. São 35min de uma “língua estrangeira” sendo ouvida pela plateia¹⁶⁴, na sua grande maioria composta de cidadãos e cidadãs portugueses. Eis que, em um determinado momento, alguém, sem microfone, tenta falar alto o suficiente para chamar a atenção do nosso conferencista, que se surpreende com o ocorrido. Prontamente o presidente da mesa, que estava do lado, diz “é prostituta”. Ambiguidade à vista na terra de Pedro Álvares Cabral. O leitor deve estar se perguntando se a pessoa que falou tem esse adjetivo ou é o significado de alguma palavra mal empregada. Foi a essa última! E a palavra foi “pega¹⁶⁵”. E agora, mal empregada? Considera-se absurdo esse fato? Como nosso estrangeiro tratou do caso?

Foi com um sorriso e com o ar de quem aprendeu mais uma palavra, prontamente se justificou: “estudei muito o que não deveria dizer, mas fui ‘pego’ de surpresa, aprendi mais uma”! O “ser” estrangeiro experienciou a diferença cultural em um país que fala a mesma língua. Seria considerada absurda a ideia de que não deveria haver diferenças linguísticas dessa natureza? Possivelmente sim para os leigos.

¹⁶¹ Expressão no infiês, nitivo, característica da sintaxe portuguesa; no Brasil, o uso corrente é o gerúndio.

¹⁶² Segundo Houaiss (2009), é “conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tônicas, abertas ou fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e motivados por tais funções etc”.

¹⁶³ Uso dos porquês, gerúndio em vez do infinitivo, colocação pronominal (próclise, mesóclise e ênclise), dentre outras.

¹⁶⁴ O acento nessa palavra foi suprimido na Reforma Ortográfica.

¹⁶⁵ A expressão “foi pega”, responsável pela celeuma, é constituída do verbo auxiliar ‘ser’ e o particípio irregular do verbo abundante ‘pegar’. Como o sujeito era feminino, o particípio obedeceu à regra da concordância, gerando a palavra ‘pega’, que é sinônimo de prostituta. Na resposta, a expressão ‘foi pego’ não causou nenhum problema semântico porque ‘pego’ ficou no masculino, sem correspondência com sinônimo vulgar. Questões linguísticas dessa natureza sempre vão acontecer porque o lugar, não necessariamente país, tem outra cultura, outra identidade e outras expressões.

Seguindo na sua exposição, apresenta um breve histórico dos acordos¹⁶⁶, necessário para fundamentar a origem do problema que já se instaurara na vida social e nos meios escolares, encaminhando-se para um colapso linguístico sem precedentes. E começa a apresentar alguns exemplos das “atrocidades linguísticas”¹⁶⁷ da Reforma Ortográfica¹⁶⁸ de 1990, que estava engavetada na Academia Brasileira de Letras e que, misteriosamente¹⁶⁹,

reapareceu para gerar essa celeuma toda. Certamente mais um caso de absurdo “acadêmico”.

Alguns casos de inconsistências e incongruências linguísticas aplicadas pelo “acordo” são exemplificados para sustentar a proposta da “não unificação” da ortografia dos países lusófonos. O principal argumento está nas diferenças idiomáticas entre Portugal e Brasil e não menos importante são as diferenças dialetais manifestadas dentro do próprio país.

Finaliza a sua conferência com afirmações e propostas:

“O patrimônio de Portugal é a língua e o idioma. O Brasil, apesar das tentativas de se “autopromover” à língua brasileira, em função principalmente de sua sintaxe, só tem o idioma como seu patrimônio. Bem, isso já é outro assunto.

Tenho certeza de que a identidade de um povo começa pela língua, que é derivada de sua cultura e idiossincrasias. Diante do exposto neste Colóquio, com vários alertas e possibilidades de caos linguístico, espero que o bom senso predomine em todas as instâncias de decisão, mantendo assim o respeito às diferenças linguístico-culturais de cada país, seja por sua língua, seja por seu idioma”.

Outras conferências com o foco predominantemente antiacordista justificavam as causas provocadas pelas pessoas que decidiram, sendo denunciadas como carentes de fundamentação linguística, requisito essencial para compor grupo especializado e

¹⁶⁶ Mais detalhes em < http://www.fd.unl.pt/Anexos/10386_4.pdf>, CONCEIÇÃO (2015).

¹⁶⁷ Algumas delas foram citadas no artigo de CONCEIÇÃO & MOREIRA (2013): O Alienista e o Acordo Ortográfico de 2009: insanidade compartilhada. Disponível em <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdodireito/article/view/391/192>>. Acesso em 03 jan 2016, p. 188-197

¹⁶⁸ Importante diferenciar “Reforma Ortográfica”, ajustes da ortografia dentro de um país, da expressão “Acordo Ortográfico”, unificação das “reformas” entre países.

¹⁶⁹ Em terras portuguesas, a imprensa local já conhecia o fato, que apresentou fatos denunciando a forma do “desengavetamento” em 2007: novo presidente da ABL queria colocá-la em evidência.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

capacitado para tarefas decisórias desse nível. E tudo isso sentido e apreendido por ele no convívio de grande efervescência linguística e, por que não, política e jurídica.

E nosso “estrangeiro” (primeiro autor deste artigo) foi conhecer outro “pagos portugueses”: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Mais desafios o esperavam: um curso de Português Jurídico para ministrar e um pós-doutorado para cursar. Essa experiência justamente no momento da implementação do (des)Acordo no Brasil trazem um efeito concreto e do absurdo muito mais latente.

A língua é a mesma, mas o idioma é diferente. Muitos estudos desse itinerante linguista para aplicar em uma sala aula, mas sua experiência ontológica na academia já o preveniam das dificuldades de comunicação que poderiam ocorrer. Diferenças já depreendidas foram objeto de discussão e reflexão, tornando o processo de ensino com uma riqueza linguística para os dois lados.

E foi lá, em sala de aula, que os “porquês”¹⁷⁰ se apresentaram com diferenças na sua aplicação. O termo “absurdo” não foi dito, mas ficou subentendido na exposição da sintaxe portuguesa e da brasileira. Sim, porque a necessidade de fundamentação linguística se fazia presente para os dois idiomas. Certamente que a intenção do “estrangeiro professor” era provocar os alunos para que a absurdidade viesse à tona. E veio, do verbo ‘vir’, agora sem acento agudo na paroxítona porque, absurdamente, a “reforma ortográfica” o aboliu por entender que ditongos abertos não podem mais ser acentuados nesses casos. Entenderam errado! Ditongos abertos eram todos acentuados e agora há essa restrição. Por quê? Não há justificativa plausível para tirar de um e deixar em outros, sendo que a pronúncia e tonicidade são as mesmas. Só lembrando: essa foi uma das atrocidades linguísticas denunciadas. Teriam decidido melhor se tivessem abolido de todos, ficaria sem restrição alguma.

Quanto à absurdidade anterior a respeito dos dois idiomas, ficou bem esclarecido que as diferenças idiomáticas são produzidas por culturas diferentes e pelo povo de uma comunidade específica. Por isso também a unificação perde o seu objetivo principal, que é o de simplificar a comunicação dos países lusófonos.

¹⁷⁰ PRIBERAM, dicionário português online: O “porquê” também pode ser pronome interrogativo. Exemplo: Você ficou furioso porquê?; No Brasil, a forma é “por que” (preposição + pronome relativo).

Diante dessas relações comunicativas, sem entrar no conteúdo programático do curso, geraram outro convite: palestra-debate na própria faculdade de Direito para alunos da graduação, mestrado e doutorado, assim como professores da instituição. Estudantes portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos e de outras nacionalidades. Todos estavam lá para ouvir o itinerante estrangeiro que veio do Brasil, país que foi um dos principais signatários do famigerado acordo. Diante do título “(Des)acordo ortográfico”, a surpresa, pois entendiam, pelo “senso comum” que brasileiro defenderia o acordo. Esse senso comum é proveniente de uma pretensa lógica silogista, na verdade um sofisma da regra: ‘O acordo é brasileiro; o debatedor é brasileiro; Logo, é a favor do acordo’. Falácia da Regra do Modus Ponens: afirmou o termo consequente para concluir o termo antecedente.

Não havia no público que assistiu à palestra-debate alguém que fosse a favor do acordo. Segundo os que entraram no debate, precisavam ouvir os argumentos contrários a essa unificação. As dificuldades para o acordo foram explicitadas: 1. Questões culturais de cada país; reunião periódica sobre as adequações ortográficas para a unificação; fonética particular de um grupo de falantes que possivelmente implique mudança ortográfica; e principalmente critérios para se chegar ao bom senso. E a reflexão foi provocada pelos questionamentos: 1. Por que unificar a ortografia se a “língua”, patrimônio de um povo, continuará diferente?; 2. Por que cada país precisa abdicar de determinadas grafias para a unificação?; e Se todos perdem um pouco, todos perdem algo. Por que perder? Uma nova experiência ocorreu: a certeza de que pessoas com bom nível de discernimento são unânimes em não aceitar algo que é imposto arbitrariamente e sem plausibilidade.

Além disso, sabe-se que um diálogo entre nações e povos pressupõe igualdade, mas também distinção, pois sem a igualdade não é possível um fundamento comum para a comunicação, e sem a distinção, não há sequer necessidade de comunicação e diálogo. A diferença, portanto, é desejável, respeita as nuances culturais, fundamentais e riquíssimas para um diálogo e respeito multicultural. Enfim, a pluralidade não é apenas desejável, mas **condição** (grifo importante) para a liberdade do diálogo e de uma chegada a consensos de forma voluntária e autônoma.¹⁷¹ E há algo que ainda precede tudo isso, que precede o consenso e o possibilita: o reconhecimento do outro. E onde está esse reconhecimento em meio a tal (des) Acordo?

Dessa jornada, descobriu-se na rede social um movimento coordenado e monitorado pelo jurista Ivo Miguel Barroso¹⁷² contra esse cruel acordo. É um referendo popular que visa derrubá-lo via judicial. Muita informação diária que o coloca como um

¹⁷¹ KRETSCHMANN, Angela. Cultura, Direitos Humanos e Emancipação Latino-Americana. IMED: Passo Fundo: 2013. p. 89.

¹⁷² Na rede social “Facebook”, o endereço é <https://www.facebook.com/ivomiguelbarroso>.

Rua Silvério Manoel da Silva, 160 – Bairro Colinas – Cep.: 94940-243 | Cachoeirinha – RS | Tel/Fax. (51) 33961000 | e-mail:

cesuca@cesuca.edu.br

dos críticos com armamento argumentativo suficiente para poder fazer o mesmo em sua terra de origem: o Brasil. Pretensão que pode ser tornar realidade.

Os cidadãos de língua portuguesa, brasileiros, mas estrangeiros em relação ao idioma português, continuarão a experimentar a comunicação por todos os cantos de sua terra além-mar, com a certeza de que a unificação é distópica e perniciosa à comunicação humana, considerando esta para qualquer país que pretenda unificar a sua língua.

Acrescido a tudo isso, há essa desgraça que não cessa nunca de ameaçar a todos, a prepotência humana pela pretensão universalista, que esquece que o próprio pluralismo é garantia de liberdade (lembrando os próprios fundamentos dos direitos humanos, que deveriam ser aqui aproveitados pois constituem uma base legítima como guia para diversidade e respeito a ela). É a partir da diversidade, do pluralismo, do respeito ao multiculturalismo e às variadas nuances de multiplicidades culturais já que a segurança excessiva sempre destruiu a liberdade necessária, que a liberdade é garantida, e a ideia de “vida boa” inerente à liberdade.¹⁷³

O (des) Acordo linguístico é apenas um exemplo atual de que a opressão vigora nos mais distintos campos da atuação humana. A história humana é sempre uma obra aberta, e enclausurá-la, inclusive por meio de um “Acordo” linguístico, não deixa de nos trazer aquele arrepio na espinha relativo a tantas barbáries ocorridas sempre em que se buscou enclausurar essa mesma história humana. Ninguém pensou na violência que se pratica contra os direitos culturais garantidos pelos Direitos Humanos e pelas diversas cartas constitucionais? Há, por acaso, uma classe que “brinca” com as palavras, as culturas e não é atingida por tais direitos, e não é obrigada a respeitá-los?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. O protagonista da obra de Camus, Mersault, condenado por um tribunal não pelo crime que cometeu, mas pela sua conduta social, é estigmatizado pela maioria da crítica jurídica em função de que fica alheio aos acontecimentos sociais e de que não luta para se defender. Ele reage sim. É preciso encarar a obra não pelo “senso comum”, mas pelo senso de quem atentamente a analisa, sem a indução dos que já a leram antes e que seguem o que a maioria dos artigos e resenhas dispõe ao leitor.
2. O absurdo não está nas atitudes de Meursault, está na conduta da sociedade e estabelece falsas premissas

¹⁷³ KRETSCHMANN, Angela. Cultura, Direitos Humanos e Emancipação Latino-Americana. IMED: Passo Fundo: 2013. p. 84.

3. A exemplo de Mersault, que reage às incoerências e absurdidades, mesmo de maneira branda, os autores deste artigo reagem expondo seus argumentos principalmente no meio acadêmico. Mas, diante da arbitrariedade de quem decide, não houve como mudar as sentenças. Um foi para a prisão, literalmente; os outros foram condenados a escrever livros, artigos e ministrar aulas da “nova ortografia” (no caso do primeiro autor).
4. Acordo Ortográfico foi imposto, não pela necessidade de adequação ao meio, mas pela falácia de uma aplicação autoritária da Academia Brasileira de Letras juntamente com o governo brasileiro;
5. Duas narrações estiveram no eixo condutor dessa pretensa analogia a convergir para que a contrassensualidade se apresentasse como forma de propiciar aos leitores uma reflexão do absurdo que as pessoas, através de suas “instituições”, podem cometer, ou por ignorância, ou por interesse particular, possivelmente ambos, a partir de situações que possam comprometer a sociedade como um todo.
6. *Com relação ao relato do caso do prefeito de Biririba, o autor é muito coerente em sua crônica para que a absurdidade seja bem entendida, tanto pelo lado do prefeito, s eu personagem, como pelo de si mesmo.*
7. Uma expressão, seja ela brasileira ou portuguesa, permite a pluralidade significativa com a mesma língua de origem, a portuguesa, porque as diferenças culturais refletem tanto no idioma como no dialeto. Dialeto aqui está sendo metodologicamente utilizado para fazer oposição ao idioma.
8. Há um referendo popular contra o acordo ortográfico em Portugal. São muitíssimas manifestações. Na verdade, o cidadão português deu-se conta que o prejuízo maior não foi do brasileiro e sim deles mesmos.
9. Finalmente, os “deuses” da criação e imposição das palavras parecem estar totalmente alheios à existência dos direitos humanos e culturais, os quais, como construção histórica e legítima, veem a diferença, a pluralidade, e principalmente o respeito à língua como uma base cultural que merece ser reverenciada, pois constitui condição para o diálogo e a existência da liberdade. Onde a liberdade? Onde o diálogo? Onde a pluralidade? Onde a diferença que nos aproxima, que permite o reconhecimento pelo respeito às nossas significantes diferenças? Eis o que merece ser lembrado: existem direitos humanos construídos historicamente – que servem para esclarecer os proponentes de um tal “acordo” – sobre as tragédias humanas já ocorridas com todas as tentativas de homogeneização e universalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA - ACL. *Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS - ABL. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5. Ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

CAMUS, Albert. *O Estrangeiro*. Tradução de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro : Record, 1977.

CONCEIÇÃO, Celso Augusto N. da (2015). “(Des)acordo Ortográfico”. Disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/10386_4.pdf>. Acesso em 15 dez 2015.

_____ & MOREIRA, Edelvira A. da Silva (2013). *O Alienista e o Acordo Ortográfico de 2009: insanidade compartilhada*. Disponível em <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdodireito/article/view/391/192>>. Acesso em 03 jan 2016, p. 188-197.

HOUAISS ELETRÔNICO. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

KRETSCHMANN, Angela. Cultura, Direitos Humanos e Emancipação Latino-Americana. IMED: Passo Fundo: 2013.

KRETSCHMANN, Angela; WIEDEMANN, Ney. Argumentação Jurídica IN

KRETSCHMANN, Angela, Org. Formação Jurídica II. Florianópolis, 2014.

MARCONDES, Danilo e JAPIASSÚ, Hilton. *Dicionário básico de filosofia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MOREAU, Raul. *A lógica do absurdo*. Porto Alegre: Editora do Autor, 2005.

PRIBERAM. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)*. Disponível em <<https://www.priberam.pt/DLPO/>>. Acesso em 04 nov 2015.

REFERENDO AO ACORDO ORTOGRAFICO DE 1990. Disponível em <https://www.facebook.com/groups/914281441947403/?fref=ts>. Acesso em 07/01/2016.

WARAT. Luís Alberto. *As falácias jurídicas*. Revista Sequência : estudos jurídicos e políticos da Universidade Federal de Santa Catarina. V. 06, n 10, 1985, p. 123-128.

WORDPRESS. *Referendo ao “Acordo Ortográfico de 1990”*. Disponível em <
<https://referendoao90.wordpress.com/>>. Acesso em 7 jan 2016.

Volume I. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997.